

Walter Eduardo Granetto

Práticas Educativas Parentais em Dependentes
Químicos

PUC-Campinas

2008

Walter Eduardo Granetto

Práticas Educativas Parentais em Dependentes Químicos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências da Vida da Puc-Campinas como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia: área de concentração Psicologia como Profissão e Ciência.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Vera Lúcia Adami Raposo do Amaral.

PUC-Campinas

2008

WALTER EDUARDO GRANETTO

Práticas Educativas Parentais em Dependentes
Químicos

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientadora Dr^a. Vera Lucia Adami Raposo do Amaral
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Dr^a. Diana Tosello Laloní
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Dr^a. Leila Jorge
Universidade Metodista de Piracicaba

PUC-Campinas

2008

DEDICATÓRIA

A Eduardo e Telma, meus pais, que sempre me incentivaram em todos os momentos. Obrigado pelo amor, carinho e compreensão infinitos e pelo constante incentivo e interesse mostrado perante todos os meus sonhos. Tudo o que alcancei até hoje devo a vocês.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

A prezada e querida Dr^a. Vera Lúcia Adami Raposo do Amaral que com grande competência e profissionalismo se dedicou no trabalho de orientação desta dissertação, mostrando-me com grande sabedoria novos horizontes em pesquisa. Obrigado pela confiança e dedicação, pelo incentivo e carinho em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

À minha companheira **Patrícia Macchiaverni** e ao meu filho **Pedro Granetto** que estiveram ao meu lado desde o início dessa caminhada, me auxiliando sempre nos momentos difíceis, dividindo alegrias e tristezas. Amo vocês!

À **Nelson Macchiaverni** e **Luzita Macchiaverni** pelo constante incentivo, carinho e apoio. Obrigado por sempre acreditarem em mim.

Ao **Prof. Jose César** e a **Dr^a. Leila Jorge**, pelo incentivo e carinho com que sempre fui recebido, pelos seus valiosos ensinamentos dispensados e pelo papel especial que ocuparam durante grande parte da minha graduação. Minha eterna admiração!

À **Dr^a. Elisa M. Pizão Yoshida**: obrigado pelos conhecimentos adquiridos, contribuições na qualificação do meu projeto e pela disponibilidade e auxílio sempre que foi necessário.

Às funcionárias do Curso de Pós-Graduação em psicologia e da Biblioteca da PUC Campinas: **Eliane, Dareide, Elaine, Maria Amélia**, pela atenção, paciência e compreensão com que sempre me receberam.

À todos os **adolescentes** participantes que colaboraram com esta pesquisa, sem os quais a mesma não poderia ser concretizada.

A **CAPES**, pelo auxílio através da bolsa de estudos, viabilizando a conclusão deste trabalho.

E todos que, de algum modo, também contribuíram para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

RESUMO	x
APRESENTAÇÃO	xii
INTRODUÇÃO	1
Drogadicção: Conceitos básicos, classificação das substâncias psicoativas e modelos teóricos da adicção	2
Dependência química como padrão de hábito adquirido	7
A importância da família na aquisição de comportamentos dos filhos	13
Práticas educativas parentais, estilos parentais e o comportamento dos filhos	17
OBJETIVOS	38
MÉTODO	39
Participantes	39
Material	39
Procedimento	41
Procedimento de Análise dos Dados	43
RESULTADOS E DISCUSSÃO	46
Análise e discussão dos dados provenientes das Escalas de Qualidade de Interação Familiar – EQIF	56
Análise e discussão dos dados descritivos obtidos através das entrevistas	64
CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	104
ANEXOS	114
ANEXO A - Ficha de Identificação	114
ANEXO B - “Escalas de Qualidade de Interação Familiar – EQIF”	116
ANEXO C - Roteiro de entrevista semi-estruturada	118
ANEXO D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (participante)	120
ANEXO E - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (responsável)	122

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Caracterização da amostra de acordo com a idade e sexo.....	46
Tabela 2 - Caracterização da amostra de acordo com a escolaridade.....	47
Tabela 3 - Caracterização da amostra de acordo com a ocupação	48
Tabela 4 - Caracterização da idade parental de acordo com a escolaridade.....	49
Tabela 5 - Caracterização da amostra de acordo com a renda familiar.....	51
Tabela 6 - Caracterização da idade parental de acordo com a ocupação.....	52
Tabela 7 - Caracterização da amostra de acordo com o número de internações.....	53
Tabela 8 - Caracterização da amostra de acordo com a idade de início do uso de substâncias.....	54
Tabela 9 - Caracterização da amostra de acordo com o padrão de consumo no mês que antecedeu a internação.....	55
Tabela 10 - Valores em percentis referentes ao EQIF das práticas educativas dos pais e mães da amostra pesquisada.....	59
Tabela 11 - Valores em percentis do total positivo e total negativo obtido através do EQIF.....	63

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Escores obtidos por P1 nas escalas Envolvimento, Regras e Monitoria, Punição Física, Comunicação Negativa e Comunicação Positiva dos Filhos do EQIF, com escores alto, médio e baixo.....64
- Figura 2 - Escores obtidos por P2 nas escalas Envolvimento, Regras e Monitoria, Punição Física, Comunicação Negativa e Comunicação Positiva dos Filhos do EQIF, com escores alto, médio e baixo.....67
- Figura 3 - Escores obtidos por P3 nas escalas Envolvimento, Regras e Monitoria, Punição Física, Comunicação Negativa e Comunicação Positiva dos Filhos do EQIF, com escores alto, médio e baixo.....71
- Figura 4 - Escores obtidos por P4 nas escalas Envolvimento, Regras e Monitoria, Punição Física, Comunicação Negativa e Comunicação Positiva dos Filhos do EQIF, com escores alto, médio e baixo.....76
- Figura 5 - Escores obtidos por P5 nas escalas Envolvimento, Regras e Monitoria, Punição Física, Comunicação Negativa e Comunicação Positiva dos Filhos do EQIF, com escores alto, médio e baixo.....80
- Figura 6 - Escores obtidos por P6 nas escalas Envolvimento, Regras e Monitoria, Punição Física, Comunicação Negativa e Comunicação Positiva dos Filhos do EQIF, com escores alto, médio e baixo.....84
- Figura 7 - Escores obtidos por P7 nas escalas Envolvimento, Regras e Monitoria, Punição Física, Comunicação Negativa e Comunicação Positiva dos Filhos do EQIF, com escores alto, médio e baixo.....89
- Figura 8 - Escores obtidos por P8 nas escalas Envolvimento, Regras e Monitoria, Punição Física, Comunicação Negativa e Comunicação Positiva dos Filhos do EQIF, com escores alto, médio e baixo.....93
- Figura 9 - Escores obtidos por P9 nas escalas Envolvimento, Regras e Monitoria, Punição Física, Comunicação Negativa e Comunicação Positiva dos Filhos do EQIF, com escores alto, médio e baixo.....97

Granetto, W.E. (2008). *Práticas educativas parentais em dependentes químicos*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP). Campinas, São Paulo.

RESUMO

As práticas educativas parentais são definidas como classes comportamentais emitidas pelos pais que têm o objetivo de suprimir comportamentos indesejáveis e incentivar a ocorrência de comportamentos adequados nos filhos (uso de explicações, de punições ou de recompensas). Assim, este trabalho teve como objetivo descrever as práticas parentais relatadas por jovens internados numa instituição de recuperação de dependentes químicos e discutir com base em outras pesquisas, as possíveis relações de contingência entre as práticas parentais e o comportamento dos participantes. Participaram desta pesquisa nove adolescentes, de ambos os sexos, solteiros, com idades entre 17 a 21 anos, oriundos de famílias biparentais. Para obtenção dos dados foi utilizado ficha de identificação contendo dados sobre a idade e sexo dos participantes, a escolaridade e ocupação dos sujeitos e do casal parental, a renda familiar, o início de consumo de substâncias psicoativas, o consumo no último mês que antecedeu a internação e se houveram internações anteriores; um instrumento (Escala de Qualidade de Interação Familiar – EQIF) e uma entrevista semi-estruturada. Os resultados mostraram que a maioria dos participantes da amostra estudada estava inserida em um ambiente familiar de risco para o desenvolvimento de condutas anti-sociais, pois eram pais que não utilizavam práticas positivas como o envolvimento paterno, supervisão e monitoria eficazes e diálogo com os filhos, mas utilizavam frequentemente práticas negativas, principalmente a punição verbal e a comunicação negativa, caracterizando assim um ambiente familiar coercitivo. A presente pesquisa demonstrou a importância da família, em especial das práticas educativas, no desenvolvimento de problemas de comportamento nos filhos como o uso e dependência de drogas.

Palavras-chave: relação pais e filhos, práticas educativas parentais, dependência química.

Granetto, W. E. (2008). Parenting practices in chemical dependents. Master Thesis. Pontifícia Univesidade Católica de Campinas (PUCAMP). Campinas, São Paulo.

ABSTRACT

Parenting practices are defined as mannerings classrooms emitted by the parents which have the purpose to suppress undesirable behavior and stimulate the occurrence of proper behaviors on children (use of explanations, punishment or rewards). Thus, this work has as a goal describing parenting practices reported by the young people interned in a rehabilitation institute for chemical dependents and arguing, based in other researches, the possible contingency relations between parental practices and the participants' behavior. Nine adolescents of both sexes, all of them single, between 17 and 21 years old, coming from biparental families, participated in this research. An identification file, containing information about the age and sex of the participants, their and the parental couple's scholarship and occupancy, the family income, the beginning of consuming psychoactive substances, the consummation of the last month before the internship and if there were former internships; a device (Familiar Interaction Quality Scales – EQIF) and a semi-structured interview were used for data acquisition. The results have showed that most part of the analysed sample was inserted in a family environment considered risky to the development of anti-social behavior, for they were parents that didn't use positive practices as the fatherhood involvement, efficient supervision and monitoring, dialogue with the children, but frequently negative practices, mainly verbal punishment and negative communication, thus characterizing an coercive family environment. The actual research has showed the importance of family, specially in parenting practices and in development of behavior problems on children, as drugs addiction.

Keywords: parents-son relationship; parenting practices, chemical dependence.

APRESENTAÇÃO

O uso de drogas entre adolescentes é um dos principais problemas de saúde pública no Brasil e em outros países, não só em função dos efeitos deletérios causados ao usuário e a sua família, mas também em função de seus efeitos para a sociedade (World Health Organization, 2000).

Tais efeitos negativos incluem aumento dos índices de acidentes de trabalho, de acidentes no trânsito, da violência urbana e de mortes prematuras, gerando prejuízo considerável aos países, contribuindo para o crescimento dos gastos com o tratamento médico e internação hospitalar. Afeta homens e mulheres, de todos os grupos raciais e étnicos, pobres e ricos, jovens, adultos e idosos, pessoas com ou sem instrução, profissionais especializados ou sem qualificação.

E mesmo com as inúmeras estratégias e diretrizes utilizadas por diversos países e com as diferentes pesquisas e experiências terapêuticas, o uso de drogas e a dependência química ainda apresenta estatísticas alarmantes.

É crescente o número de pesquisas que trata da epidemiologia do uso de drogas no Brasil. Há diversas evidências do aumento significativo da disponibilidade e consumo de drogas nos últimos anos.

Os dados obtidos no 1º e 2º levantamento sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil (Carlini, Galduróz, Noto & Nappo, 2002; Carlini & cols., 2006) indicou que em 2001, 19,4% dos entrevistados já havia usado algum tipo de droga e em 2005 este número foi para 22,8%, o que corresponde a uma população estimada de aproximadamente 11.000.000 pessoas. A comparação das porcentagens de uso na vida das drogas entre 2001 e 2005 mostrou que houve aumento para maconha (6,9% para 8,8%), benzodiazepínicos (3,3% para

5,6%), estimulantes (1,5% para 3,2%), solventes (5,8% para 6,1%) e cocaína (2,3% para 2,9%).

Sendo assim, frente à crescente demanda proveniente do uso indevido de drogas, faz-se necessária a realização de pesquisas que contribuam para objetivar medidas mais eficazes e funcionais nos programas de tratamento e prevenção da dependência química. Esses programas podem caminhar no sentido de propiciar a atenção integral à saúde do indivíduo, em ambientes alternativos à internação hospitalar, através da atuação interdisciplinar das equipes técnicas e com a participação comunitária, possibilitando não somente a recuperação clínica do dependente, mas principalmente sua reabilitação e reinserção social.

Considerando-se que o problema da dependência química afeta não só o usuário, mas também sua família é necessário pesquisas que investiguem a maneira que os pais interagem com seus filhos, auxiliando-os na promoção de comportamentos que concorram com aqueles relacionados à dependência química e que auxiliem o usuário na sua recuperação.

Este interesse surgiu a partir da constatação clínica da importância da família como peça necessária ao tratamento em várias etapas do processo terapêutico, desde a abordagem inicial do problema à permanência no tratamento e à prevenção de recaídas. Este fato aconteceu por meio da compreensão do funcionamento familiar e de suas implicações na facilitação, manutenção e tratamento do fenômeno da dependência.

Portanto, essa pesquisa investigou características presentes em famílias de sujeitos de dependentes químicos, abordando a interação entre pais e filhos e pesquisando práticas educativas parentais que sejam eficazes para criar e manter um repertório de comportamentos adequados nos usuários, desenvolvendo habilidades sociais e mantendo um relacionamento familiar com afeto e comprometimento.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, o homem sempre fez uso de substâncias psicoativas. Desde os primórdios da civilização, o uso dessas substâncias foi difundido em diferentes épocas e culturas, com finalidades religiosas, curativas, relaxantes ou simplesmente recreativas. Influenciou não só o desenvolvimento de algumas ciências, como a medicina, assim como o da moral, da religião e dos mecanismos de controle (Escohotado, citado por Toscano, 2001).

O Homem, no decorrer da sua existência, sempre tentou modificar suas percepções e suas sensações por meio de alguma substância. Essa talvez seja uma das experiências básicas para o ser humano, pois há muito o homem procura meios para fugir de sua condição natural cotidiana, empregando substâncias que aliviassem seus males ou que propiciassem prazer (Bucher, 1988).

Segundo Toscano (2001), existem registros de uso de substâncias psicoativas desde a época do homem de Neanderthal, passando por registros que indicam o uso do ópio na Mesopotâmia (há 3000 anos a.C.), o uso de bebidas alcoólicas na Grécia Antiga (800 a.c.) e em Roma, em que diversas bebidas tinham como principais ingredientes o ópio e a maconha.

O uso de drogas naquela época possuía, no entanto, um significado bem diferente do que nós costumamos atribuir-lhe hoje, principalmente pelo fato de seu uso se restringir a fins específicos, sejam eles mágicos, recreativos ou terapêuticos (Medeiros, 1986).

Entretanto, foi o mundo greco-romano o precursor da preocupação com o potencial de perigo que algumas substâncias ofereciam ao homem. Naquela época, os três grandes apetites humanos - o vinho, a mesa e a atividade sexual - mesmo que valorizados, eram

vistos como perigosos, exigindo assim um controle do homem para regular a intensidade dos prazeres, protegendo, assim, “a esfera mais nobre da alma” (Toscano, 2001).

Com o Cristianismo, evidenciaram-se as maiores restrições ao uso de algumas substâncias. A instituição católica as restringiu e foi responsável por importantes mudanças de concepção em relação à farmacopéia greco-romana. Segundo a moral cristã, o uso de certas plantas psicoativas era proibido, pois eram sinônimos de feitiçaria e ateísmo (Toscano, 2001).

Com o passar dos séculos, essa auto-regulação do homem em relação aos efeitos deletérios das drogas, presente principalmente nos homens primitivos, desapareceu. O recurso às drogas, inicialmente de cunho religioso ou ritualístico, disseminou-se dando lugar a um uso individualizado e solitário, marginalizando-se e tornando-se culturalmente aceitável ou até mesmo banal (Azevedo, 2000).

Atualmente, a ilicitude de certas substâncias as relaciona diretamente ao mundo do crime e sua utilização prende-se a objetivos muito diversificados que vão desde o uso recreativo ao uso de risco, e principalmente nos últimos dois séculos, devido ao crescente consumo, começou-se a falar em drogadicção como um transtorno ou como uma doença.

Drogadicção: Conceitos básicos, classificação das substâncias psicoativas e modelos teóricos da adicção.

Atualmente, dependência química, abuso de substâncias e drogadicção são alguns termos utilizados para denominar uma situação clínica bastante prevalente e, muitas vezes, grave.

Segundo Azevedo (2000), drogas (também denominadas como substâncias psicoativas) são substâncias que ao entrarem em contato com o organismo, sob diversas

vias de administração, atuam no sistema nervoso central produzindo alterações comportamentais, de humor e cognição, possuindo grande propriedade reforçadora.

Em relação à dependência química, as definições convergem num ponto que diz respeito ao prosseguimento do uso da substância, mesmo quando as conseqüências aversivas se fazem presentes de forma predominante na vida do usuário.

Milby (1988) definiu a dependência de drogas como um estado mental e físico que resulta da interação entre o organismo e uma substância psicoativa. Caracteriza-se por um comportamento que sempre inclui uma compulsão de tomar a droga para experimentar seu efeito e, algumas vezes, evitar o desconforto provocado por sua ausência.

Para Ferreira e Bernik (2001), a dependência de substâncias é um estado caracterizado por um forte impulso para o consumo da substância de sua escolha. Este impulso freqüentemente apresenta um caráter “compulsivo”, não sendo controlado apesar das conseqüências físicas, psicológicas e sociais, eventualmente, graves.

Segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID-10, 1993), a característica marcante na Síndrome de Dependência é a presença de sintomas comportamentais, cognitivos e fisiológicos, indicando que o indivíduo continua utilizando uma substância, apesar dos efeitos deletérios significativos relacionados a ela.

No Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV, 1994/2000), uma das definições para a dependência química é um padrão mal-adaptativo de uso de substância, levando a prejuízo ou sofrimento clinicamente significativos.

Classificação das substâncias psicoativas:

Existem diferentes maneiras de se classificar as substâncias psicoativas. Uma delas refere-se ao tipo de ação ou aos efeitos provocados no sistema nervoso central.

Atualmente essa é a maneira mais aceita e difundida. Segundo esse critério, as substâncias psicoativas dividem-se nos seguintes agrupamentos (Inaba e Cohen, 1991):

1. Os estimulantes (cocaína, anfetaminas, moderadores de apetite, estimulantes psíquicos, nicotina e cafeína) são substâncias capazes de aumentar a atividade cerebral, agindo sobre o sistema nervoso central e acarretando uma superestimulação do sistema nervoso. Há aumento da vigília, da atenção, aceleração do pensamento e euforia.
2. Os depressores (opiáceos e opióides, hipno-sedativos e o álcool) são substâncias capazes de lentificar ou diminuir a atividade do cérebro, deprimindo o sistema nervoso central. Pessoas sob o efeito de tais substâncias tornam-se sonolentas, desatentas e desconcentradas.
3. Os perturbadores (LSD, ecstasy, mescalina, maconha) são substâncias relacionadas à produção de quadros de alucinação ou ilusão, geralmente de natureza visual, capazes de distorcer as percepções, induzindo a delírios ou alucinações. Estas substâncias não se caracterizam por acelerar ou lentificar o sistema nervoso central. A mudança provocada é qualitativa. O cérebro passa a funcionar fora do seu normal e sua atividade fica perturbada. Os efeitos de tais substâncias sobrecarregam ou distorcem mensagens aferentes ao tronco cerebral, considerado como o painel sensorial da mente, intensificando ou deformando estímulos físicos, sobretudo os visuais.

Uma segunda possibilidade de classificação é quanto ao status legal das substâncias. Segundo esse critério as substâncias podem ser consideradas lícitas (tabaco, bebidas alcoólicas e medicamentos psicotrópicos) ou ilícitas (cocaína, *cannabis*, crack e as demais “drogas de abuso”).

As drogas lícitas possuem permissão do Estado para serem comercializadas e consumidas, por sua vez, as drogas ilícitas não podem ser usadas nem comercializadas, pelo menos com a anuência do Estado.

Segundo Azevedo (2000) este sistema classificatório tem sido amplamente criticado pela sua arbitrariedade e pela sua ineficiência, pois, segundo a autora, além de utilizar critérios muito mais culturais que científicos para determinar cada grupo de substância, não elimina a venda e o consumo das substâncias ilícitas, permitindo, concomitantemente, o uso das substâncias lícitas, disseminando a crença de que estas são seguras mesmo que elas apresentem efeitos deletérios equivalentes ao das drogas ilícitas.

E, por fim, uma terceira possibilidade para a classificação das substâncias psicoativas é em relação ao potencial de uso nocivo e sua utilidade clínica. Esta classificação foi elaborada pela Federal Drug Enforcement Administration (DEA), a qual é adotada hoje por vários órgãos de saúde pública e vigilância sanitária de todo o mundo e que se baseia tanto na utilidade clínica da substância quanto no seu potencial de uso nocivo. Segundo essa classificação, as substâncias psicoativas estão divididas nas seguintes classes:

Classe I: nenhuma utilidade clínica e alto potencial de abuso e dependência como, por exemplo, a heroína, os alucinógenos e a maconha.

Classe II: baixa utilidade clínica e alto potencial de abuso e dependência como a morfina, os opiáceos sintéticos, os barbitúricos, as anfetaminas e a cocaína.

Classe III: alguma utilidade clínica e potencial moderado de abuso e dependência como o paracetamol e codeína combinada e os esteróides anabolizantes.

Classe IV: Grande utilidade clínica e potencial baixo de abuso e dependência como os benzodiazepínicos.

Classe V: Grande utilidade clínica e potencial muito baixo de abuso e dependência como, por exemplo, as misturas entre narcóticos e atropina e as diluídas de codeína.

Modelos teóricos da adicção

Com o aumento do consumo de drogas e com o conseqüente aumento das experiências terapêuticas, desenvolveu-se um amplo leque de modelos conceituais de explicação da dependência. Todos tendo, através de diferentes concepções, o objetivo de compreender o fenômeno da drogadicção e de reabilitar o farmacodependente.

Silva, Guerra, Gonçalves e Mijares (2001) afirmaram que o comportamento adictivo é matéria de discussão entre diferentes concepções que explicariam o consumo de certas substâncias de abuso.

Tais autores descreveram os seguintes modelos que tentavam compreender o fenômeno da drogadicção: 1) o modelo moral que pressupõe que a dependência seja causada por uma suposta fraqueza de caráter, através do julgamento que se faz da moral do indivíduo. Nesse modelo, a drogadicção é matéria da religião (drogadicctos como pecadores) e da justiça (como criminosos) e, ainda hoje, desempenha papel importante nas inferências causais internas e no apelo subjetivo da drogadicção. 2) o modelo da dependência como doença, que considera o drogar-se como um comportamento desviante em relação ao comportamento normal, na medida em que o aspecto compulsivo implicaria uma falta de controle voluntário e levaria à autodestruição do organismo. 3) o modelo da dependência física que a trata como função dos sintomas da abstinência. Nesse sentido, o comportamento drogadicto é mantido como fuga e/ou esquiva das sensações desagradáveis ocasionadas pela síndrome de abstinência.

Para Xavier da Silveira e Gorgulho (1996), existem quatro modelos principais de compreensão da dependência química: 1) O modelo biológico, que pressupõe que o abuso

e a dependência de substâncias são causados biologicamente, constituindo uma doença crônica, progressiva e recorrente. 2) O modelo de fatores de risco, que postula a existência de determinados fatores conhecidos como de risco, que aumentam a probabilidade de problemas relacionados ao uso de substâncias. 3) O modelo de modelagem social, que postula que o comportamento de uso de drogas é aprendido a partir do ambiente social que o indivíduo está inserido. 4) O modelo sistêmico, que postula que os problemas relacionados à dependência química situam-se na interação do indivíduo com seu meio, incluindo variáveis individuais, ambientais e da substância.

O modelo usado no presente trabalho será o modelo comportamental que postula que o comportamento de consumir drogas segue os mesmos princípios gerais de qualquer outro comportamento, ou seja, o fenômeno da auto-administração de drogas é entendido como um comportamento determinado pela aprendizagem que emerge da relação do indivíduo e seu ambiente e, sobretudo, mantido por suas conseqüências (Banaco, 1997).

Em outras palavras, o comportamento de consumir drogas é, segundo Skinner (1953/2000), um comportamento operante. Aqui, o autor refere-se a comportamentos que operam sobre o meio ambiente produzindo determinadas conseqüências que irão interferir diretamente na probabilidade deste comportamento ocorrer no futuro.

Dependência química como padrão de hábito adquirido

Dentro do modelo comportamental, dependência química não é concebida como uma doença, uma vez que os comportamentos associados ao consumo de drogas seguem os mesmos princípios dos comportamentos ditos normais – são oriundos de três níveis de seleção e variação. O primeiro, o nível filogenético (seleção natural), que é responsável pela evolução da espécie. O segundo, o nível ontogenético (condicionamento operante),

que envolve a história de reforçamentos do indivíduo e o terceiro, cultural, que diz respeito à história das práticas culturais nas quais o indivíduo está inserido.

Miller e Eisler (1975) discorreram sobre a etiologia do abuso de drogas. Segundo os autores, o uso de drogas recebe a influência de três fatores distintos:

- De fatores fisiológicos que possibilitam a influência das drogas como um “estímulo-evento” devido à suscetibilidade da espécie humana aos seus efeitos e, portanto, capaz de exercer qualquer função que um estímulo potencialmente poderia exercer.

Esta concepção é corroborada por Silva e colaboradores (2001) que afirmaram que as substâncias psicoativas, assim como os reforços que afetam na sobrevivência da espécie, atuam sobre o mesmo mecanismo (sistema dopaminérgico) que tornou o organismo sensível a reforços primários. Esta codificação neural que é conhecida como “circuito do reforço” se concentra na porção mesolímbica do cérebro mediada por dopamina, fazendo com que a maioria das drogas de abuso seja reforçadora natural para o homem na medida em que se fundamentam em mecanismos fisiológicos não aprendidos.

- De fatores comportamentais que indicam que o comportamento de drogar-se, ao operar sobre o ambiente, produz determinadas conseqüências que afetam a ocorrência futura do comportamento.

Assim o consumo abusivo de uma substância teria sua probabilidade de ocorrer aumentada em função dos efeitos reforçadores da substância, do contexto (ambiente físico e social) em que ocorre a auto-administração, e de respostas eliciadas por estímulos pareados com a droga e/ou por respostas eliciadas pela retirada da droga. (Silva & cols., 2001).

- E, por fim, de fatores sociológicos, os quais se referem à disponibilidade da droga dentro de uma cultura, ao contexto dentro do qual ela é usada e às sanções impostas sobre

o abuso. Assim, quando o uso de substâncias está sendo usado sob certas prescrições religiosas, por exemplo, tende-se a observar menos abuso em relação a ela, restringindo o consumo apenas às cerimônias. Ao contrário, numa cultura onde se dissemina a falsa idéia de que a vida pode ser regulada por substâncias para a solução de problemas rotineiros como insônia, falta de apetite ou cansaço, reforça-se, paralelamente o efeito farmacológico das drogas que promovem uma mudança imediata da percepção da realidade.

Segundo Milby (1988), a compulsão presente na dependência é melhor compreendida quando se identifica as fontes de reforço presentes nessa interação. Assim, a maioria das drogas psicoativas é utilizada sob contingências de reforço, ora positivas - quando o consumo de drogas elicia efeitos reforçadores positivos não aprendidos (respondentes), como por exemplo, a euforia ou a sedação, ora negativas, quando o consumo de drogas promove a redução ou mesmo a eliminação de estados aversivos como ansiedade ou a síndrome de abstinência. O autor também aponta para a importância dos reforçadores positivos secundários no fortalecimento do comportamento drogadicativo, principalmente quando certos estímulos (como o ambiente ou pessoas) foram repetidamente associados a um reforçador primário, sinalizando assim que o reforçador estará disponível.

Oliveira (1997) pesquisou as variáveis que atuam na reincidência às drogas em dependentes químicos e identificou as circunstâncias ou motivos iniciais que levam ao uso de drogas. Entre elas o autor citou as variáveis ambientais tais como a influência de amigos e a pressão do ambiente, associados à baixa auto-estima e a curiosidade de conhecer os efeitos das drogas. Tais circunstâncias, embora iniciais, atuam fortemente no comportamento de consumo de drogas, principalmente quando os efeitos da substância induzem a respondentes aversivos como náuseas e vômitos, sendo provavelmente, o

encorajamento a persistir e a discriminar os efeitos agradáveis da droga provido pelos companheiros, o aspecto mais reforçador do comportamento de drogar-se.

No entanto, quando o indivíduo experimenta os efeitos fisiológicos agradáveis produzidos pelo consumo de uma droga de abuso, muito provavelmente ele se drogará novamente. Ele, provavelmente, se comportará de maneira muito semelhante à anterior, principalmente pelas conseqüências reforçadoras que seguiram o comportamento de drogar-se. Nesta situação, o estímulo reforçador provocado pela substância ocorreu de maneira contingente ao comportamento de drogar-se, fortalecendo o comportamento que acarretou tal reforço.

Assim, o comportamento de drogar-se, geralmente, é seguido por alguma forma de gratificação imediata como um estado de prazer máximo ou redução de um estado de tensão, tornando-se assim um importante provedor de reforçadores tanto pelo reforço positivo do efeito máximo da droga quanto o efeito negativo associado ao uso da droga como um meio de escapar de situações aversivas.

Suponha-se, por exemplo, que indivíduo esteja passando por problemas e quando bebe, discrimina respondentes reforçadores que estão associados com o uso da bebida.

Aqui, a primeira administração da substância é seguida de efeitos que aumentam a probabilidade de que esse comportamento se repita. Esse comportamento, nos estágios iniciais é intermitente, o que causaria mudanças no sistema dopaminérgico. Tais mudanças redundariam em um aumento da sensibilidade ao efeito da droga, fazendo com que o sujeito fique mais suscetível aos seus efeitos, aumentando, assim, o poder reforçador da substância (Silva & cols., 2001).

Passados alguns meses, os problemas se intensificam e a ingestão de álcool aumenta. Assim, ele terá aprendido, principalmente pelas conseqüências que obteve no

passado, que os efeitos ocasionados pela ingestão de álcool aliviam sua ansiedade e o ajudam a evitar, temporariamente, circunstâncias estressoras. Ele estabeleceu um padrão em que beber torna-se contingente a qualquer evento emocional estressante.

Segundo Resende (2003), o uso de determinada substância faz o indivíduo sentir-se muito bem (é reforçadora), o que aumenta a probabilidade de repetir o comportamento no futuro.

Uma vez que o consumo da substância passa a ser diário, o indivíduo percebe que quando usa a substância pela manhã sente-se menos agitado e discrimina uma melhora nos efeitos aversivos provocados pela beberagem do dia anterior.

Desta forma, a tolerância vai se desenvolvendo devido ao uso continuado da substância e com isso, os sintomas de abstinência vão aparecendo nos momentos em que a droga não está no organismo, agindo como estímulos aversivos que só são eliminados através do consumo da substância.

Neste ponto, o comportamento de beber estará apresentando frequências altíssimas. O indivíduo provavelmente aumentará a frequência de ir a contextos em que a droga está mais disponível e aumentará a probabilidade de se relacionar com outras pessoas que apresentem padrões semelhantes.

Assim, o que teria precipitado o alcoolismo (crise familiar) não está mais presente na vida do jovem e, portanto, o que provavelmente mantém o comportamento de beber é a aprovação dos pares, o encorajamento e/ou a evitação dos sintomas de abstinência, as auto-regras formuladas pelo indivíduo ou mesmo pela escassez de outras fontes de reforçadores alternativos à droga no ambiente do indivíduo.

Mesmo que o início do comportamento esteja pareado com algum estímulo-evento do passado, ele é mantido e fortalecido, principalmente, por contingências presentes no ambiente no qual o indivíduo está inserido.

Portanto, ao ser analisada a dependência como um comportamento modelado pelas variáveis ambientais, isto é, através de eventos físicos e sociais que seguem e precedem o comportamento, deve-se afirmar a influência recíproca que as pessoas exercem umas sobre as outras (Skinner, 1982).

Nesse sentido, o ambiente familiar é um ambiente de grande importância no desenvolvimento do indivíduo. É a família, o primeiro agente socializador a desenvolver os primeiros comportamentos e as primeiras interações entre o organismo e o meio, assim como transmitir normas e práticas culturais e a maneira de vivenciá-las.

É no ambiente familiar que o indivíduo aprende um vasto repertório comportamental, principalmente pelo fato da família ser o ambiente predominante até a adolescência.

Desta forma, através da influência recíproca entre um membro e outro, em que tanto um quanto o outro pode funcionar como “ambiente”, é que os comportamentos infantis são modelados e, ao mesmo tempo, modelam o comportamento dos outros membros da família (Bijou & Baer, 1980).

A partir de processos de socialização e aprendizagem, alguns comportamentos importantes são ensinados à criança. Esses comportamentos são aprendidos dentro do contexto familiar, através da relação entre a criança e seu ambiente, o que inclui não só os eventos físicos, mas também os eventos sociais que constituem esse ambiente.

A importância da família na aquisição de comportamentos dos filhos

Segundo Ariès (1981), a preocupação dos pais em relação à educação dos filhos é relativamente recente. Segundo o autor, na Idade Média, as crianças com idade aproximada de 7 anos já estavam aptas a participarem do mundo adulto. Naquela época, a vida familiar era vivida em público e não havia espaço para um momento privado. A família assegurava a transmissão da vida nos primeiros anos, dos bens e dos nomes, deixando a aprendizagem das crianças para todos.

No entanto, foi a partir do século XVIII que esse sentimento, antes restrito a famílias ricas e importantes, alastrou-se para todas as camadas da sociedade. A partir daí, observou-se um triunfo do individualismo sobre as obrigações sociais. A família tornou-se uma sociedade fechada.

Segundo Ariès (1981), “... *essa família estendeu-se à medida que a sociabilidade se retraiu. É como se a família moderna tivesse substituído as antigas relações sociais desaparecidas para permitir ao homem escapar de uma insustentável solidão moral*” (p274).

Ficou convencionado, então, que a família deveria proporcionar a todos os filhos uma preparação para a vida, passando assim a ser reguladora do comportamento dos filhos. Em outras palavras, a família deveria proporcionar, além de condições materiais para a sobrevivência, uma criação adequada de seus filhos.

Segundo Carvalho e Almeida (2003), a família é responsável não apenas pela a sobrevivência dos indivíduos, mas também pela socialização de seus componentes e pela transmissão das “normas culturais”. Ela representa uma instância mediadora entre indivíduo e sociedade e opera como espaço de produção e transmissão de práticas culturais.

Assim a família funcionaria como uma agência reguladora (Skinner, 1953/2000), na medida em que ela modela e controla, através de reforçadores primários, como cuidados, alimento e reforçadores condicionados, como atenção, aprovação e a afeição, determinados comportamentos, dando reforços adequados a cada tipo de resposta.

Skinner (1982) é enfático quanto ao controle que o ambiente, em particular a família exerce sobre os comportamentos do indivíduo.

...mas ninguém é menos livre do que um recém nascido, e ele tampouco se tornará livre à medida que crescer. Sua única esperança está em vir a ser controlado por um ambiente natural e social no qual possa tirar o máximo proveito de sua dotação genética e, ao fazê-lo, perseguir com êxito a felicidade. Sua família e seus iguais fazem parte desse meio e ele será beneficiado se eles agirem de forma ética (pp.172).

Mielnik (1999) afirma que a família é a principal agência socializadora do indivíduo. Ela tem não só o papel de educar os filhos, mas também a função de orientá-los no sentido de desenvolverem de forma plena suas potencialidades na direção de um convívio social adequado e gratificante para todos. Segundo o autor, serão os pais que irão ajudar seus filhos a crescerem de forma sadia e a conquistarem maturidade e autonomia.

Assim, a família, mais especificamente, os pais (ou aqueles que assumem essa tarefa), seriam agentes de socialização dos filhos, e ao utilizarem certas práticas, direcionam o comportamento de seus filhos, contingenciando comportamentos que garantam a independência, a autonomia e a responsabilidade, e se esforçam para diminuir comportamentos indesejáveis (Gomide, 2003).

Skinner (1953/2000) e Sidman (1989/1995) apontaram que o controle que os pais exercem sobre o comportamento de seus filhos é um fato presente não só nas relações familiares, mas em todas as relações pessoais e pode ser estabelecido de diferentes formas:

- a) Através do controle não coercitivo (reforçamento positivo), em que os pais oferecem elogios, atenção e/ou carinho à criança, dando oportunidades para o recebimento de “reforços positivos”, possibilitando a aprendizagem de novos comportamentos que proporcionarão o acesso a novos reforçadores;
- b) Por meio de reforçamento negativo, no qual o comportamento é controlado através de ameaças, de brigas ou de retirada de coisas agradáveis, fazendo com que o indivíduo comporte-se fugindo ou evitando eventos aversivos, possivelmente contingenciando repertórios comportamentais estereotipados ou repetitivos de fuga e/ou esquiva;
- c) E por meio da punição, em que os pais controlam o comportamento de seus filhos por meio de estímulos aversivos, como, por exemplo, através de surras, podendo eliciar respondentes aversivos frente a situações similares à que foi punida.

Durante o processo de socialização os pais utilizam certas práticas que estabelecem contingências que direcionam o comportamento de seus filhos. Tais práticas funcionam como estímulos discriminativos e estímulos reforçadores, que seguem e precedem o comportamento dos filhos, contingenciando, assim, um vasto repertório comportamental.

Hoffman (1979) dividiu as práticas educativas parentais em técnicas coercitivas e indutivas. Entre as técnicas coercitivas podem ser citados o uso de punição verbal ou física, a privação de privilégios e a ameaça de castigo. Sua finalidade última é orientar os filhos quanto aos padrões de conduta esperados, porém, seu propósito imediato é eliminar comportamentos indesejados, tão logo estes aconteçam, por intermédio de comandos

verbais, ordens ou do uso da força. Por outro lado, estratégias como uso de explicação, comando verbal não coercitivo e alteração da situação ambiental são classificados como práticas indutivas. Essas técnicas visam não apenas a extinção dos problemas de comportamento, como também a internalização das regras que deveriam guiar a conduta do indivíduo.

Portanto, ao cumprirem o papel de agentes de socialização, os pais podem utilizar técnicas e estratégias que promovam aquisição de comportamentos adequados, garantindo, assim, a autonomia, a independência e a responsabilidade dos filhos, como também utilizar técnicas e estratégias que, pelo contrário, induzem a déficits ou excedentes comportamentais que prejudicam a interação da criança com seus pares e adultos de sua convivência (Bolsoni-Silva & Maturano, 2002).

Segundo os mesmos autores, através destas técnicas e estratégias inadequadas, os pais tendem a não serem contingentes no uso de reforçamento positivo para comportamentos pró-sociais e empregam com freqüência punições para comportamentos desviantes. Como consequência, comportamentos coercitivos são diretamente reforçados pela família, induzindo os filhos a utilizá-los para conviver dentro deste sistema social aversivo.

Assim, a maneira com que os pais educam seus filhos - ou mais especificamente, as técnicas e estratégias utilizadas para cumprirem esta função - podem contribuir tanto para a aquisição de comportamentos socialmente aceitos ou adequados, como contribuir para a aquisição de comportamentos inaceitáveis ou anti-sociais. Essas técnicas e estratégias podem ser descritas em termos comportamentais e são definidas na literatura como práticas educativas parentais.

Práticas educativas parentais, estilos parentais e o comportamento dos filhos

Não se sabe ao certo, qual o principal determinante para o surgimento de problemas de comportamento em crianças e adolescentes. Alguns estudos convergem para uma concepção da existência de uma ação simultânea de vários fatores que levam ao desenvolvimento de comportamentos problemáticos, como: ambiente de risco, práticas familiares inadequadas, nível socioeconômico, conflitos conjugais, predisposição genética e outros.

Os autores como Darling e Steinberg (1993), Ceconello, De Antoni e Koller (2003) Weber, Prado e Brandenburg (2006), Alvarenga (2001), Ferreira e Marturano (2002), Bolsoni-Silva e Marturano (2002) se detiveram em investigar as relações existentes entre as práticas parentais e os problemas de comportamento em seus filhos.

Segundo Darling e Steinberg (1993), as práticas parentais referem-se à classes comportamentais ou respostas a determinadas situações ou a determinados objetivos, apresentados pelos pais em seus esforços de produzir modificações no desenvolvimento do processo educativo da criança.

Alvarenga (2001) destacou que as práticas educativas parentais estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento de comportamentos adequados nos jovens. Estas práticas, por produzirem modificações nos comportamentos dos filhos, são reforçadoras para os pais e fazem com que estes se utilizem cada vez mais destas estratégias para eliminar e suprimir comportamentos inadequados e incentivar a ocorrência de comportamentos mais adequados e socialmente corretos.

Segundo Ceconello e colaboradores (2003), as práticas educativas parentais referem-se às estratégias utilizadas pelos pais para atingir objetivos específicos em

diferentes domínios (acadêmico, social, afetivo) sob determinadas circunstâncias e contextos, como, por exemplo, o uso de explicações, de punições ou de recompensas.

Em geral, estes estudos relataram que a forma como os pais educam seus filhos parece estar diretamente relacionada com a aquisição de comportamentos socialmente adequados. Por outro lado, são as famílias, através de práticas inadequadas, como pouco envolvimento, pouca supervisão e monitoria, comunicações predominantemente aversivas, punição, entre outras práticas, que estimulam o desenvolvimento de comportamentos inadequados.

Weber, Prado e Brandenburg (2006) selecionaram, numa revisão bibliográfica sobre interação pais-filhos, algumas práticas parentais consideradas relevantes e as definiram como práticas educativas adequadas, consideradas como “fatores de proteção”, pois modificam e/ou melhoram a resposta do indivíduo e práticas educativas inadequadas, consideradas como “fatores de risco”, pois aumentam a probabilidade de ocorrência de problemas de comportamento. (Oliveira, 1998; Reppold, Pacheco, Bardagi, & Hutz, 2002).

As práticas educativas parentais levantadas por Weber e cols. (2006), podem ser agrupadas em seis práticas distintas, sendo quatro consideradas adequadas: envolvimento, regras e monitoria, comunicação positiva com os filhos e modelo parental positivo; e duas consideradas inadequadas: punição e comunicação negativa. Além das práticas parentais, os autores selecionaram o clima conjugal do casal parental como um aspecto relevante na interação pais e filhos que, mesmo não sendo uma prática parental, exerce influência no desenvolvimento dos filhos e pode ser avaliado como positivo ou negativo.

Na presente pesquisa serão estudadas as práticas educativas levantadas por Weber e colaboradores (2006) que serão descritas a seguir.

Envolvimento:

Segundo Weber e colaboradores (2006), o envolvimento corresponde a demonstrações de amor e afeto através de carinho físico e de verbalizações positivas dos pais para com seus filhos, a participação dos pais na vida dos filhos, se eles dão apoio, são sensíveis as suas reações, se os pais estão presentes e disponíveis na vida dos filhos e se favorecem o diálogo e a autonomia dos filhos.

Baumrind (1997) define afetividade como a expressão emocional de amor por parte dos pais. Segundo a autora, para que as técnicas disciplinares sejam efetivas é necessário que os pais estejam envolvidos com os filhos e ofereçam amor e apoio. No entanto, a afetividade não é sinônimo de aprovação incondicional. Pais afetivos e amorosos também podem ser firmes em suas práticas educativas.

Segundo Hoffman (1979), a afetividade na relação entre pais e filhos é importante porque pode fazer com que o adolescente fique mais receptivo às técnicas disciplinares, siga o exemplo dos pais e sintam-se emocionalmente seguro, podendo ser empático com as outras pessoas. Além disso, a afetividade facilita o desenvolvimento de consciência e de internalização de normas sociais por parte da criança.

Por outro lado, já está evidenciado que a falta de afetividade ou a rejeição parental tem conseqüências adversas para o ajustamento social da criança. Nessa direção, observa-se que estes comportamentos contribuem para o desenvolvimento de agressão ou delinqüência, particularmente quando ocorrem em combinação com punição severa (Grusec & Lytton, 1988).

Em relação ao envolvimento paterno, dados empíricos mostram relação com aspectos positivos no desenvolvimento dos filhos, como menor nível de agressão, boa saúde física, prevenção ao uso de álcool, menor risco de problemas de comportamento,

melhor desenvolvimento social, sucesso acadêmico, melhor desempenho em atividades esportivas e facilidade para percepção de expressão emotiva (Montague & Walker-Andrews, 2002; Sartor & Youniss, 2002).

Regras e Monitoria:

Os pais, geralmente, preocupam-se com a conduta de seus filhos quando estes não estão sob seus cuidados. Diante disso, mostram-se preocupados e ansiosos por saber o que podem fazer para evitar que os filhos envolvam-se com más influências e passem a apresentar comportamentos indesejáveis. A Psicologia tem dado uma resposta clara para os pais: mantenham o olho aberto, saibam o que os filhos estão fazendo, onde estão indo e com quem, monitorem seus comportamentos (Stattin & Kerr, 2000).

Regras e monitoria, segundo Weber e colaboradores (2006), incluem dois aspectos: primeiro, a existência de normas definindo o que o filho deve fazer, como e quando, ou o contrário se for um comportamento negativo. Segundo, a ocorrência de supervisão do cumprimento das regras estabelecidas e do monitoramento das atividades dos filhos.

Modelos teóricos apontam a baixa monitoria como causa do início de comportamentos disruptivos, avançando para o agrupamento com pares desviantes e resultando em comportamento anti-social (Patterson, Reid & Dishion, 1992). Além disso, estudos longitudinais mostram que a baixa monitoria está correlacionada com comportamentos anti-sociais, criminosos, uso de substâncias ilegais e comportamento sexual de risco (Stanton, Xiaoming, Galbraith, Cornick, Feigelman, Kaljee & Zhou, 2000; Xiaoming, Feigelman & Stanton, 2000).

Xiaoming e colaboradores (2000) enfatizaram que um componente importante da monitoria é o conhecimento das atividades que o filho exerce, envolvendo comportamentos de risco e comportamentos de prevenção, por exemplo, o conhecimento

de onde o filho está e com quem. O uso da monitoria parental funciona como uma medida preventiva primária, reduz ou diminui o surgimento de comportamentos de risco, e age como uma medida de intervenção entre jovens com repertório comportamental de risco instaurado (reduz a pré-existência de comportamentos de risco).

Patterson e colaboradores (1992) assinalam que o monitoramento parental é um componente fundamental para uma regulação comportamental efetiva, especialmente no final da infância e na adolescência. No entanto, como e quanto os pais devem monitorar o comportamento dos filhos não parece ser uma questão simples, principalmente durante a adolescência, quando a convivência com outras pessoas e com o grupo de pares torna-se mais relevante. Nessa fase, os pais vêm-se diante do problema de decidir quanto tempo em supervisão os filhos podem ficar, já que ainda não há consenso sobre a estrutura que deve ser imposta pelos adultos durante o período de transição para a adolescência. Os autores afirmam que é muito importante que os pais continuem monitorando o comportamento dos filhos no início da adolescência. A falta de monitoramento pode colocar os filhos em sério risco para o envolvimento com grupos desviantes, atividades anti-sociais e drogas.

Patterson e Stouthamer-Loeber (1984) realizaram uma investigação verificando a influência do monitoramento parental sobre a ocorrência e a persistência de problemas de comportamento em adolescentes. Os autores encontraram uma correlação significativa e negativa entre monitoramento e problemas de comportamento. Nessa pesquisa os adolescentes investigados foram divididos em três grupos conforme o número de ocorrências policiais em que estavam envolvidos. Os resultados encontraram que 21% dos adolescentes que não apresentavam problemas de comportamento eram pobremente monitorados por seus pais. Esse índice sobe para 50% e 73% nos grupos que apresentavam

problemas de comportamento moderados e persistentes, respectivamente. Esses dados indicam que o fracasso dos pais em monitorar o comportamento dos filhos está significativamente relacionado à ocorrência e à persistência de problemas de comportamento.

Wright e Cullen, 2001 (citado por Gomide, 2003) afirmaram que práticas como o estabelecimento de limites e posicionamentos claros reduz a possibilidade de engajamento em comportamentos de risco.

Esta concepção é corroborada por Davies, McMahon, Flessati e Tiedemann (1984), que comprovaram em suas pesquisas que a obediência dos filhos é muito maior se a explicação da regra for clara, incluindo o que e quando se deve fazer, e as conseqüências caso a criança obedeça ou desobedeça.

Punição Física:

A punição é um ingrediente comum entre as técnicas de educação e objetiva reduzir a frequência de um determinado comportamento.

A pesquisa realizada por Grusec e Kuczynski (1980) indica o papel predominante que a punição tem no repertório dos pais. Praticamente todas as mães relataram utilizar estratégias coercitivas, como retirar privilégios e forçar o comportamento apropriado, e 70% afirmaram brigar, bater e gritar com seus filhos em algumas situações.

Segundo Weber e colaboradores (2006), a punição é uma conseqüência aversiva a comportamentos inadequados, no intuito de diminuir sua probabilidade de ocorrência. Dentre as várias formas utilizadas pelos pais para punir (punição corporal, por custo de resposta, *time out*, retirada de privilégio), a punição corporal apresenta índices de prejuízos no desenvolvimento da criança e do adolescente.

No entanto, alguns autores afirmam que, a longo prazo, a punição funciona com desvantagem tanto para o indivíduo punido quanto para o agente punidor, pois os efeitos dessa técnica estão limitados ao tempo, ao lugar e a presença do agente (Bandura, 1979; Skinner, 1953/2000). Além disso, a punição gera emoções, incluindo predisposições para fugir ou retrucar e ansiedades perturbadoras (Skinner, 1953/2000). Tais emoções podem inibir certos comportamentos no indivíduo, além de impedirem que esse avalie as situações e os motivos pelos quais está sendo punido, ou seja, a criança, por exemplo, pode não conseguir relacionar o seu comportamento com a punição que está sofrendo.

Gershoff (2002) classifica a punição em dois tipos: quando ela é planejada, controlada e não acompanhada de emoções fortes por parte dos pais, dita *instrumental* e quando é acompanhada de sentimentos de raiva e possivelmente de estar fora do controle, é chamada de *impulsiva*. O primeiro caso, geralmente, faz parte do repertório disciplinar da criança e é um procedimento capaz de deixá-la mais obediente. Enquanto o segundo caso, geralmente, representa o último recurso disciplinar dos pais, sendo, na maioria das vezes, esporádico e passível de deixar a criança com medo ou com raiva de seus pais. O uso contínuo da punição impulsiva está correlacionado com o desenvolvimento de comportamentos anti-sociais em crianças e adolescentes.

A privação de afeto é outra estratégia utilizada pelos pais e considerada uma técnica coercitiva. Esta prática também é considerada aversiva, pois corresponde a uma ameaça de rompimento de um laço emocional entre os pais e a criança, gerando insegurança e ansiedade. Esta é uma forma psicológica de punição e pode ser expressa na forma de desaprovação, indiferença, isolamento da criança, privação condicionada de amor ou de uma ameaça da perda permanente de amor (Grusec & Lytton, 1988). Embora possa controlar o comportamento de crianças e adolescentes em muitas situações, a

privação de afeto produz efeitos emocionais que podem comprometer o desenvolvimento do indivíduo, gerando insegurança e ansiedade, além de enfraquecer a relação afetiva entre pais e filhos.

Comunicação Negativa:

Segundo Weber e colaboradores (2006), a comunicação negativa refere-se a repreensões ou xingamentos dos pais em relação aos filhos, demonstrando desaprovação ou humilhação verbal, ou seja, corresponde à ocorrência de verbalizações aversivas durante o diálogo que ocorre na interação pais e filhos.

Pacheco (2004) verificou em sua pesquisa realizada com adolescentes, infratores e não infratores, uma diferença significativa entre os grupos, sendo que os relatos sobre a ocorrência de conflitos na família com maior incidência de brigas e de violência doméstica e a existência de conflitos na família do adolescente foram mais frequentes (45,3%) nos adolescentes infratores.

Frias-Armenta, López-Escobar e Díaz-Mendes (2003) afirmaram que a repreensão, o xingamento, a desaprovação e a humilhação verbal, seja dirigida para os filhos ou para as mulheres, resultam em um empobrecimento do ambiente familiar, o que pode aumentar os riscos dos filhos manifestarem problemas de comportamento, inclusive conduta anti-social e auto-destrutiva.

Segundo Alvarenga (2001) a comunicação aversiva inibe qualquer iniciativa por parte do filho em contar eventos significativos e, por outro, inibe por parte do pai o estabelecimento de uma contingência verbal que poderia adquirir controle sobre o comportamento.

Comunicação Positiva com os filhos:

A comunicação verbal está presente na vida de todos os indivíduos da espécie humana, ora como falantes, ora como ouvintes. Enquanto ouvintes, a comunicação pode ser fonte de informações, orientações, aprendizados, reforçamentos, determinação de regras, entre outros. Assim, o comportamento verbal é de extrema importância na interação entre pais e filhos.

Segundo Weber e colaboradores (2006), a comunicação positiva refere à existência de diálogo produtivo na interação e a iniciativa dos filhos em relatarem eventos e comportamentos ocorridos no seu dia – a – dia.

Segundo Alvarenga (2001), através da comunicação os pais podem descrever contingências naturais que indicam aos filhos as conseqüências que seu comportamento produz para ele e para os outros. Ao fazer uso dessa prática, os pais não apenas estão oferecendo uma contingência verbal que poderá adquirir controle sobre o comportamento em questão, mas também estão tornando o filho apto para discriminar as relações entre os seus comportamentos e o ambiente em ocasiões futuras.

Um estudo interessante questiona a origem dos conhecimentos que os pais têm acerca das atividades que seus filhos fazem; com quem estão, entre outros (Kerr & Stattin, 2002). As autoras dessa pesquisa buscaram identificar quais formas de informação estão realmente por trás do conhecimento parental. De fato, os pais podem obter conhecimento sobre as atividades dos filhos de várias formas: O filho pode contá-los espontaneamente, sem ter sido feita nenhuma pergunta ou solicitação (revelação espontânea); os pais podem fazer perguntas para os filhos ou para amigo, buscando ter conhecimento de algumas coisas (solicitação parental); e os pais podem impor regras e limites claros relacionados às atividades dos filhos, controlando suas atividades (controle parental). Nesse estudo,

questionários foram respondidos em sala de aula por 703 crianças e seus pais responderam questões similares. Ambos, pais e filhos sabiam que estariam respondendo questões similares. Os resultados mostraram que o conhecimento parental vem, principalmente, das revelações espontâneas das crianças aos pais. Ainda, as revelações espontâneas estão inversamente correlacionadas a medidas de delinquência, enquanto altos níveis de solicitação parental estão correlacionados com altos níveis de comportamentos disruptivos e delinquentes. O estudo conclui que o acompanhamento e a vigilância não são as melhores prescrições para o comportamento dos pais, e que uma nova prescrição deve ser enfocada, atentando-se para os fatores que determinam as revelações espontâneas das crianças.

Segundo uma pesquisa realizada por Slee (1996), a ausência de diálogo e a falta de abertura para manifestação de emoções têm sido vistas como aspectos negativos na relação entre pais e filhos.

Pesquisas sobre dependências químicas demonstram que a comunicação positiva apresenta-se como um fator protetivo para envolvimento com álcool e drogas (Kaplow, Curran & Dodge, 2002; Kelly, Comello & Hunn, 2002), sendo que a presença do diálogo também é facilitadora no tratamento do uso de substâncias químicas (Kafka & London, 1991).

Estilos Parentais:

As interações entre pais e filhos também têm sido classificadas conforme a tipologia dos estilos parentais, proposta por Diana Baumrind (1966). Os estilos parentais diferem das práticas educativas por incluírem aspectos globais dessas interações, considerando o contexto afetivo no qual as estratégias ocorrem.

Enquanto as práticas parentais variam entre situações, os estilos parentais correspondem a um padrão de comportamento dos pais com a criança e são relativamente independentes de um contexto específico de socialização e se evidenciam numa ampla variedade de interações entre pais e filhos.

Segundo Darling e Steinberg (1993), desde a década de 30, as pesquisas que investigavam os relacionamentos entre pais e filhos e suas possíveis conseqüências no desenvolvimento infantil enfatizavam, ora os aspectos emocionais da interação, ora os aspectos instrumentais, deixando uma importante lacuna entre o estudo dos processos emocionais e os processos comportamentais inerentes a essa relação.

Baumrind (1966) propôs um modelo teórico que investigava a influência da autoridade e do controle parental presentes nessa interação. Este modelo teórico foi um marco nos estudos que haviam sido feitos sobre a educação pais e filhos, servindo como base para um novo conceito de estilos parentais que integra aspectos emocionais e comportamentais.

Ao invés de definir as múltiplas dimensões do comportamento parental, Baumrind especificou uma função parental, o controle, e adicionou articulações sobre essa função.

A partir de suas pesquisas, Baumrind (1966) então propôs um modelo de classificação dos pais com três protótipos de controle: *authoritative*¹, autoritário e permissivo.

O estilo parental autoritativo inclui pais que tentam direcionar as atividades dos filhos de maneira racional e orientada, incentivam o diálogo compartilhando com a criança

1.Nome de difícil tradução, sem correspondente em português. Pesquisadores brasileiros mantiveram o nome autoritativo. (Costa & cols., 2000), ou adotaram outros nomes para este estilo como democrático-recíproco (Oliveira & cols., 2002) ou competente (Bee, 2003).

o raciocínio por detrás da forma como eles agem, solicitam suas objeções quando ela se recusa a concordar; exercem firme controle nos pontos de divergência, colocando sua perspectiva de adulto, sem restringir a criança, reconhecendo que esta possui interesses próprios e maneiras particulares, não baseando suas decisões em consenso ou no desejo da criança.

Estilo parental autoritário são pais que modelam, controlam e avaliam o comportamento da criança de acordo com regras de conduta estabelecidas e, normalmente, absolutas, estimam a obediência como uma virtude e são a favor de medidas punitivas para lidar com aspectos da criança que entram em conflito com o que eles pensam ser certo.

Estilo parental permissivo é caracterizado por pais que tendem a se comportar de maneira não-punitiva e receptiva diante dos desejos e ações da criança. Apresentam-se para ela como um recurso para realização de seus desejos e não como um modelo, nem como um agente responsável por moldar ou direcionar seu comportamento.

Na primeira metade dos anos 80, a tipologia de controle parental de Baumrind foi reformulada por Maccoby e Martin (1983), que subdividiram o estilo permissivo em indulgente e negligente.

Tais autores propuseram um modelo teórico de estilos parentais levando em conta duas dimensões fundamentais nas práticas educativas dos pais, denominadas exigência (demandingness) e responsividade (responsiveness).

A exigência parental, segundo os autores, inclui todos os comportamentos dos pais que buscam de alguma forma controlar o comportamento dos filhos, impondo-lhes limites e estabelecendo regras. Já a responsividade refere-se àqueles comportamentos compreensivos que os pais têm para com os filhos e que visam, através do apoio

emocional e da bi-direcionalidade na comunicação, favorecer o desenvolvimento da autonomia e da auto-afirmação dos jovens.

Assim, as características de cada estilo foram sistematizadas através destas duas dimensões.

Pais que apresentam um estilo parental autoritativo são exigentes e responsivos, ou seja, há uma reciprocidade. Os filhos devem responder às exigências dos pais, mas estes também aceitam a responsabilidade de responderem, o quanto possível, aos pontos de vista e exigências razoáveis dos filhos.

Pais que apresentam um estilo parental autoritário são exigentes e não responsivos, ou seja, as exigências deles estão em desequilíbrio com a aceitação das exigências dos filhos, dos quais se espera que inibam seus pedidos e demandas.

Pais com o estilo parental indulgente são responsivos e não exigentes, ou seja, apresentam pouco controle e alta responsividade. Pais indulgentes, não estabelecem regras nem limites para a criança, estabelecendo poucas demandas de responsabilidade e maturidade. São excessivamente tolerantes, permitindo que a criança monitore seu próprio comportamento; são afetivos, comunicativos e receptivos com seus filhos, tendendo a satisfazer qualquer demanda que a criança apresente.

E pais negligentes não são nem afetivos nem exigentes. Demonstram pouco envolvimento com a tarefa de socialização da criança, não monitorando seu comportamento. Tendem a manter seus filhos à distância, respondendo somente as suas necessidades básicas. Os pais negligentes estão, freqüentemente, centrados em seus próprios interesses, tendem a orientar-se pela esquiwa das inconveniências, o que os faz responder a pedidos imediatos das crianças apenas de forma a findá-los (Maccoby & Martin, 1983).

Assim, com o avanço teórico-prático no campo das práticas e dos estilos parentais, foi possível estabelecer associações entre determinadas práticas e estilos parentais e diferentes aspectos na conduta dos filhos.

Práticas e estilos parentais e o comportamento dos filhos

É necessário esclarecer que as práticas educativas e os estilos parentais não podem ser considerados como o único fator que interfere no desenvolvimento do indivíduo.

Segundo Oliveira (1998), as pesquisas indicam que as variáveis que afetam o desenvolvimento humano tendem a ser diferentes para cada organismo e para cada contexto, indicando, assim, que a influência é moderada por algumas características do indivíduo e do contexto em que ele se insere.

Desta forma, as práticas e estilos parentais devem, segundo Ruter (citado por Oliveira, 1998) ser analisados como indicadores e não como mecanismos. Ambas são características estatisticamente relacionadas com certos problemas no desenvolvimento da criança, contudo, enquanto os mecanismos atuam diretamente os indicadores atuam indiretamente. Portanto, será descrita uma análise comportamental dos principais termos e princípios relacionados ao conceito de práticas parentais e estilos parentais em termos probabilísticos e não em termos deterministas, a partir de considerações de diferentes autores.

Para isso, será utilizada a tipologia proposta por Maccoby e Martin (1983): autoritativo, autoritário, indulgente e negligente.

Os pais que apresentam o estilo parental autoritativo apresentam elevados níveis de controle e carinho, estabelecendo regras claras, contingenciando comportamentos socialmente maduros e, ao mesmo tempo, atentos às necessidades da criança. São contingentes ao comportamento dos filhos, facilitando assim no processo de modelagem

do comportamento adequado. Tais pais utilizam tanto o reforço positivo como a punição de maneira contingente ao comportamento emitido pelo filho (Lubbi, citado por Shiota, 2004). Instalam comportamentos socialmente adequados através do reforçamento positivo e do uso de regras que descrevem contingências naturais que indicam aos filhos as conseqüências que seu comportamento produz para eles e para os outros. Ao fazer uso dessas práticas, os pais não apenas estão oferecendo uma contingência verbal que poderá adquirir controle sobre o comportamento em questão, mas também estão tornando a criança mais apta para discriminar as relações entre os seus comportamentos e o ambiente em ocasiões futuras (Alvarenga, 2001). Garantem a competência nos relacionamentos interpessoais, um manejo das contingências de forma adequada, aumentando, assim, a probabilidade da criança ser bem-sucedida na vida adulta e de seus comportamentos serem reforçados positivamente (Batista & Hübner, 2005).

Já os pais autoritários fazem uso da coerção em relação aos filhos para promover um comportamento socialmente adequado ou mesmo para suprimir os comportamentos inadequados (Lubbi, citado por Shiota, 2004).

Esses pais usam, freqüentemente, a punição não contingente ao comportamento da criança, e em contrapartida, o reforço positivo é pouco usado, sendo o comportamento controlado basicamente por regras.

Para Skinner (1953/2000), a punição pode fazer com que a criança pare imediatamente de emitir o comportamento punido, porém, pode eliciar sentimentos de medo frente a situações similares à que foi punida. Skinner indica os lamentáveis subprodutos do uso de punições, tais como medo, ansiedade, culpa e doenças psicossomáticas ou outras que prejudicam a vida cotidiana do indivíduo, tais como falta de repertório adequado, que lhe permita resolver problemas e manter relacionamentos positivos.

Segundo Bolsoni-Silva e Marturano (2002), o uso de punições, além de não resolver os problemas de comportamento, compromete a relação entre pais e filhos além de favorecer o surgimento de problemas na vida adulta e mesmo infantil, tais como baixa auto-estima, baixa autoconfiança e pouca flexibilidade comportamental.

Pais autoritários, ao utilizarem critérios exigentes para as gratificações, estabelecem regras difíceis de serem cumpridas, principalmente porque não descrevem apropriadamente as contingências. Assim a chance do não cumprimento é grande, aumentando, desta forma, o fracasso, gerando desapontamentos de ambas as partes.

Para Santos (2001), filhos de pais autoritários são geralmente inseguros e preocupados, demonstram grande incidência de comportamento não assertivo.

Oliveira e cols. (2002) identificaram que esses filhos possuem comportamento de externalização, como a agressão verbal ou física, destruição de objetos e mentira. E de internalização, como a retração social, depressão e ansiedade. Em outros estudos, os filhos de pais autoritários foram descritos como tendo tendência para um desempenho escolar moderado, sem problemas de comportamento, mas eles possuem pouca habilidade social, baixa auto-estima e alto índice de depressão.

Segundo Bolsoni-Silva e Marturano (2002), os pais de filhos que apresentam comportamentos anti-sociais, tendem a ser não contingentes no uso de reforçadores positivos para comportamentos pró-sociais e empregam, freqüentemente, punições para os comportamentos problema, levando, assim, a criança a utilizá-los com mais freqüência, possivelmente por esse padrão de comportamento ter grande importância para a sobrevivência neste sistema social aversivo.

Quanto aos pais que apresentam o estilo parental indulgente, percebe-se que esses pais apresentam altos índices de responsividade, sendo tolerantes e carinhosos, entretanto

não se empenham em contingenciar comportamentos adequados nos filhos. Com isso, os pais falham no controle comportamental, possibilitando a ocorrência de comportamentos indesejáveis.

Este tipo de prática é denominado por Gomide (2003) de disciplina relaxada e é caracterizada pelo não cumprimento de regras estabelecidas. Os pais ameaçam e quando se confrontam com comportamentos opostos e agressivos dos filhos se omitem, não fazendo valer as regras. Na análise do comportamento, a família, como primeiro contexto socializador da criança, deve estabelecer a base para os padrões comportamentais infantis (Gomide, 2001).

Desta forma, crianças expostas constantemente a práticas educativas de disciplina relaxada estarão em potencial situação de risco para o desenvolvimento de comportamentos indesejáveis.

Segundo Darling (1999), os filhos de pais indulgentes tendem a possuir um pior desempenho nos estudos, a envolver-se com problemas de comportamento e são menos independentes. Apresentam, no entanto, boas habilidades sociais, boa auto-estima e baixo índice de depressão.

Por fim, os pais que apresentam o estilo parental negligente apresentam baixos índices de responsividade e de exigência, ou seja, os pais ignoram a maioria dos comportamentos dos filhos e respondem muito pouco às suas iniciativas de comunicação. Assim, o comportamento dos pais não é contingente ao comportamento dos filhos, o que pode facilitar o desenvolvimento de dificuldades em discriminar e apresentar o comportamento socialmente adaptado no meio em que vive, do qual ela também receberia reforços.

Segundo pesquisas, os resultados mais negativos estão relacionados com os filhos de pais negligentes, que possuem o menor desempenho em todos os domínios. Eles têm dificuldades em desenvolver autoconhecimento e de diferenciar seus próprios objetivos profissionais dos objetivos dos pais. Possuem baixo rendimento escolar, baixa auto-estima, podem ter um desenvolvimento atrasado, problemas afetivos e comportamentais (Darling, 1999).

Vários estudos têm sido desenvolvidos para demonstrar a relação que existe entre as práticas educativas, os estilos parentais e o desenvolvimento de comportamentos relacionados ao uso de drogas em adolescentes.

Alves (1982) afirmou que a prevenção de distúrbios de comportamento, ou mesmo a prevenção do uso de drogas deve ocorrer durante o processo de socialização. Segundo o autor é no processo de socialização que o indivíduo adquire os padrões comportamentais e as normas do grupo social na qual está inserido.

Esta concepção é corroborada por Patterson e colaboradores (1992). Segundo os autores, existe uma seqüência desenvolvimentista acerca do comportamento anti-social que se inicia no ambiente familiar. Assim, os comportamentos disfuncionais seriam modelados, num primeiro momento, no ambiente familiar através de uma disciplina ineficiente, pouca monitoria e principalmente pelo reforço dado a tais comportamentos. Em seguida, no ambiente escolar, a criança muito provavelmente apresentará os mesmos comportamentos incompatíveis que irão dificultar seu desempenho escolar. Ela não apresentará os comportamentos necessários para se relacionar bem com seus pares e para desenvolver habilidades sociais e acadêmicas, levando, assim, à rejeição dos pares, dos professores e a déficits acadêmicos.

Ao restringir as fontes de reforço presentes no ambiente convencional (escola, trabalho), o sujeito procuraria, então, grupos ou ambientes alternativos que não fossem tão coercitivos. Procuraria apoio em grupos desviantes, aperfeiçoando, deste modo, suas habilidades anti-sociais. O indivíduo provavelmente buscará drogas, cometerá pequenos delitos, o que dificultará sua inserção em atividades convencionais de trabalho adulto e nas futuras relações interpessoais. Finalmente, o adolescente já apresentará um padrão anti-social consistente e freqüente, o que levaria a uniões disruptivas, a fracassos profissionais e, provavelmente, à institucionalização. Isto aconteceria frente à soma de alguns fatores, como rejeição parental e fracasso acadêmico da criança, o que a levaria a aproximar de grupos desviantes com risco para a delinquência.

Em relação ao uso de substâncias tóxicas e a estrutura familiar, Monte Serrat (1985) e Steinberg (1991) demonstraram que em famílias onde há uma história de conduta anti-social em outros membros, estressores como doenças, desemprego, violência familiar, conflitos conjugais e divórcio e disfunções familiares se caracterizam como a estrutura comum em pacientes que apresentam comportamentos drogadictivos.

As pesquisas realizadas por Climent, Aragon e Plutchik (1990), Nurco e Lerner (1996) mostraram que o afeto e o interesse mostrado pelos pais, o tempo que passam com seus filhos e a firmeza de medidas disciplinares tomadas mantêm correlação com a abstenção ao uso de drogas.

Em relação ao controle exercido pelos pais, as pesquisas realizadas por Oxford, Harachi, Catalano e Abbott (2000) apontaram para a importância de um controle social familiar adequado, prevenindo o envolvimento dos filhos com pares desviantes e evitando a aquisição do comportamento de auto-administração de drogas, principalmente na adolescência.

Os estudos realizados por Schenker e Minayo (2004) contribuíram para o entendimento de como a família está implicada no desenvolvimento saudável de seus membros, já que ela é entendida como sendo o elo que os une às diversas esferas da sociedade. As práticas educativas ensinam padrões de como se relacionar, interagir e se comportar no seio da cultura. O estudo apontou para a complexa influência da família, da escola e do grupo de amigos no caso da manifestação do uso abusivo de drogas, principalmente na adolescência.

Um recente estudo realizado por Barret e Turner (2006) mostrou que os indivíduos que passaram sua adolescência em lares com ambos os progenitores apresentam vantagens excepcionais quando comparados a sujeitos provenientes de famílias com apenas um dos progenitores. Segundo os autores, indivíduos provenientes de famílias biparentais relataram uma maior percepção de suporte familiar, uma menor exposição a traumas e a stress e pouca aprovação parental em relação ao uso da substância. A pesquisa também aponta que a presença de mais um parente dentro de casa indica um fator de proteção em relação ao uso e abuso de drogas, principalmente por proporcionar mais controle e supervisão sobre o comportamento do adolescente.

Como se pode verificar, a influência dos estilos parentais e de práticas educativas no desenvolvimento de repertórios comportamentais de crianças e adolescentes tem sido alvo de diferentes estudos, principalmente por possibilitar o desenvolvimento de estratégias de prevenção e intervenção para famílias e educadores (Weber & cols., 2002).

Acredita-se que através do estudo das relações entre pais e filhos - relações essas que têm grande influência no processo de desenvolvimento do indivíduo e que constituem a base referencial de todas as outras relações - poder-se-á encontrar meios para aprimorar

os recursos oferecidos pelos profissionais que lidam com o problema da dependência química, oferecendo medidas mais eficazes no tratamento e prevenção desta demanda.

OBJETIVOS

Objetivo geral

Descrever as práticas educativas parentais utilizadas por pais de adolescentes abusadores/dependentes de substâncias psicoativas.

Objetivos específicos

- Investigar a relação entre abuso/dependência de substâncias e a presença de nove práticas educativas parentais: envolvimento, regras e monitoria, punição física, comunicação positiva dos filhos, comunicação negativa, clima conjugal positivo, clima conjugal negativo, modelo e sentimento dos filhos;
- Descrever as práticas parentais relatadas por adolescentes internados numa instituição de recuperação de dependentes químicos segundo as dimensões: envolvimento, regras e monitoria, punição física, comunicação positiva, comunicação negativa;
- Identificar possíveis relações de contingência entre as práticas educativas parentais e o comportamento dos participantes;

MÉTODO

Participantes

Participaram dessa pesquisa 9 adolescentes, de ambos os sexos, com idades entre 17 a 21 anos, pertencentes a famílias biparentais, internados em instituições de tratamento em dependência química e que aceitaram participar espontaneamente da pesquisa.

Foram excluídos da pesquisa aqueles participantes oriundos de famílias uniparentais, casados, com filhos ou portadores de problemas psiquiátricos graves, com exceção da dependência de substâncias.

Material

- Ficha de identificação contendo dados que contemplam a idade e sexo dos participantes, a escolaridade e ocupação dos sujeitos e do casal parental e a renda familiar. Em relação ao consumo de drogas, a ficha identificação aborda a idade de início de consumo de substâncias psicoativas, o consumo no último mês que antecedeu a internação e se houveram internações anteriores. (Anexo A)

- Escala de Qualidade de Interação Familiar – EQIF” (Weber & cols., 2006. Weber, Prado, Salvador & Branderburg, no prelo). (Anexo B)

As práticas educativas parentais foram avaliadas através de um instrumento elaborado por Weber e colaboradores a partir de uma revisão da literatura citada há pouco. Este instrumento contém 40 questões divididas em nove escalas: envolvimento (1, 9, 17, 19, 26, 27, 30, 35), regras e monitoria (18, 28, 36, 39), comunicação positiva dos filhos (4, 12, 22), comunicação negativa (2, 5, 10, 13, 32), punição corporal (20, 31, 37), clima conjugal positivo (6, 14, 23, 33, 38), clima conjugal negativo (3, 11, 21, 29), modelo parental (7, 15, 24) e sentimento dos filhos (8, 16, 25, 34, 40).

As questões são propostas para que o adolescente responda sobre as atitudes de seus pais (pai e mãe separadamente). São avaliadas pelo sistema Likert de cinco pontos (nunca, quase nunca, às vezes, quase sempre e sempre).

Das nove escalas presentes no instrumento, seis são escalas positivas e três são negativas. É possível obter o Total Positivo (soma das escalas positivas: envolvimento, regras e monitoria, comunicação positiva dos filhos, modelo, sentimento dos filhos e clima conjugal positivo) e o Total Negativo (soma das escalas negativas: comunicação negativa, punição física e clima conjugal negativo). A combinação destes escores totais fornece a classificação da família dos participantes da seguinte forma: família de risco (escore baixo no total positivo e alto no total negativo) e família protetiva (alto escore no total positivo e baixo no total negativo). Para tal classificação, foram utilizados os pontos de corte propostos no instrumento. Os valores de ponto de corte para a faixa etária acima dos 12 anos são os seguintes: a) família protetiva – TP igual e maior que o percentil 60 e TN igual ou menor que o percentil 40. b) famílias de risco – TP igual e menor que o percentil 40 e TN igual e maior que o percentil 40 (Weber & cols., submetido). Os valores apresentados serão usados como indicativos da qualidade de interação familiar.

Outra classificação proposta pelos autores do instrumento e que foi utilizada nesta pesquisa é dividir os sujeitos entre aqueles que apresentam “baixo escore”, “médio escore” e “alto escore” em cada uma das 9 escalas. Para isto é necessário tirar os percentis 40 e 60 de cada um dos escores obtidos anteriormente. A categorização ficará da seguinte forma:

- a) baixo – escore menor e igual que o valor do percentil 40;
- b) médio - escore entre o valor do percentil 40 e 60;
- c) alto – escore maior e igual ao percentil 60;

- Entrevistas semi-estruturadas;

Foi utilizado um roteiro de entrevista semi-estruturado (Anexo C) para a realização das entrevistas individuais. Os temas abordados nas entrevistas correspondem às escalas presentes no instrumento que avaliam práticas parentais. Assim, foram abordados na entrevista tópicos que investigam o envolvimento parental, a utilização de regras e monitoria, a ocorrência de punição física, a qualidade da comunicação estabelecida e a iniciativa por parte dos filhos em relatar eventos e comportamentos significativos aos pais, excluindo-se portanto, aspectos que avaliam a qualidade do clima conjugal, o sentimento dos filhos em relação as atitudes de seus pais e o modelo parental.

Procedimento

Primeiramente foi feita a apresentação dos objetivos do trabalho as instituições, para que, com a autorização e o consentimento destas, os dados pudessem ser coletados.

Para a realização da pesquisa, os trâmites ocorriam da seguinte forma: o pesquisador chegava à Instituição em dias e horários previamente combinados de posse de uma listagem dos adolescentes que passavam por tratamento naquele local. Em geral, o coordenador presente indicava quais os adolescentes estavam disponíveis para a entrevista e designava uma sala para a realização da mesma. O adolescente era, então, convidado a participar do estudo pelo próprio coordenador.

Sistematicamente os adolescentes chegavam ao pesquisador sem saber exatamente do que se tratava. Nesse momento, o pesquisador se apresentava e explicava os objetivos do estudo e esclarecia os seguintes aspectos: a garantia do sigilo e do anonimato, o fato de que a entrevista seria realizada por pesquisadores externos à Instituição, que o seu relato

não seria revelado aos funcionários da instituição ou seus familiares. Além disso, esclarecia-se que a participação era voluntária e que o adolescente poderia ou não participar.

Aqueles adolescentes que não concordavam em participar da pesquisa eram voltavam a participar das atividades do tratamento. Àqueles que concordavam em participar era reafirmado o sigilo e solicitada a autorização para usar o gravador. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas e todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo D) para participarem.

Para aqueles participantes menores de 18 anos, foi solicitada a autorização dos pais para a participação na pesquisa e autorização para que estas fossem gravadas, além de sua própria concordância (Anexo E).

Obtendo-se a permissão do participante e de seus responsáveis, o primeiro contato ocorria no mesmo dia e constava da Ficha de Identificação e da aplicação do instrumento EQIF, tendo duração aproximada de 40 minutos. Optou-se por ler os itens da ficha de identificação e do EQIF para os adolescentes em decorrência da pouca desenvoltura de alguns com a leitura.

Em contatos posteriores o pesquisador realizou entrevistas semi-estruturadas baseada no EQIF em que o participante respondia as questões feitas pelo pesquisador as quais tinham o objetivo de obter mais dados sobre as práticas educativas utilizadas pelos pais.

As entrevistas semi-estruturadas também foram realizadas individualmente, utilizando o espaço físico das próprias instituições e foram gravadas em áudio para serem reproduzidas em sua íntegra. Vale ressaltar que as entrevistas foram realizadas apenas com o adolescente.

O pesquisador assumiu um compromisso nas instituições de realizar uma devolução dos resultados após a conclusão do estudo.

Procedimento de análise dos dados

Num primeiro momento, foram analisados os dados obtidos na ficha de identificação.

Através desta ficha foi possível constatar a escolaridade e ocupação do participante e do casal parental, a renda familiar, além da idade de início de consumo de substâncias, o padrão de consumo no último mês que antecedeu a internação e se houveram internações anteriores.

Em seguida, foram analisados os resultados obtidos a partir do instrumento EQIF.

Foram analisados os escores obtidos em cada uma das nove escalas, separadamente, para os pais e para as mães, além do total positivo (TP) e do total negativo (TN) determinando assim se eram famílias de risco ou de proteção.

Em seguida os dados obtidos nas entrevistas foram analisados de forma qualitativa, procurando descrever os comportamentos utilizados pelos pais quando estes interagem com seus filhos. De acordo com Gaskell (2002), o uso de entrevista pode ter como objetivo o fornecimento de uma descrição detalhada acerca de um assunto ou contexto específico.

A análise dos relatos seguiu os mesmos moldes utilizados num estudo realizado por Salvador e Weber (2005). Nesse estudo, as autoras analisaram o relato de dois adolescentes distintos a partir de categorias de análise pré-definidas, que correspondiam às mesmas categorias presentes no instrumento EQIF.

Na presente pesquisa, foram retiradas das entrevistas verbalizações que correspondiam a relatos dos participantes sobre aspectos da interação com seus pais, divididos arbitrariamente pelo pesquisador.

Em seguida, as verbalizações foram classificadas de acordo com as seguintes escalas presentes no instrumento: envolvimento, regras e monitoria, punição, comunicação positiva dos filhos e comunicação negativa. As demais escalas presentes no instrumento (clima conjugal positivo, clima conjugal negativo, sentimento dos filhos e modelo) não foram utilizadas como critério para classificação das verbalizações. Cada escala apresenta a seguinte definição (Weber & cols., 2006):

- Envolvimento: demonstrações ou não de amor e afeto, presença ou ausência de carinho físico e de verbalizações positivas dos pais para com seus filhos, participação ou não dos pais na vida dos filhos, se dão ou não apoio, se são ou não sensíveis às reações dos filhos e estão ou não presentes e disponíveis no dia-a-dia.
- Regras e monitoria: existência ou inexistência de normas definindo o que o filho deve fazer ou não fazer e a ocorrência ou não ocorrência de supervisão e monitoramento das atividades.
- Comunicação Negativa: corresponde à ocorrência de verbalizações aversivas durante o diálogo que ocorre na interação pais x filhos.
- Comunicação Positiva dos filhos: refere-se à iniciativa ou não por parte dos filhos em relatar eventos e comportamentos ocorridos no seu dia-a-dia.
- Punição: se os pais utilizam a punição física ou a retirada de privilégios para disciplinar os filhos e se eles agem ou não sob o controle de outras variáveis que não o comportamento dos filhos.

As verbalizações foram classificadas por três juizes independentes. Tais juizes eram psicólogos, analistas do comportamento e pesquisadores, pertencentes ao mesmo grupo de pesquisa em que esta pesquisa foi realizada e que acompanharam o desenvolver deste trabalho em praticamente todas as suas etapas.

Foram consideradas para o presente estudo as verbalizações classificadas igualmente por pelo menos dois juizes.

Quando a verbalização era classificada de maneira distinta pelos três juizes, ela foi descartada da análise dos resultados.

As entrevistas possibilitaram, além da descrição das práticas parentais, adicionar detalhes importantes aos achados quantitativos obtidos através do EQIF.

Por fim, foi feita uma análise hipotética das relações de contingência entre as práticas parentais e o comportamento dos filhos baseada nos princípios da análise do comportamento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente estudo caracterizou-se como exploratório e qualitativo. Os resultados da pesquisa serão apresentados abaixo e na seguinte ordem: análise e discussão dos dados da ficha de identificação; análise e discussão dos dados das Escalas de Qualidade de Interação Familiar – EQIF e análise e discussão dos resultados descritivos, obtidos através das entrevistas.

Tabela 1: Caracterização dos participantes de acordo com a idade e sexo.

PARTICIPANTE	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9
Masculino			19	19	21	17	21	18	21
Feminino	21	21							

Segundo os dados da Tabela 1, pode-se notar que as idades dos participantes estão de acordo com a faixa etária reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (Scivoletto, Henriques & Andrade, 1999), que considera a adolescência o período de 11 a 21 anos. Nota-se uma incidência bem maior de sujeitos pertencentes ao sexo masculino. Estes dados estão de acordo com a literatura. Vários estudos têm demonstrado a prevalência masculina com relação ao abuso de substâncias (Bahls, 2002; Galduróz, Noto, Fonseca & Carlini, 2004).

O estudo de Bahls (2002), com autobiografias de adolescentes adictos, bem como o estudo realizado por Alves (2001), com adolescentes internados por uso de substâncias, indicou a prevalência masculina na amostra investigada. Alves (2001) acrescenta que embora haja prevalência masculina com relação ao uso de drogas, a idade dos adolescentes internados e os padrões de consumo realizados foram semelhantes entre meninos e meninas.

Simão (1999), em seu estudo, indicou um maior número de participantes do sexo masculino que procuravam tratamento. Percebe-se que dentro da amostra estudada, há a presença de dois participantes do sexo feminino.

Tabela 2: Caracterização dos participantes de acordo com a escolaridade.

Participante	Idade	Escolaridade
P1	21	Ensino Fundamental Incompleto
P2	21	Superior Incompleto
P3	19	Ensino Fundamental Completo
P4	19	Ensino Médio Incompleto
P5	21	Ensino Médio Incompleto
P6	17	Ensino Fundamental Incompleto
P7	21	Superior Incompleto
P8	18	Ensino Médio Completo
P9	21	Ensino Fundamental Completo

Na Tabela 2, pode-se observar que a maioria dos participantes apresenta baixo rendimento escolar. Com exceção dos sujeitos P2, P7 e P8 que estão dentro do período adequado à sua idade, os demais estão em média quatro anos atrasados.

Existem vários trabalhos relacionando uma forte associação entre o consumo de substâncias psicoativas e baixo rendimento escolar (Carlini, Cotrim, Silva & Barbosa, 1989; Nappo & Sanches, 2002;). Já é conhecido que o consumo de drogas pode provocar prejuízos no funcionamento ocupacional e social. São notáveis os prejuízos neurológicos, cognitivos (memória, percepções e formas de pensamento) que influenciam a aprendizagem e, conseqüentemente, o rendimento escolar. A baixa escolaridade é um fator que tem demonstrado forte ligação com o consumo de drogas (Patterson e cols., 1992).

Patterson e colaboradores (1992) afirmaram que o abandono da escola configura-se um marco importante para a entrada na vida delinqüente, pelo tempo ocioso do adolescente e pela ligação com pares desviantes nesse período sem atividades. De acordo com o modelo sociointeracionista, o comportamento anti-social desenvolve-se em quatro fases, sendo que a segunda fase se desenvolve na escola, quando o indivíduo, ao expressar comportamentos indesejáveis, sofre a rejeição dos colegas e professores, abandonando a escola em busca de grupos de adolescentes com história similar, onde seus comportamentos indesejáveis serão ainda mais reforçados.

Tabela 3: Caracterização dos participantes de acordo com a ocupação.

Participante	Ocupação
P1	Nenhuma
P2	Turismóloga
P3	Estudante/Supletivo
P4	Estudante/Supletivo
P5	Nenhuma
P6	Nenhuma
P7	Técnico em informática
P8	Pedreiro/Pintor
P9	Nenhuma

Os dados da Tabela 3 mostram que a maioria dos participantes, no mês que antecedeu a internação, estava sem ocupação nenhuma ou sem atividade remunerada, com exceção dos sujeitos P2, P7 e P8.

Em relação aos prejuízos sociais, é importante destacar a dificuldade da re-inserção desses adolescentes na escola ou no mercado de trabalho. Trata-se de contextos competitivos e exigentes e, muitas vezes, preconceituosos, em que as oportunidades para

ex-usuários se tornam mais afunilados devido à sua formação incompleta e uma possível deterioração mental e física. A volta para a escola ou para o mercado de trabalho parece uma tarefa quase impossível. Percebe-se a incompatibilidade entre trabalho/escola e uso compulsivo de drogas (Nappo & Sanches, 2002).

Estes dados estão de acordo com os resultados de Santos (1999), que também indicou uma porcentagem maior de sujeitos que procuravam tratamento sem ocupação remunerada.

Tabela 4: Caracterização da díade parental de acordo com a escolaridade.

Participante	Díade	Escolaridade
P1	Pai	Ensino Fundamental Incompleto
	Mãe	Ensino Fundamental Completo
P2	Pai	Ensino Superior Completo
	Mãe	Ensino Superior Completo
P3	Pai	Ensino Médio Completo
	Mãe	Ensino Fundamental Completo
P4	Pai	Ensino Fundamental Completo
	Mãe	Ensino Fundamental Completo
P5	Pai	Ensino Médio Incompleto
	Mãe	Ensino Médio Completo
P6	Pai	Ensino Fundamental Completo
	Mãe	Ensino Médio Completo
P7	Pai	Ensino Fundamental Completo
	Mãe	Ensino Fundamental Completo
P8	Pai	Ensino Fundamental Incompleto
	Mãe	Ensino Fundamental Incompleto
P9	Pai	Ensino Médio Completo
	Mãe	Ensino Fundamental Incompleto

Através da Tabela 4 pode-se observar que a maioria dos pais dos participantes da pesquisa tem pouca escolaridade, com exceção da díade P2, dos pais das díades P3 e P9 e das mães das díades P5 e P6.

De acordo com a literatura, a escolaridade dos pais é uma variável que interfere sobre o desenvolvimento dos filhos. É provável que os pais menos instruídos tenham poucos subsídios para barganhar acordos com os filhos, e por isso utilizem, frequentemente, práticas ineficazes.

Segundo Melby e Conger (1996) quanto maior o nível educacional dos pais, maior o uso de práticas reforçadoras e menor o uso de práticas coercitivas com os filhos. Capaldi, Chamberlain e Patterson (1997) complementam que baixos níveis de educação parental estão associados com práticas disciplinares pobres.

Estes dados estão de acordo com os resultados encontrados por Carvalho e Gomide (2005) num levantamento realizado com 41 famílias de jovens com conflitos com a lei. As autoras observaram que em relação à instrução dos pais, seis eram analfabetos e 60,97% dos pais e 73,17% das mães estavam incluídos na faixa de semi-analfabetismo (até primeiro grau completo), ou seja, a instrução dos pais participantes caracterizava-os como indivíduos com baixa instrução formal.

A Tabela 5 mostra a renda das famílias dos participantes divididas em classes. Nota-se que a maioria das famílias foi classificada como pertencentes a classes C ou D, com exceção das famílias dos participantes P2 e P6.

Tavares, Béria e Lima (2004), num estudo realizado com estudantes de ensino fundamental e médio, encontraram maior prevalência de uso de drogas em sujeitos pertencentes as classes B, C e D, respectivamente.

Tabela 5: Caracterização da amostra de acordo com a renda familiar.

Participante	Renda familiar
P1	Classe D
P2	Classe A
P3	Classe D
P4	Classe C
P5	Classe C
P6	Classe B
P7	Classe C
P8	Classe D
P9	Classe D

Classe social determinada por renda média familiar onde: Onde classe A = de 10 à 20 salários mínimos; classe B= de 5 à 10 salários mínimos; classe C= de 2 à 5 salários mínimos; classe D= de 1 a 2 salários mínimos e classe E= menos que 1 salário mínimo

Segundo a literatura (Hutz, Koller & Bandeira, 1996; Hutz & Koller, 1997 e Lytton, 1990), a estrutura social e os fatores contextuais, particularmente a classe social, têm sido associados com uma grande variedade de distúrbios físicos e mentais. Segundo esses autores, um dos fatores de risco para o desenvolvimento psicológico e social é o baixo nível socioeconômico.

Entretanto, num levantamento realizado por Galduroz e cols. (2004) em estudantes de ensino fundamental e médio da rede pública nas 27 capitais brasileiras não encontrou nenhuma associação entre uso de drogas e uma determinada classe socioeconômica. Segundo os resultados do levantamento, o uso de drogas vem distribuindo-se regularmente entre as classes socioeconômicas.

A Tabela 5 mostra a caracterização das díades parentais de acordo com a ocupação, notando-se que a maioria dos pais exercia alguma atividade profissional que demandava a

ausência do progenitor por algumas horas em função do trabalho, com exceção dos pais dos participantes P1 e P5 e das mães dos participantes P4, P5, P7 e P8.

Tabela 6: Caracterização da díade parental de acordo com a ocupação.

Participante	Díade	Ocupação
P1	Pai	Desempregado
	Mãe	Metalúrgica
P2	Pai	Engenheiro
	Mãe	Pedagoga
P3	Pai	Motorista
	Mãe	Emprega doméstica
P4	Pai	Motorista
	Mãe	Dona de casa
P5	Pai	Aposentado
	Mãe	Dona de Casa
P6	Pai	Comerciante
	Mãe	Comerciante
P7	Pai	Autônomo
	Mãe	Dona de casa
P8	Pai	Mecânico
	Mãe	Dona de casa
P9	Pai	Corretor de imóveis
	Mãe	Empregada doméstica

Florsheim, Tolan e Gorman-Smith (1998) afirmaram que jovens que vivem em famílias em que há a presença de apenas um dos cuidadores têm maior risco de desenvolverem problemas de comportamento, distúrbios psiquiátricos e de se engajarem em comportamentos de risco. Essa relação pode ser explicada em termos de processos, pois segundo os autores, os cuidadores, por estarem sozinhos no cuidado dos filhos,

provavelmente fiquem impossibilitados de atendê-los, comportando-se de forma mais indulgente e oferecendo pouca supervisão e monitoramento, o que facilita o desenvolvimento de comportamento anti-social nos jovens.

De acordo com Assis (1999), a função de educar e socializar o filho acaba pesando excessivamente sobre um dos cuidadores, fazendo com que este falhe no uso de técnicas efetivas.

Um estudo realizado com adolescentes do sexo masculino, pertencentes a famílias monoparentais, indicou que esses apresentam maior risco em apresentar problemas de comportamento e identificou que essas famílias são menos coesas e menos efetivas no monitoramento dos filhos, quando comparadas com famílias nas quais dois cuidadores estão presentes (Florsheim, & cols., 1998).

Tabela 7: Caracterização dos participantes de acordo com o número de internações.

Participante	Nº de Internações
P1	2
P2	2
P3	1
P4	4
P5	2
P6	2
P7	1
P8	1
P9	2

A Tabela 7 mostra o número de internações, incluindo a presente internação, de cada um dos participantes. Pode-se notar que a maioria dos participantes já havia passado por tratamento especializado em dependência química, com exceção dos sujeitos P3, P7 e P8.

Tabela 8: Caracterização dos participantes de acordo com a idade de início do uso de substâncias.

Idade	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9
Tabaco	11	12	12	9	8	13	12	12	14
Maconha	13	12	12	9	16	12	12	11	14
Álcool	12	12	9	11	16	9	15	12	14
Cocaína	13	20	12	11	16	12	18	11	16
Crack	15	-	15	10	16	-	21	16	17
Remédios s/ receita	-	15	17	-	-	-	-	16	-
Inalantes	13	15	15	-	16	13	17	18	15
Alucinógenos	19	21	16	-	21	-	-	17	21

Através da Tabela 8, nota-se que todos os participantes iniciaram o uso de substâncias precocemente. Alves (2001) apontou que a maioria (66%) dos adolescentes internado por uso de drogas iniciou o uso dentro da faixa etária dos 12 aos 15 anos.

No presente estudo, até os 12 anos, a grande maioria da amostra experimentou alguma substância em idade tenra. Dentro desse grupo, destacam-se quatro participantes (P3, P4, P5 e P6) cujas idades de início de uso correspondem a 8 e a 9 anos, de acordo com a tabela acima.

No estudo de Alves (2001) apenas 11,67% da amostra estudada iniciou o uso de substâncias na faixa etária dos 6 aos 10 anos.

O início precoce de uso de substâncias é apontado por muitos autores como preditor da continuidade, da progressão do uso de substâncias e de problemas graves (Kosterman, Hawkins, Guo, Catalano & Abbott, 2000; Anthony & Petronis, 1995). Quanto mais cedo o indivíduo inicia o uso de substâncias, maior será sua experiência com

abuso de drogas na adolescência e idade adulta (Anthony & Petronis, 1995; Kandel & Mark, 1996).

Dentre estes autores, Anthony e Petronis (1995) encontraram problemas mais graves, como atraso no desenvolvimento emocional e prejuízos cognitivos decorrentes do uso de substâncias, em adolescentes que experimentaram drogas antes dos 15 anos.

Tabela 9: Caracterização dos participantes de acordo com o padrão de consumo no mês que antecedeu a internação.

Mês que antecedeu a internação	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9
Tabaco cigarros p/ dia	11	12	10	20	-	6	8	20	14
Maconha cigarros p/ dia	-	8	10	8	-	1	4	1	1
Álcool vezes/semana	-	7	2	1	7	2	2	1	7
Cocaína vezes/semana	-	1	7	7	3	7	-	7	7
Crack vezes/semana	-	-	-	7	7	-	7	7	7
Remédios s/ receita vezes/semana	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Inalantes vezes/semana	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Alucinógenos Vezes/semana	-	-	-	-	-	-	-	-	1

A partir da Tabela 9 pode-se notar que a maioria dos sujeitos apresentava um padrão comportamental freqüente de auto-administração de substâncias no mês que

antecedeu a internação, com exceção do sujeito P1, que iniciou sua abstinência pouco mais de um mês antes da internação.

Nota-se que a maioria dos participantes foi classificada como usuários pesados (OMS), ou seja, utilizaram drogas ilícitas ao menos 20 vezes por mês durante o último mês.

As principais evidências das consequências do consumo de drogas para os adolescentes, quando intoxicados, são acidentes automobilísticos, fator de risco para suicídio, morte ou prejuízo cerebral por overdose, exposição a doenças sexualmente transmissíveis, exacerbação ou indução de transtornos psiquiátricos. Cabe enfatizar que habilidades como rendimento escolar, relações interpessoais, controle do impulso e autoestima, fundamentais na fase da adolescência, sofrem grandes prejuízos (Sanjuan & Langenbucher, 1999).

Análise e discussão dos dados provenientes das Escalas de Qualidade de Interação Familiar – EQIF.

Serão apresentados os resultados obtidos a partir do instrumento EQIF. Os dados do EQIF foram analisados seguindo os critérios descritos anteriormente (p.47).

A partir da Tabela 10, é possível notar que a maioria dos sujeitos (5) avaliou seus pais com um baixo escore em envolvimento. Já em relação às mães, a maioria dos participantes (7) avaliou com um alto escore nessa escala.

Skinner (1991, p.17) ressalta a importância do amor e do afeto: “ao demonstrar que estamos contentes quando uma pessoa se une a nós, nós reforçamos a união (...) não é nosso comportamento, mas o comportamento daquele que amamos que é reforçado”.

Portanto, os pais podem reforçar a união e proximidade com seus filhos demonstrando afeição e envolvimento, o que contribuirá para maior coesão familiar e clima emocional mais positivo.

Tavares, Béria e Lima (2004), num levantamento feito com 2.410 estudantes com idades entre 10 a 19 anos, apresentaram associação positiva entre uso de drogas e relacionamento ruim ou péssimo com o pai.

Nurco e Lerner (1996) pesquisaram se a estrutura familiar (apego aos pais) de pré-adolescentes do sexo masculino foi associada com adicção futura destes. Foram utilizados três grupos: um experimental (N=255), um grupo controle de pares (N=147) e outro grupo controle proveniente da mesma comunidade (N=199). A pesquisa tratou da qualidade dos cuidados paternos – indicados pela frequência da presença dos pais (homens) ou de figuras paternas em casa e a qualidade da atmosfera do lar (morna/fria e estável/instável). Os resultados indicaram que o desenvolvimento de crenças tradicionais e a ligação com pai estavam negativamente associados com futura adicção, em níveis significativos. Assim sendo, os pesquisadores encontraram uma menor vulnerabilidade ao uso de drogas em adolescentes que viviam em famílias em que havia forte apego ao pai, atmosfera positiva no lar, forte aceitação de crenças tradicionais sobre bom comportamento e forte desaprovação paterna da emissão de maus comportamentos.

Em relação aos escores obtidos na escala regras e monitoria, foi possível observar que a maioria dos participantes classificou seus pais com escores médios e baixos nessa escala. Em relação às mães, quatro participantes responderam que suas mães apresentavam índices médios e quatro pontuaram suas mães com índices baixos de monitoramento e de

estabelecimento de normas de comportamento. Os mesmos valores se aplicam em relação aos pais, quatro classificaram com escore médio e quatro classificaram com escore baixo.

Segundo Cotrell, Harris, D'Alessandri, Atkins, Richardson, e Stanton (2003), monitoramento, de acordo com a percepção dos adolescentes, foi correlacionado negativamente com o envolvimento em comportamentos de risco, como o uso de bebida alcoólica, uso de maconha e atividade sexual de risco. Além disso, verificou-se que os pais percebem a si próprios com maior nível de monitoria do que os adolescentes os percebem, ou seja, os pais acham que sabem mais sobre as atividades dos filhos do que os próprios filhos relatam.

Pacheco e cols. (1999) e Patterson e cols. (1992) também têm associado, consistentemente, a pouca supervisão e monitoramento do comportamento dos jovens com o desenvolvimento de problemas de conduta, incluindo delinquência e uso de drogas.

Nos escores obtidos na escala que avalia a utilização da punição física, a maioria dos sujeitos (7) classificou ambos os pais com baixos escores.

Curiosamente, os dados obtidos na escala que avalia punição física sugerem que a amostra estudada não esteve exposta a esta prática parental, mesmo que, de acordo com a literatura, exista um consenso entre as pesquisas de uma associação entre punição física e comportamentos anti-sociais (Pacheco, 2004; Gershoff, 2002, Snyder & Sickmund, 1999; Ferreira & Marturano, 2002).

Tabela 10: Valores em percentis referentes ao EQIF das práticas educativas dos pais e mães da amostra pesquisada

Participante		Envolvimento	Regras e Monitoria	Punição Física	Comunicação Positiva dos Filhos	Comunicação Negativa	Modelo	Sentimento dos Filhos	Clima Conjugal Positivo	Clima Conjugal Negativo
P1	Pai	47,5	45,0	20,0	20,0	44,0	60,0	56,0	36,0	50,0
	Mãe	25,0	35,0	75,0	20,0	80,0	80,0	56,0	36,0	55,0
P2	Pai	80,0	25,0	20,0	46,6	24,0	93,3	100	76,0	35,0
	Mãe	92,5	60,0	20,0	40,0	76,0	73,3	88,0	76,0	65,0
P3	Pai	32,5	40,0	46,6	20,0	96,0	46,6	60,0	52,0	52,0
	Mãe	90,0	60,0	20,0	26,6	60,0	73,3	84,0	56,0	36,0
P4	Pai	47,5	45,0	33,3	20,0	80,0	26,6	96,0	20,0	60,0
	Mãe	70,0	55,0	33,3	33,3	76,0	66,6	96,0	20,0	60,0
P5	Pai	30,0	25,0	26,6	20,0	32,0	26,6	56,0	20,0	30,0
	Mãe	87,5	55,0	20,0	66,6	48,0	80,0	96,0	24,0	60,0
P6	Pai	32,5	30,0	86,6	20,0	100	53,3	28,0	60,0	95,0
	Mãe	60,0	40,0	20,0	20,0	48,0	66,6	64,0	60,0	65,0
P7	Pai	27,5	50,0	20,0	20,0	36,0	80,0	64,0	56,0	45,0
	Mãe	50,0	30,0	33,3	33,3	52,0	66,6	92,0	72,0	45,0
P8	Pai	42,5	40,0	20,0	20,0	68,0	73,3	80,0	72,0	70,0
	Mãe	90,0	55,0	46,6	100	36,0	100	100	56,0	60,0
P9	Pai	65,0	60,0	20,0	20,0	72,0	80,0	88,0	76,0	70,0
	Mãe	70,0	55,0	20,0	53,3	48,0	86,6	100	80,0	45,0

Escores altos em azul, escores médios em verde e escores baixos em vermelho.

Pode-se inferir que as práticas utilizadas pelos pais da amostra estudada estejam sob o controle de uma variável cultural. Segundo Reppold e colaboradores (2002), as mudanças ocorridas no século XX, influenciaram significativamente as relações pais e filhos nos dias atuais. Neste século, houve a descoberta e valorização crescente de que as necessidades dos filhos vão além das necessidades de sobrevivência. Neste contexto, os pais passaram a sentir a obrigação em atender tais necessidades, evitando frustrações e valorizando o amor incondicional. A partir daí, houve maior valorização da flexibilidade e condenação da rigidez, fazendo com que cada vez mais os pais se questionem sobre a utilização da punição física ou de alguma outra consequência aversiva.

Segundo Biasoli-Alves, Caldana e Silva (1992), estas alterações caracterizam a passagem do modelo controlador e autoritário para o modelo moderno, com maior valorização das necessidades dos filhos. Com tais alterações, gerações mais novas passam a se ancorar em valores de afeto, liberdade e igualdade entre pais e filhos, repudiando, assim, o uso da punição física como forma de controlar o comportamento da prole.

Em relação aos escores obtidos na escala comunicação positiva, pode-se observar que a maioria dos participantes pontuou escores baixos nessa escala. Especificamente, oito sujeitos pontuaram um escore baixo em relação aos seus pais e seis sujeitos em relação às suas mães.

Segundo Slee (1996), a ausência de diálogo e, mais especificamente, a falta de abertura para manifestação de emoções têm sido vistas como aspectos negativos na relação entre pais e filhos.

Algumas pesquisas demonstram que a comunicação na relação entre pais e filhos apresenta-se como um fator protetivo para envolvimento com álcool e drogas (Kaplow, Curran & Dodge, 2002; Kelly, Comello & Hunn, 2002).

Bolsoni-Silva e Marturano (2006, p. 92) afirmaram que “se os filhos se sentem à vontade para conversar com os pais é sinal de que o relacionamento está pautado, essencialmente, em contingências reforçadoras positivas e, como resultado positivo, supõe-se que os pais podem oferecer ajuda e dar conselhos, com grande chance de serem ouvidos”.

Por sua vez, na escala que avalia a comunicação negativa, nota-se que a maioria dos sujeitos avaliou seus pais com altos escores. Cinco participantes avaliaram seus pais e quatro avaliaram suas mães com percentagens iguais ou superiores a 60.

Segundo Alvarenga (2001), a comunicação aversiva prejudica a relação entre pais e filhos, pois inibe qualquer iniciativa por parte do filho em contar eventos significativos e, por outro, inibe, por parte dos pais, o estabelecimento de uma contingência verbal que poderia adquirir controle sobre o comportamento.

Em relação aos resultados obtidos na escala que avalia modelo parental, a maioria dos participantes avaliou seus pais com valores altos. Cinco participantes avaliaram seus pais e nove avaliaram suas mães com escores elevados, superiores ao percentil 60.

Para Bandura (1979), uma forma comum pela qual as pessoas adquirem comportamentos é através da observação e imitação de outras pessoas. Segundo o autor, a aprendizagem por observação seria o aprendizado através do qual o observador adquire novos padrões de resposta que não faziam parte de seu repertório comportamental. Assim, o comportamento dos pais assume controle sobre o comportamento dos filhos através de um processo conhecido como imitação ou aprendizagem vicária.

Portanto, segundo os escores obtidos nessa escala, os pais na percepção dos adolescentes, são coerentes em relação as suas ações, se comportando da mesma maneira que gostariam que seus filhos se comportassem.

Webster e Keats (1994) e Maccoby (1980) indicaram que o desenvolvimento parental de crenças e valores tradicionais tem contribuído para o indivíduo adquirir um leque de crenças morais próprias que servem para desencorajar futura delinquência. No entanto, a relação entre comportamento moral dos pais e abuso de substâncias tem sido pouco estudada (Nurco & Lerner, 1996).

Nas escalas que avaliam os sentimentos dos filhos, a maioria dos participantes avaliou seus pais com escores altos nessa escala. Seis participantes avaliaram seus pais e oito avaliaram suas mães com escores elevados.

A partir dos dados pode-se afirmar que, mesmo sendo uma escala subjetiva, os filhos se sentem bem em relação aos seus pais.

Em relação ao clima conjugal positivo, uma pequena parcela avaliou os pais com escores elevados nessa escala. Seis sujeitos avaliaram seus pais e seis avaliaram suas mães com escores médios e baixos nessa escala.

Sobre os escores obtidos na escala clima conjugal negativo, pode-se notar, através da Tabela 10, que a maioria dos participantes avaliou seus pais com escores médios e altos. Sete sujeitos avaliaram seus pais e oito avaliaram suas mães com escores acima do percentil 40.

Assim, de acordo com os resultados apresentados, a maioria dos participantes percebeu o relacionamento que seus pais têm entre si como predominantemente aversivos.

Um estudo realizado por Grusec e Lytton (1988) revelou que uma boa relação entre o casal está ligada a maior sensibilidade dos pais e à competência da criança, além de conduzir a uma maior participação paterna no cuidado dos filhos. Entretanto, quando pais possuem dificuldade no relacionamento conjugal, normalmente apresentam comportamentos parentais pouco efetivos (Erel & Burman, 1995). Há comprovações empíricas de que conflitos conjugais afetam o desenvolvimento dos filhos (Mchale, Rao & Krasnow, 2000; Bell, Bell & Nakata, 2001), até mesmo contribuindo para desenvolvimento de comportamentos anti-sociais (Fincham, 1994).

Tabela 11: Valores em percentis do total positivo e total negativo obtido através do EQIF.

	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9
Total Positivo	42,1	74,6	56,0	52,5	50,3	35,0	52,8	68,9	71,0
Total Negativo	58,3	42,5	60,0	60,8	37,5	70,8	40,0	51,6	49,1

Escores altos em azul, escores médios em verde e escores baixos em vermelho.

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 11, nota-se que a maioria dos participantes esteve exposta a ambientes familiares intermediários, com exceção do sujeito P6, que esteve exposto a um ambiente familiar de risco.

A partir dos resultados, pode-se afirmar que os participantes P1, P3, P4 e P6 estavam em ambientes familiares em que havia prevalência de práticas negativas. Mesmo sendo classificadas como ambientes familiares intermediários, este se constituía em fator de risco, pois a ocorrência de tais práticas parentais é variável ambiental que aumenta a probabilidade de ocorrência de resultados negativos e de problemas de comportamento (Reppold & cols., 2002).

Nota-se também que nenhum dos participantes esteve exposto a um ambiente familiar de proteção, que segundo a literatura, são influências que modificam, melhoram ou alteram a resposta dos indivíduos a ambientes que predisõem a conseqüências mal adaptativas, assim são condições que diminuem a probabilidade de o individuo desenvolver problemas de comportamento.

Análise e discussão dos dados descritivos obtidos através das entrevistas

Serão apresentados os escores obtidos por cada participante nas escalas que avaliam envolvimento, regras e monitoria, punição, comunicação negativa e comunicação positiva dos filhos e para complementar, algumas verbalizações serão apresentadas para descrever os comportamentos dos pais em interação com seus filhos.

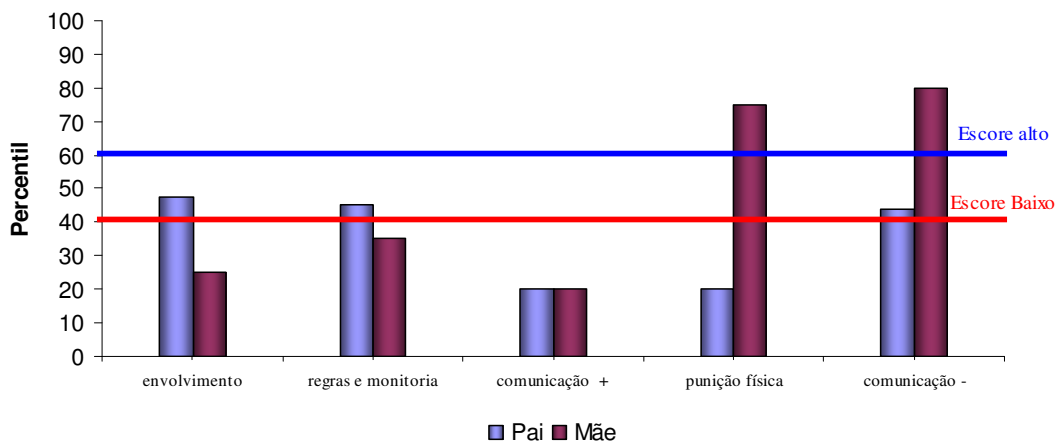


Fig. 1: Escores obtidos por P1 nas escalas Envolvimento, Regras e Monitoria, Punição Física, Comunicação Negativa e Comunicação Positiva dos Filhos do EQIF, com escores alto, médio e baixo.

Em relação ao envolvimento, o escore obtido pela mãe de P1 foi considerado baixo (25). Por sua vez, o escore obtido pelo pai esteve um pouco acima (47,5), mas ainda considerado um valor intermediário. Os dados quantitativos foram corroborados pelos dados obtidos nas entrevistas, como pode ser observado no relato abaixo:

Eu sempre senti muita falta do carinho dela, do amor de mãe que eu não conheci. Ela nunca, eu não me lembro da minha mãe chegar e me abraçar e me beijar, né. De falar: te amo filha. Pelo contrário, quando eu ia abraçar eu falava: ah, eu te amo mãe. Ela falava: Ta bom, ta bom, ta bom. Então assim, eu sempre pensei que ela não gostasse de mim, né.

Pode-se supor que a mãe de P1 não utilizava reforçadores positivos como a atenção ou carinho para manter comportamentos desejáveis que pudessem concorrer com o consumo de drogas. Em relação ao seu pai, mesmo apresentando índices um pouco maiores que o da mãe, ele ainda não era considerado pelo participante, como um pai envolvido.

Hoje eu penso que eu procurei nas drogas o que os meus pais não me deram, porque a droga, de certa forma ela me deu a sensação de que eu não precisava de ninguém, quando eu usava, eu pensava: não tenho pai, não tenho mãe, eu não preciso deles, eu posso sozinha. Só que aí quando passava o efeito aí eu via quanto tempo eu fico sozinha né, o quanto eu queria o carinho de alguém.

Em relação às regras e monitoria, notou-se a partir dos resultados obtidos no EQIF e no relato do participante, que os pais de P1 não supervisionavam suas atividades e não estabeleciam regras de comportamento. Pode-se observar que os pais de P1 não emitiam antecedentes verbais que especificavam um comportamento a ser seguido, as condições sob as quais ele deveria ser seguido e suas possíveis conseqüências, assim falhavam em estabelecer limites e permitiam a ocorrência de comportamentos indesejáveis, como o uso de drogas.

Daí ela, eu comecei a sair de casa pra noitada, nem dava satisfação, eu chegava e já saía também, chegava do colégio e ficava no bar. Nessa época eu comecei a ficar direto na rua, daí eu comecei a usar droga e ficava na rua direto. Usava droga e ia nos encontros de carro, ninguém sabia aonde eu estava.

Os dados da Fig. 1 mostram que a mãe de P1 apresentava altos índices de punição física (maior que 60). Esse dado foi confirmado pelo relato do participante, como segue trecho abaixo:

Eu tinha muito medo da minha mãe, porque qualquer coisa ela já batia, ela me espancava.

Me levou pro meu quarto e me bateu, eram três e meia da manhã e eu ainda tava apanhando, daí ela parou de me bater. De manhã ela saiu, ela mandou eu lavar roupa e eu não conseguia nem lavar roupa porque as minhas mãos estavam tudo inchadas, tudo marcada, aí ela pegou e saiu, aí a hora que ela saiu eu fui na casa da minha amiga pra conversar com ela, quando eu cheguei lá a minha vizinha me viu e me pegou e me levou pro hospital, e aí do hospital não deixaram mais eu voltar pra minha casa.

Os dados obtidos no EQIF e na entrevista indicam que a mãe apresentava um alto índice de punição física. Assim, muito provavelmente, as contingências punitivas geravam sentimentos negativos, além de propiciar condições para que o participante desenvolvesse estratégias de fuga/esquiva ou contra-controle (Sidman, 1989/1995; Skinner, 1953/2000).

Segundo Alvarenga (2001), tais contingências irão contribuir para a construção de uma relação pais e filhos baseada na distância e no medo.

Em relação aos escores obtidos na escala comunicação negativa, é possível afirmar que a mãe de P1 também apresentava altos escores no instrumento em relação a essa classe comportamental. O pai, segundo os dados obtidos no EQIF, também apresentou essa classe comportamental, entretanto com menos frequência, recebendo, assim, um escore intermediário (entre 40 e 60).

O tipo de comunicação estabelecida entre mãe e participante, na visão do participante 1, pode ser observada no exemplo abaixo:

Daí ela chegou e falou que eu era uma vagabunda, que um dia ela ia me ver numa sarjeta, que eu ia ser uma prostituta, que eu tava dentro de casa e que eu tinha que obedecer. Ela perguntou o que eu tava querendo da vida, falou um monte pra mim.

Os dados apontaram que a mãe utilizava frequentemente repreensões, desaprovação, xingamentos e humilhava verbalmente a participante, estabelecendo, assim, uma contingência aversiva. É possível supor que, em função da frequência e da intensidade dessas punições, a própria mãe tornou-se um estímulo punidor condicionado,

evocando os mesmos respondentes aversivos eliciados na situação punida, fazendo com que a participante fugisse e/ou evitasse o agente punidor (Skinner, 1953/2000).

Os escores obtidos na escala comunicação positiva dos filhos, nota-se que ambos, pai e mãe, obtiveram um resultado baixo (abaixo de 40).

É possível supor que os baixos índices nessa escala são, em grande parte, devido ao ambiente familiar coercitivo. Assim, o comportamento de relatar comportamentos e eventos significativos para os pais não era reforçado, mas, na maioria das vezes, punido, fazendo com que o comportamento de relatar eventos aos pais diminuísse de frequência.

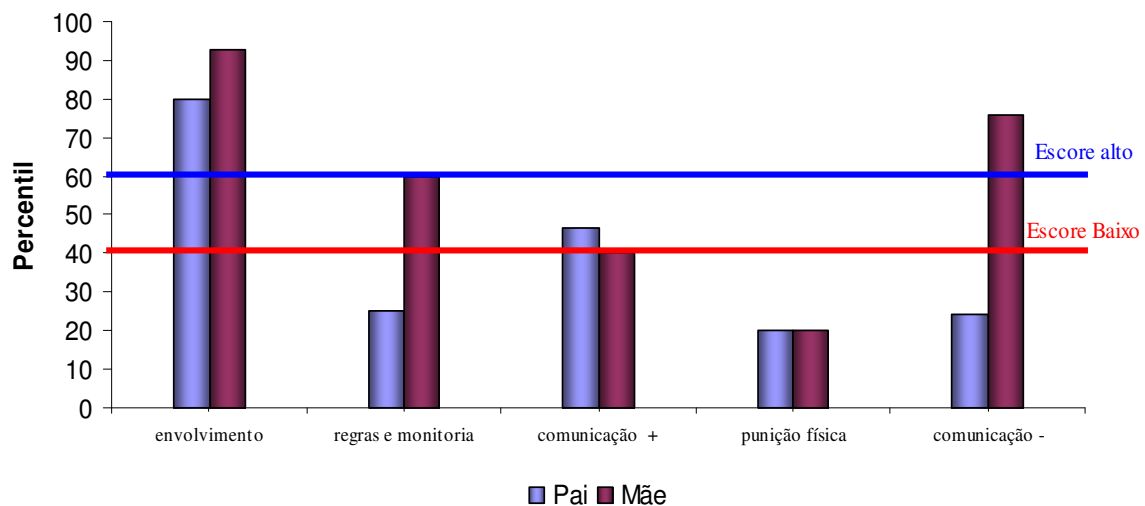


Fig. 2: Escores obtidos por P2 nas escalas Envolvimento, Regras e Monitoria, Punição Física, Comunicação Negativa e Comunicação Positiva dos Filhos do EQIF, com escores alto, médio e baixo.

Em relação ao envolvimento, pode-se observar que os pais de P2 apresentaram altos índices nessa escala (escores maiores que 60) e segundo relato do participante, utilizavam essa classe comportamental frequentemente.

Não sei, eu acho legal da parte dela, só que fala até demais, eu acho assim, elogio demais às vezes estraga. Mais ou menos, eu sou muito ríspida, eu não sou muito de ter contato físico. Sabe. só que a minha mãe, às vezes dá até excessivamente, eu reclamo: Ah meu, pára de me agarrar.

A díade de P2 é a que apresentou maior nível de instrução, portanto são pais que muito provavelmente, têm mais condições de utilizarem conseqüências positivas (como atenção e carinho) para instalar e manter comportamentos desejáveis (Melby & Conger, 1996).

Entretanto, pode-se inferir a partir do relato do participante, que envolvimento materno parecia ser um envolvimento excessivo, ou seja, que não era contingente ao comportamento emitido pelo participante e sendo assim, perdia sua função reforçadora. É muito provável que o participante agia em função de outros reforçadores, diferentes daqueles emitidos pelos pais.

Como se observa na Fig. 2, o pai obteve um escore baixo (menor que 40) e a mãe obteve um escore alto (maior que 60) na escala que avalia regras e monitoria. Assim, pode-se supor que os cuidados em relação à supervisão das atividades e o estabelecimento de uma contingência verbal que assumisse o controle do comportamento do participante, ficavam sob responsabilidade da mãe. O trecho da entrevista abaixo descreve a percepção do participante sobre como sua mãe utilizava essa prática.

Ao invés de eu levar os meus amigos dentro de casa, eu tava saindo de casa, tava indo na casa deles, e eu já ia na casa do fulano que fumava, na casa do ciclano que bebia pra caramba, e isso de uma certa forma acho que foi até um erro da parte deles por permitir isso. Quando eu saía e não falava aonde eu ia, em vez dela ligar no meu celular, ela ligava na casa dos meus amigos, isso assim, duas horas da manhã, três horas da manhã, eu ficava puta da vida.

Os relatos indicaram que, sobretudo a mãe, não utilizava práticas que fossem eficazes na supervisão das atividades do participante. É possível que a supervisão utilizada

pela mãe de P2 seja um tipo de prática denominada por Gomide (2003) de supervisão estressante ou monitoria negativa, que se caracteriza pela fiscalização e ordens excessivas dadas aos filhos, que em sua maioria não são obedecidas e geram uma relação pais e filhos baseada na hostilidade e em dissimulações.

Na Fig. 2, os dados indicaram que os pais de P2 apresentaram escores baixos (abaixo do percentil 40) na escala que avalia punição física. É possível que, por se tratar de uma díade que possui alta escolaridade, eles estejam aptos a utilizarem práticas parentais mais eficazes que a punição física.

Melby e Conger (1996) afirmaram que quanto maior o nível instrucional dos pais, menor o uso de práticas coercitivas com os filhos.

Os escores obtidos na escala comunicação negativa apontaram que a mãe de P2 apresentou altos índices dessa prática (percentil superior a 60). Por sua vez, o pai obteve um escore baixo (24), sendo esta uma prática aparentemente pouco usada por ele. Seguem alguns trechos obtidos na entrevista que descreveram essa prática.

Minha mãe que sempre chega brava em cima de mim. E isso criou uma certa distância entre eu e ela, a gente só brigava. Minha mãe ficava me acusando e eu não tava usando droga na época, e, sabe, eu acho que a relação que eu tenho com ela é de acusação, de que eu sempre estava errada.

Não, a minha mãe falava mais alto, o meu pai não, não era de me xingar, agressão verbal nunca teve com o meu pai.

É possível afirmar que a mãe, freqüentemente, utilizava brigas e discussões, que são conseqüências aversivas, para controlar o comportamento emitido pelo participante P2.

Segundo Skinner (1953/2000), um dos subprodutos da punição é o fortalecimento de qualquer resposta que elimine as respostas emocionais aversivas produzidas por tal

contingência. Assim, qualquer comportamento que evite que o participante entre em contato com o agente punidor (mãe) será reforçado negativamente. Muito provavelmente o participante P2 passará mais tempo fora de casa, ou mesmo emitirá qualquer outro comportamento que não haja a necessidade de estabelecer um contato verbal com a mãe.

Por fim, em relação à comunicação positiva dos filhos, os pais de P2 obtiveram escores baixos e médios nessa escala. Especificamente, o pai de P2 obteve um escore médio (46,6) e sua mãe obteve um escore baixo (40) nessa escala.

Os dados descritivos obtidos na entrevista indicaram que o comportamento de relatar eventos e comportamentos significativos a seus pais não era muito freqüente no participante P2. As conversas que tinha com seus pais eram superficiais, mas quando ocorriam eram, preferencialmente, com seu pai.

É muito provável que em função dos altos índices de comunicação negativa, ela preferia contar coisas a seu pai, mesmo sendo ele um pai pouco envolvido, mas que, provavelmente, não a puniria caso ela relate alguma conduta reprovável. Segue relato que exemplifica esta prática:

Eu não sei, eu sou muito fechada com eles, o meu pai que é mais seco eu me abro mais, pra minha mãe que acho que é porque ela cobra muito, sabe, daí eu falo muito pouco. Eu acho que as coisas que eu conto pra eles são só coisas boas. Por exemplo, quando eu passei no vestibular (...) conto algumas situações que eu passo aqui, eu sei lá, eu não sou de conversar muito, nossa conversa é meio superficial. Saía, não falava aonde eu ia. Para o meu pai, às vezes, eu até falava: Vou em tal lugar. Só que pra minha mãe eu nunca falava.

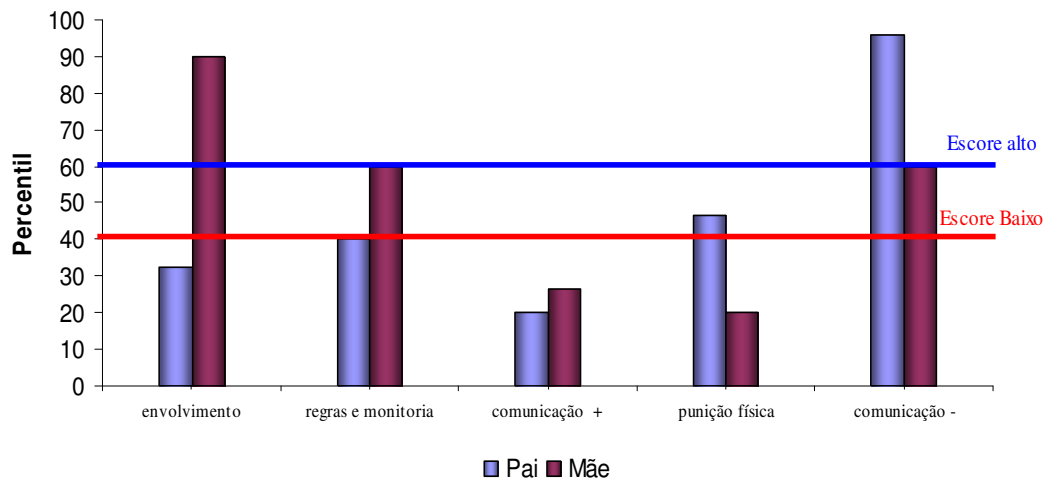


Fig. 3: Escores obtidos por P3 nas escalas Envolvimento, Regras e Monitoria, Punição Física, Comunicação Negativa e Comunicação Positiva dos Filhos do EQIF, com escores alto, médio e baixo.

Em relação ao envolvimento, pode-se afirmar a partir dos dados obtidos no EQIF que o pai de P3 apresentava baixos índices dessa classe comportamental (escore abaixo de 40). Os dados obtidos na entrevista confirmam que o pai não utilizava reforçadores positivos como demonstrações de carinho físico e verbalizações positivas, nem mesmo estava disponível no dia-a-dia do participante P3. Segue um trecho obtido na entrevista.

Eu nunca tive um bom relacionamento com o meu pai. A gente nunca se deu muito bem. Meu pai acordava, sempre acordou cinco horas da manhã e chegava à noite, então eu não convivia com ele. Ele chegava, eu tava dormindo ou tava na rua. Ele não queria nem saber de mim. Quer dizer, querer, acho que ele queria, não sabia demonstrar. Não tinha praticamente nenhum contato com o meu pai. Meu pai não olhava nem mais na minha cara. O meu pai ele, quando eu acordo eu nem olho pra cara dele e ele não olha pra minha cara, é assim, é só isso.

Os relatos e os dados obtidos do EQIF indicaram que a falta de envolvimento do pai, e até mesmo sua ausência física, impossibilitava que ele instalasse e mantivesse comportamentos socialmente adequados.

A mãe de P3 apresentou maiores índices de envolvimento (superior a 60), como pode ser observado na Fig. 3 e no relato do participante. Segue alguns trechos obtidos nas entrevistas:

Bom, o relacionamento com a minha mãe sempre foi bom, ela sempre me deu bastante conselho, sempre perguntava pra mim como eu me sentia, né, bastante carinho. Ah!, minha mãe sempre foi carinhosa, atenciosa, sempre procurou saber como eu estava, como que foi o dia. Mas depois ela (mãe) sentava e conversava, só que na hora que estoura, ninguém pode falar nada pra mim e eu não escuto nada. Fico cego.

Os dados indicaram que a mãe utilizava mais reforçadores positivos que o pai. Tal procedimento poderia instalar e manter comportamentos mais adaptativos que diminuiriam a probabilidade do participante envolver-se com grupos desviantes e fazer uso de drogas ilícitas. Entretanto, pode-se levantar a hipótese de que a mãe utilizava uma aceitação incondicional do filho, ou seja, o afeto e o carinho despendidos pela mãe não eram contingentes ao comportamento emitido pelo filho, assim, muito provavelmente, a mãe consequenciava positivamente os comportamentos indesejáveis emitidos pelo participante, aumentando, desta forma, sua frequência e intensidade.

Em relação aos escores obtidos na escala que avalia as regras e monitoria, o pai apresentou baixo índice nessa escala (percentil igual a 40) e a mãe apresentou um escore alto (igual a 60).

Possivelmente, a atividade profissional desempenhada pelo pai (Tabela 6) concorria com sua função de estabelecer regras de comportamento e supervisionar as atividades do participante. Assim, por estar sozinha nessa função, provavelmente a mãe ficava impossibilitada de fazê-lo, comportando-se de forma mais indulgente e oferecendo pouca supervisão e monitoramento, o que facilita o desenvolvimento de comportamento anti-social.

Segue um trecho que exemplifica esta contingência:

Meu pai sempre perguntou onde eu estava, até que passou um tempo que o meu pai se cansou e já não perguntava mais também. Bom, minha mãe explicava né, meu, sobre drogas, não se envolver com más amizades, sempre conselhos bons, sempre conselhos construtivos né.

Os escores obtidos na escala que avalia punição física demonstraram que o pai de P3 utilizava mais esta prática que sua mãe. Especificamente, o pai obteve um escore intermediário nessa escala (escore entre 40 e 60) e a mãe obteve um índice baixo (escore abaixo de 40).

A partir dos dados descritivos obtidos nas entrevistas, é possível supor que as punições exercidas pelo pai eram punições exageradas, e que estavam mais sobre o controle do humor do pai do que pelo comportamento emitido pelo sujeito.

Segundo Gomide (1998), a punição não contingente interfere na percepção do indivíduo no que se refere aos efeitos que suas ações têm sobre o meio, impossibilitando que este discrimine aqueles comportamentos adequados dos inadequados.

A partir do relato do participante, é possível afirmar que os critérios que o pai utilizava para essa prática eram arbitrários, sobretudo quando este fazia o uso de alguma bebida alcoólica.

Num estudo realizado por Pacheco (2004), observou-se a ocorrência de três variáveis nos familiares (uso de álcool, uso de drogas ilícitas e cometimento de delito), significativamente mais frequente no grupo de adolescentes que já haviam cometido infrações. O pai foi uma das pessoas mais mencionadas, no que se refere ao consumo de álcool e de drogas ilícitas.

Capaldi e Patterson (1991) afirmaram que a ocorrência de psicopatologia parental, inclusive dependência química, está associada a práticas parentais de cuidado mais pobres ou inadequadas.

Os dados apontam que a punição utilizada pelo pai, além de eliciar respostas emocionais aversivas, contingenciava um repertório comportamental de fuga/esquiva frente ao agente punidor.

Em relação à punição física exercida pela mãe, os dados obtidos no EQIF e nas entrevistas sugerem que ela raramente utilizava esta prática.

Outro ponto importante a ser discutido é a inconsistência. Provavelmente sua mãe fazia uso incorreto de reforçadores positivos. Ao defender seu filho, escondendo de seu pai seus comportamentos inadequados, a mãe do participante reforçava tais comportamentos.

Percebe-se que a díade do participante P3 parecia não ser consistente, pois agiam de maneiras diferentes frente a um mesmo comportamento do filho, prejudicando a avaliação do participante no que se refere aos efeitos de seus comportamentos nos outros (Gomide, 2003).

Segue alguns trechos da entrevista que demonstram a percepção do participante em relação à punição física exercida por seus pais.

Não diria que é alcoólatra, mas quando ele bebe, ele fica insuportável, às vezes não sei também se é por causa do meu problema, mas ele é agressivo, batia em mim quando eu era pequeno. Às vezes, que ele chegava meio bêbado ele me batia sem motivo, às vezes já chegava já arrumando encrenca.

Pra separar nós dois, ninguém separava, se deixasse um matava o outro.

Às vezes minha mãe me dava um puxão de orelha que é necessário né, mas bater assim não. Minha mãe nunca me bateu, porque o que eu falava pra ela, ela não contava pro meu pai justamente por isso, pra ele não me bater.

Com relação aos resultados obtidos nas escalas de comunicação negativa, pode-se afirmar que ambos, mas, sobretudo, o pai, obtiveram altos índices nessa escala (escores

acima de 60). Os dados das entrevistas confirmam os dados obtidos no EQIF. Relatos da entrevista demonstram aspectos sobre a comunicação entre participantes e progenitores, como o exemplo abaixo:

Com ele não tem papo. Sempre xingando: Seu bosta, você é um lixo, nunca, nunca uma palavra de apoio.

O meu pai ele já não soube muito dar conselho né, não sei o que, seu bosta, sempre xingando, ele usa palavreado pra tudo. Minha mãe me xingava de filha da puta, essas coisas assim. Mas nada igual ao meu pai não. Meu pai ele era de humilhar mesmo.

Pode-se afirmar que pai e mãe utilizavam frequentemente, xingamentos e agressões verbais nas interações com o participante. Assim, é possível supor que, em função do caráter aversivo desta relação, o participante evitasse situações em que a punição verbal pudesse ocorrer.

Segundo Alvarenga (2001), a comunicação aversiva não permite aos pais estabelecer contingências verbais que podem adquirir controle sobre o comportamento.

Em relação à comunicação positiva dos filhos, os dados indicaram que a díade obteve escores muito baixos nessa escala (abaixo de 40).

Os dados descritivos obtidos na entrevista sugerem que o participante não costumava relatar eventos e comportamentos a seus pais, como segue o relato abaixo.

Não me abria, nunca gostei de falar, falar muito assim. Mas minha mãe sempre foi uma pessoa muito boa pra mim. Eu que me fechava e não falava. Ah, às vezes, que eu tinha tido um dia bom na escola: pô mãe, aconteceu isso e tal. Só coisas boas, coisas ruins eu nunca cheguei a contar pra ela. Pra minha mãe sim. As coisas boas que aconteciam eu chegava sim, às vezes, a contar pra ela, mas pro meu pai não. Nem as coisas boas, nem as coisas ruins, nada.

De acordo com os dados obtidos, é possível supor que o participante selecionava aquilo que era relatado a seus pais, provavelmente com o intuito de evitar as

conseqüências aversivas que seguiam, freqüentemente, qualquer comportamento ou verbalização que referisse a uma conduta indesejável pelos pais.

Portanto, pode-se afirmar que as contingências aversivas presentes no ambiente familiar fortaleciam comportamentos de fuga/esquiva das situações.

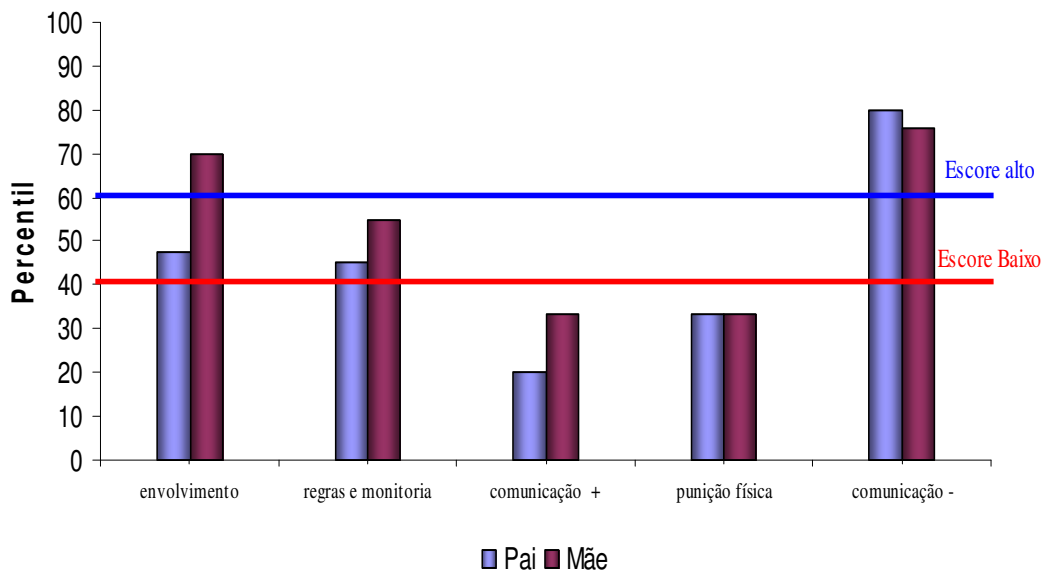


Fig. 4: Escores obtidos por P4 nas escalas Envolvimento, Regras e Monitoria, Punição Física, Comunicação Negativa e Comunicação Positiva dos Filhos do EQIF, com escores alto, médio e baixo.

Os dados obtidos na escala que avalia o envolvimento parental mostram que o pai de P4 obteve um escore intermediário (entre os percentis 40 e 60) a mãe obteve um escore alto (escore acima de 60).

Os dados obtidos no EQIF indicaram que o pai não era envolvido nas atividades do participante, e mesmo que, fisicamente próximo, provavelmente ele não utilizava conseqüências positivas, como carinho e atenção, não estava disponível no dia-a-dia do participante e não dava oportunidade para o diálogo. Seguem algumas verbalizações que caracterizam a concepção do participante sobre o envolvimento do pai.

Ele perguntava pra mim como é que foi o serviço, como é que foi a escola, mas era muito difícil da gente conversar. O meu pai é caladão, né. Eu acho muito ruim essa parte nele, porque quando eu usava droga ele nunca me ajudou pelo fato dele ser quieto, no cantinho dele, ele nunca me deu uma força pra mim parar. Mas meu pai é meio difícil de abraçar eu, ele nunca abraçou eu, foi só nesse dia da visita ai.

Os relatos obtidos na entrevista mostraram que em nenhum momento o participante mencionou o uso de reforçamento positivo por seu pai, o que pode significar que este não utilizava a atenção e o afeto como formas de controlar o comportamento do filho.

Alguns pesquisadores mostraram que a falta de amor e envolvimento dos pais pode levar à delinquência e uso de drogas (Simons, Lin, & Gordon, 1998; Stormshak., Bierman, McMahon, & Lengua, 2000). Sendo assim, é possível discutir que a falta de afeto e envolvimento do pai do participante pode, de alguma forma, ter contribuído para a sua condição atual.

Em relação à mãe, os relatos indicaram que ela apresentava maior frequência dessa classe comportamental, como demonstram algumas verbalizações a seguir.

Com minha mãe era diferente, ela me ajudava bastante, mas só que eu também não estava nem ai. Ela é de conversar bastante, que vai lá e explica as coisas tudo, ela é bastante de conversar.

Minha mãe já é um pouco mais, porque eu acho com a mãe o afeto é mais, o carinho é maior, daí minha mãe abraçava eu mais, me beijava mais, me dava muito carinho.

Quando eu ficava em casa minha mãe falava que era tão legal quando eu estava lá com eles, que ela não queria eu longe de lá, ela queria eu lá do jeito que eles me conhecem, não aquele que chega em casa muito louco, com os olhos estalados, com o olho vermelho, com o nariz escorrendo.

Minha mãe ela já ajudava mais, ela chegava conversava, na primeira vez que eu internei ela chegou e disse que eu estava precisando de ajuda, que era pra eu falar pra ela para que ela me ajudasse.

Através do relato do participante, foi possível perceber que sua mãe conseqüenciava positivamente os comportamentos desejáveis, como por exemplo, estar em casa ao invés de estar na rua e além de incentivar o diálogo entre mãe e filho.

Os escores obtidos na escala regras e monitoria mostraram que ambos, pai e mãe, apresentavam escores intermediários nessa escala.

Os relatos indicaram que os pais do participante não estabeleciam um estímulo discriminativo verbal a ser seguido, portanto não eram eficazes em controlar o comportamento do filho.

Segundo estudo realizado por Schimidt, Liddle e Dakof (1996), o estabelecimento de normas de comportamento foi a segunda maior dificuldade apresentada por pais de adolescentes dependentes químicos.

Pode-se supor que o pai, ao ficar preocupado com o participante quando este emitia algum comportamento indesejável, reforçava tais comportamentos e fortalecia fazendo com que sua frequência aumentasse, na medida em que o comportamento transgressor fazia com que o jovem alcance seu objetivo, ou seja, carinho e cuidado de um pai pouco envolvido. Seguem algumas verbalizações obtidas na entrevista que sustentam esta hipótese:

*Era muito difícil dar conselhos, eu comecei a fumar maconha muito cedo, daí eles não davam conselhos, porque minha mãe e meu pai falavam: Nem adianta falar com esse drogado aí, ele está muito louco, entra por um ouvido e sai pelo outro.
Era muito difícil eles se preocuparem comigo. Meu pai se preocupava mais comigo quando eu saía de casa, daí ele queria saber de tudo.*

Os escores obtidos na escala que avalia punição física apontam que tanto o pai como a mãe tiveram baixos índices nessa escala (percentil abaixo de 40), provavelmente por não utilizarem com muita frequência a punição física para controlar o comportamento dos filhos.

Entretanto, os relatos sugeriram que mesmo que o pai não utilizasse a punição física com muita frequência, quando ocorriam eram na maioria das vezes punições

exageradas que estavam mais sobre o controle do humor do pai do que pelo comportamento emitido pelo sujeito. O trecho da entrevista abaixo descreve a percepção do participante sobre como seu pai utilizava a essa prática:

Meu pai vinha e batia em mim, pegava a fivela da cinta. Nessa vez eu cheguei na escola e eu mostrei para a diretora e ela perguntou se eu queria que ela me levasse pro conselho tutelar.

Direto ele descontava a raiva em mim, direto.

Daí ele ficou injuriado porque ele tinha que pagar umas contas e o nome dele ia ficar sujo, daí ele chegou indignado né. Daí eu falei: pai não esquentar a cabeça não né. Daí ele já ficou nervoso comigo e deu um murro na minha boca.

Os dados indicaram que o pai utilizava um tipo de punição denominada por Gershoff (2002) como punição impulsiva, que mesmo sendo esporádica é acompanhada de sentimentos de raiva e por estar fora de controle. Segundo o autor, esse tipo de punição está associada ao desenvolvimento de comportamentos anti-sociais.

Em relação aos escores obtidos na escala comunicação negativa, é possível afirmar que a díade do participante P4 apresentou índices altos (superiores a 60).

Os dados obtidos na entrevista apontaram um uso excessivo de brigas e ameaças, sobretudo por parte da mãe. Como já foi citado anteriormente, este tipo de prática punitiva, além de gerar predisposições para fuga/esquiva dos agentes punidores, evocam sentimentos negativos (Skinner, 1953/2000; Alvarenga, 2001). Seguem alguns trechos da entrevista:

Isso, ela xingava, gritava. Porque ela tem esse problema do nervosismo dela, pegava as coisas e quebrava, jogava cadeira, ela mesma se batia.

Daí eu cheguei e ela começou a me xingar para caramba, falou que eu sou culpado eu que não sei fazer nada, eu que só o uso drogas, daí ela começou a jogar as coisas da mesa, jogou a cadeira na parede e quebrou azulejo, jogou também um copo no vidro. Uma vez eu voltei chorando pra minha casa e virou um inferno, eles pensaram que eu tinha fumado maconha e tinha cheirado porque o nariz ficava meio vermelho de chorar, daí eles ficavam me acusando, falando que eu tinha usado.

Os escores obtidos na escala comunicação positiva dos filhos mostraram que os progenitores obtiveram escores baixos (abaixo do percentil 40). Os dados indicaram que em função do ambiente familiar coercivo, o sujeito não se sentia a vontade em contar sobre suas coisas para seus pais, muito provavelmente ele evitava situações potencialmente aversivas.

Seguem alguns trechos da entrevista que ilustram esta suposição.

Eu conversava com ela só para desbaratinar, pra evitar de chegar nela e falar que estava usando drogas. Era muito difícil eu procurar meu pai para conversar, pra contar o que estava acontecendo.

Os dados sugerem que os pais tinham pouco controle sobre o comportamento do participante, e, portanto, não tinham condições de utilizar práticas mais eficazes que pudessem evitar que o filho envolve-se em comportamentos drogadictos.

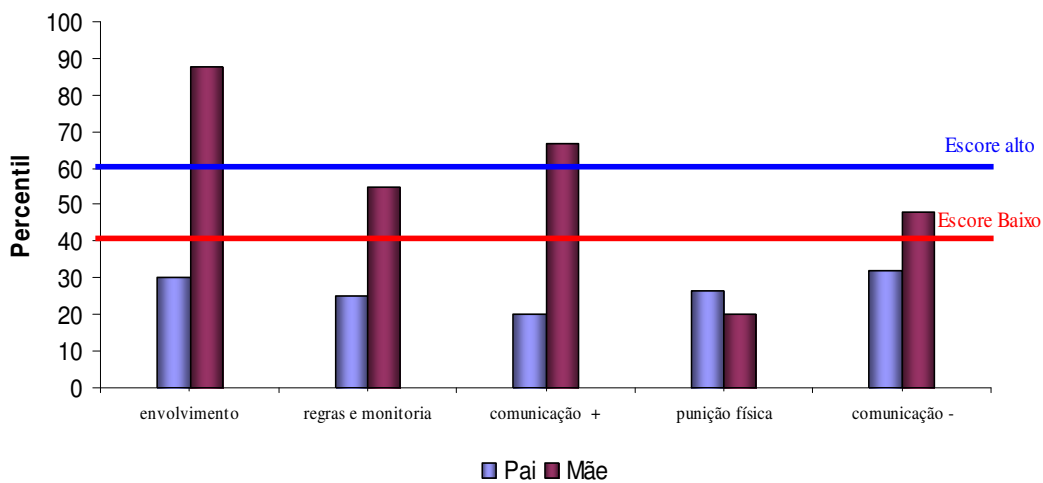


Fig. 5: Escores obtidos por P5 nas escalas Envolvimento, Regras e Monitoria, Punição Física, Comunicação Negativa e Comunicação Positiva dos Filhos do EQIF, com escores alto, médio e baixo.

Os dados obtidos no EQIF mostraram que a mãe apresentou um índice alto nessa escala (escore superior ao percentil 60), por sua vez, pode-se notar que o pai apresentou um escore baixo (menor que o percentil 40).

As verbalizações indicaram que o pai mantinha uma postura negligente em relação ao filho. O participante não relatou nenhuma vez se o pai tinha o costume de utilizar reforçadores positivos como a atenção e carinho ou mesmo o interesse sobre as suas atividades. Assim, o pouco envolvimento faz com que o pai ignore a maioria dos comportamentos do participante, principalmente aqueles adequados, falhando na manutenção e no fortalecimento dos mesmos. O nível de comunicação era baixo, o que faz com que o participante não desenvolvesse um repertório social adequado.

Seguem algumas verbalizações obtidas na entrevista que confirmam estas hipóteses.

Ele não sabe como dar carinho, ensinar as coisas, sair pra passear, dar presentes, essas coisas.

Ele não sabe dar um abraço ou um carinho e eu não o culpo por isso.

Não se envolvia, ele não fazia nada, parecia que nada tinha acontecido.

Depois que eu saía ele falava com a minha mãe, mas conversar diretamente comigo ele nunca fez. Ele não falava nada diretamente pra mim, deixava meio no ar sabe. Ele falava pra minha mãe, mas não pra mim.

Sobre o envolvimento materno, os relatos indicaram que a mãe utilizava frequentemente demonstrações de afeto e incentivo através de verbalizações positivas e de carinho físico, além de participar ativamente da vida do participante, estando disponível e dando a oportunidade para o diálogo.

Segundo Pettit e Bates (citado por Gomide, 2003), o afeto somado a uma atitude positiva e educativa da mãe estaria consistentemente relacionado à ausência de problemas

de comportamento, enquanto estratégias coercitivas e a ausência de um envolvimento positivo com a mãe foram preditoras de comportamento anti-social.

Em relação aos dados obtidos na escala regras e monitoria, percebeu-se que o pai obteve um escore baixo nessa escala (menor que o percentil 40). Nota-se, também, que a mãe obteve um escore médio (entre 40 e 60). Pode-se afirmar, a partir dos dados obtidos no EQIF, que o estabelecimento de normas de comportamento e a ocorrência de supervisão das atividades dos filhos não eram práticas muito freqüentes na díade do participante P5. No entanto, quando ocorriam eram desempenhadas predominantemente pela mãe.

Segue um trecho da entrevista que descreve como o participante percebia essa prática exercida por sua mãe:

Minha mãe ficava acordada, enquanto eu não chegasse, ela não dormia. Eu podia chegar às 6h da manhã que ela estava acordada.

Os dados obtidos na escala punição física apontam que os pais obtiveram um escore baixo nessa escala (menor que 40), provavelmente por utilizarem pouco esta prática para controlar o comportamento do filho. Os relatos obtidos nas entrevistas confirmaram que os pais do participante P5 não utilizavam a punição física com muita freqüência. Os relatos indicaram que quem mais utilizava essa prática era sua mãe, no entanto, os dados sugerem que ela utilizou essa prática somente durante a sua infância e início da adolescência, mas que não eram exageradas e que eram contingentes ao comportamento indesejável emitido pelo participante.

Minha mãe me batia, até mais ou menos uns doze anos e toda vez que ela ia me bater eu ficava dando risada, daí ela me batia mais ainda. Não, ela me batia sempre que eu fazia alguma coisa de errado. Eu sempre fui muito bagunceiro, jogava coisas na casa dos outros, ficava brigando à toa, eu subia todo dia no telhado e quebrava um monte de telhas. Eu sempre dava motivo para apanhar.

Sobre comunicação negativa, pode-se observar a partir da partir da Fig. 5, que a mãe do participante P5 obteve um escore intermediário nessa escala (escore entre 40 e 60). Por sua vez o pai obteve um escore baixo (menor que 40). Pode-se supor que a mãe utilizava brigas e discussões, mesmo que numa frequência relativamente baixa, para modelar o comportamento do filho. As verbalizações obtidas nas entrevistas apontam que muitas vezes, a punição verbal exercida pela mãe estava sob o controle de outras variáveis que não o comportamento emitido pelo sujeito. Esse tipo de contingência fazia com que o participante tivesse sua avaliação prejudicada no que diz respeito aos efeitos de seus comportamentos, além de prejudicar a relação entre mãe e participante esta hipótese.

Seguem alguns trechos da entrevista:

Muitas vezes minha mãe dizia que eu era vagabundo, sem vergonha, porque eu sempre dizia que ia mudar e depois voltava tudo de novo. Na hora ela não falava nada, saía andando. Depois ela vinha dar sermão dizendo que eu estava acabando com a minha vida, que já estava começando a vender as coisas de novo. Que não adiantava eles me ajudarem se eu não quisesse ajuda, falava um monte mesmo. Minha mãe sim. Às vezes, ela ficava brava com alguma coisa que meu pai fazia e descontava em mim, falava um monte. Ela falava que meu pai era assim por minha causa e falava um monte, e eu deixava falar porque aquilo que ela falava era da boca pra fora.

Os escores obtidos na escala comunicação positiva dos filhos indicaram que o pai obteve um escore baixo (menor que 40), e a mãe obteve um alto índice (maior que 60). Os dados indicaram que o sujeito preferia estabelecer uma comunicação com sua mãe, muito provavelmente em função dos altos índices de envolvimento e dos baixos índices na escala que avalia punição física. Em relação ao pai, pode-se observar que o sujeito não emitia esse comportamento, sobretudo por se tratar de um pai negligente que, muito provavelmente, não favorecia o estabelecimento de diálogo entre eles.

Os dados obtidos nas entrevistas sugeriram que o participante mantinha algumas reservas em relação às informações dadas pela mãe. Segundo a verbalização do

participante, ele modificava alguns fatos, pois, provavelmente ele seria punido se contasse a verdade.

Seguem alguns trechos da entrevista que sustentam tais hipóteses.

Contava só o que eu podia contar. Por exemplo, uma vez eu vendi o som do meu carro para um traficante e isso me deixou muito mal, daí na hora de contar pra minha mãe eu não falei que tinha sido para um traficante, eu falei que tinha sido pra um amigo, mas eu falei só pra botar aquilo pra fora. É complicado porque quando eu falei isso pra minha mãe ela disse que não tinha problema, que eu comprasse outro, então pra ela não foi uma coisa tão grave.

Às vezes, por exemplo, quando eu ia pra uma balada eu sempre contava, as vezes que eu ficava com alguma garota, ou mesmo quando fazia alguma amizade nova, eu sempre contei pra minha mãe.

Com ela eu sempre conversei, sempre falei o que eu fiz de errado.

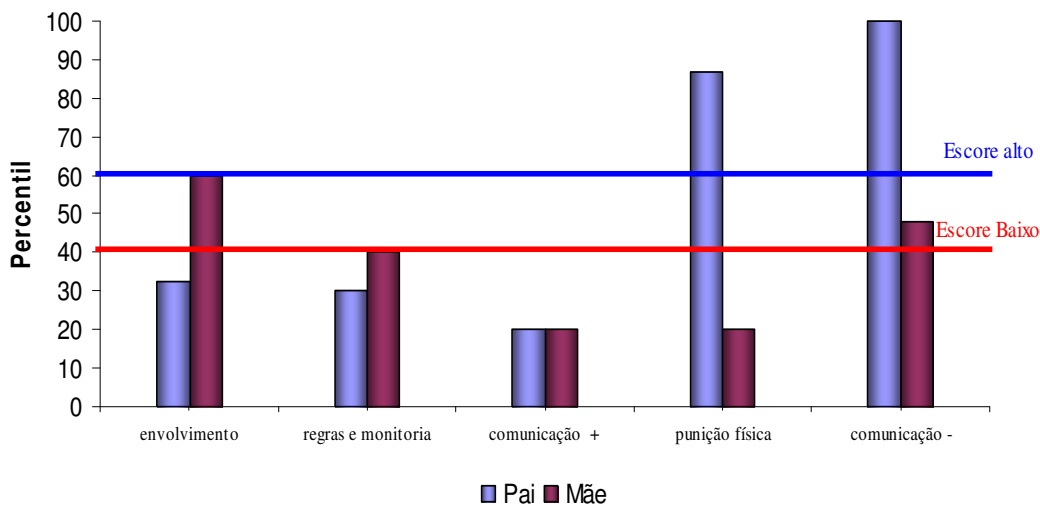


Fig. 6: Escores obtidos por P6 nas escalas Envolvimento, Regras e Monitoria, Punição Física, Comunicação Negativa e Comunicação Positiva dos Filhos do EQIF, com escores alto, médio e baixo.

A Fig. 6 demonstra que o escore obtido pelo pai na escala que avalia envolvimento foi baixo (menor que 40). Em relação ao escore obtido pela mãe, pode-se observar que ele foi maior que o obtido pelo pai (60).

Os dados apontaram que a mãe era quem estava mais disponível no dia-a-dia do participante e certamente era ela quem dispensava o maior número de reforçadores positivos.

Em relação ao pai, é possível afirmar a partir dos dados obtidos no EQIF, que se trata de um pai negligente, que não oferecia reforçadores sociais positivos ao filho e que, portanto, não favorecia o diálogo entre eles.

Os dados descritivos obtidos nas entrevistas indicaram que o envolvimento oferecido pela mãe consequenciava comportamentos inadequados, aumentando a probabilidade desse comportamento vir a ocorrer novamente em ocasiões futuras.

As verbalizações também sugeriram que não havia coerência entre as práticas empregadas pelo casal parental, pois o mesmo comportamento que era punido pelo pai, era reforçado pela mãe. Esses dados são confirmados pelos relatos obtidos na entrevista:

Ela sempre ficava do meu lado, meu pai queria me bater e, às vezes, ela que segurava, ela não deixava ele me bater.

Minha mãe é boazinha, minha mãe sempre me ajudou. Eu chegava na minha mãe e falava que tava devendo pros outros, que eu tava sem dinheiro pra usar, daí eu falava que tinha uma conta pra pagar, estava devendo pra tal pessoa, então ela me dava o dinheiro pra eu pagar e eu pegava o dinheiro e ia lá usar.

Na primeira internação parecia que ele estava se preocupando comigo, mas agora parece que ele não está mais acreditando em mim não.

Da minha mãe eu percebo um pouco, mas do meu pai não.

Em relação aos escores obtidos na escala que avalia regras e monitoria, é possível observar a partir da Fig. 6 que o casal parental obteve um escore baixo nessa escala (menor que 40). Os dados indicam que os pais não supervisionavam as atividades do participante, permitindo a ocorrência e o fortalecimento de problemas de comportamento.

O uso da monitoria parental funciona como uma medida preventiva primária; reduz o surgimento de comportamentos de risco e age como uma medida de intervenção entre jovens com repertório comportamental de risco instaurado, isto é, reduz a pré-existência

de comportamentos de risco (Xiaoming & cols., 2000; Stanton & cols., 2000). Além disso, modelos teóricos apontam a baixa monitoria como causa do início de comportamentos disruptivos, avançando para o agrupamento com pares desviantes e resultando em comportamento anti-social. (Patterson & cols., 1992).

Segue um trecho da entrevista que contempla esses aspectos na interação entre os pais e o participante.

Eles não procuravam saber onde eu estava.

Não, eles já sabiam aonde eu ia porque eu chegava em casa, tipo assim meu pai saía e eu dava uma saída rapidinha e ele já falava: É você foi lá na biqueira né, que eu sei.

Os escores obtidos na escala que avalia punição física apontam que o pai obteve um índice alto (maior que 60) e mãe obteve um escore baixo.

O pai de P6 destacou-se por apresentar o maior índice de punição física da amostra estudada (86,6). Segundo Gomide (2002), a punição física possui alta correlação com aumento de comportamento anti-social e infrator, bem como com uso de álcool e outras drogas.

Os dados obtidos na entrevista sugerem que o pai fazia uso de uma punição exagerada que não estava sob o controle do comportamento do participante.

Gershoff (2002) indica que o uso contínuo da punição impulsiva (aquela acompanhada de sentimentos de raiva dos pais e por estarem fora do controle) está relacionado com o desenvolvimento de comportamentos anti-sociais em crianças e adolescentes.

Provavelmente, o participante não sabia discriminar quais eram os comportamentos adequados dos inadequados, mas sim que quando seu pai estava nervoso ele iria puni-lo independente do que se fizesse estivesse certo ou errado.

Skinner (1953/2000) descreve que o efeito causado pela aplicação da punição sobre o comportamento agressivo ou inadequado é imediato e, portanto, os pais ficam sob o controle deste efeito, fortalecendo nos filhos respostas de fuga e esquivas, explicando a utilização freqüente destas práticas.

Segue alguns trechos da entrevista que exemplificam como o participante percebia a punição exercida pelo pai:

Às vezes eu apanhava sem ter feito nada, apanhava quando eu fazia as coisas, mas quando eu não fazia nada eu também apanhava. Porque qualquer coisinha ele me batia quando ele estava nervoso.

Uma vez que ele pediu pra eu subir com uns pisos lá pra cima de casa, daí eu falei que era pesado, porque caixa de piso é pesada né? No que eu falei, ele me deu uma tacada de sinuca nas pernas, eu não tinha feito nada.

Meu pai batia em mim feito um condenado, já nasci revoltado, apanhava na frente dos outros, aqueles colegas dele ficavam tudo dando risada que eu ficava apanhando.

Meu pai me criou mal desde pequenininho, ele já me batia, me deixava na tampinha de garrafa. Ele colocava duas tampinhas de garrafa no meu joelho pra eu ajoelhar em cima.

As verbalizações do sujeito sobre as punições exercidas pela mãe confirmam os dados obtidos no instrumento. Segue um exemplo destas verbalizações.

Não, minha mãe nunca me bateu.

De acordo com a Fig. 6, a mãe de P6 obteve escores intermediários na escala que avalia comunicação negativa (entre 40 e 60). O pai obteve o escore mais alto da amostra estudada (100). Os dados apontaram que o pai utilizava, freqüentemente, a punição verbal como, por exemplo, repreensões, demonstrações de desaprovação, brigas e discussões como forma de controle comportamental.

Tendo em vista os escores obtidos nas escalas que avaliam comunicação negativa e punição física, pode-se perceber que o participante aprendeu a se comportar mediante a história de reforçamento que lhe foi impressa, ou seja, o contato que o participante teve

com seu pai, envolveu um processo educacional muito mais pautado em conseqüências aversivas do que positivas. Provavelmente, o participante buscará formas de eliminar ou remover eventos ameaçadores e intimidadores, como o próprio pai, prejudicando a relação entre pais e filho.

As verbalizações obtidas nas entrevistas corroboram com os dados obtidos no instrumento. Seguem algumas verbalizações do sujeito:

Ele fica só bravo. Quando eu estou perto dele parece que sai tudo errado o que ele vai fazer, ele fala que parece que sai tudo errado quando eu estou perto.

Ele xinga eu muito, ele fala muita besteira: -Vai se fuder rapaz! Me manda tomar naquele lugar.

Meu pai é muito agressivo, qualquer coisa ele jogava em cima de mim, os erros. Quando eu não estava lá meu pai falou que, quando eu sai depois que eu recai, ele falou que eu fui a desgraça pra eles de ter voltado.

Era mais ele, sempre que eu fazia alguma coisinha ele já vinha gritando e eu gritava também e ele já catava, já perdia a cabeça e vinha pra cima de mim.

Os dados obtidos na escala que avalia a comunicação positiva dos filhos indicaram que o sujeito não costumava relatar acontecimentos do seu dia-a-dia para seus pais.

Pode-se supor que o baixo escore nessa escala seja em função dos altos índices de punição física e comunicação negativa e do baixo índice de envolvimento em relação ao pai.

Em relação à mãe, os dados sugerem que ele evitava contar eventos e comportamentos indesejáveis à mãe evitando, assim, ocorrência de verbalizações negativas, como desaprovação e insultos. Segue uma verbalização que confirma a pouca iniciativa do sujeito em estabelecer uma conversa com seus pais.

Eles falam que estão gostando, mas não temos muita afinidade, nós não fica conversando, eu guardo tudo pra mim.

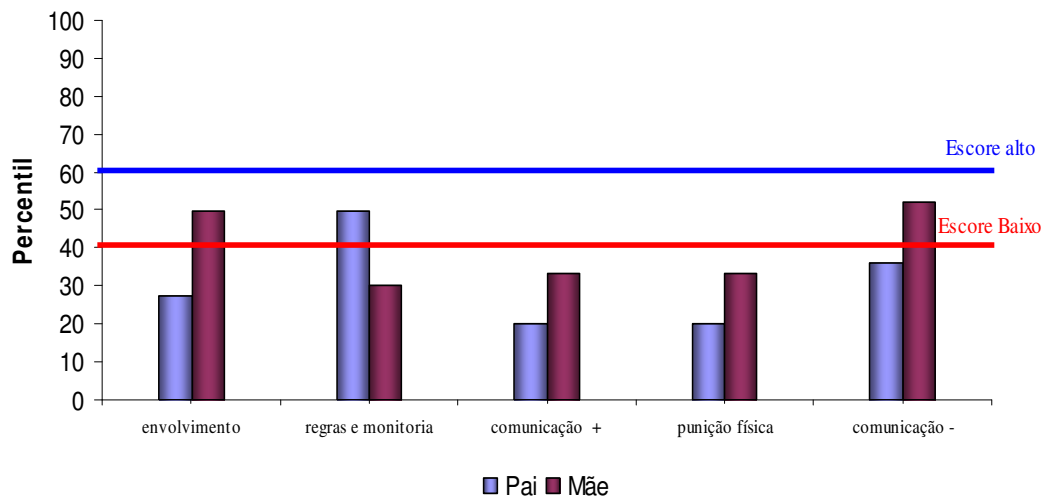


Fig. 7: Escores obtidos por P7 nas escalas Envolvimento, Regras e Monitoria, Punição Física, Comunicação Negativa e Comunicação Positiva dos Filhos do EQIF, com escores alto, médio e baixo.

Em relação aos escores obtidos na escala que avalia envolvimento parental, observou-se que o pai obteve um escore baixo nessa escala (menor que 40). Em relação à mãe, nota-se que ela obteve um escore intermediário (entre 40 e 60) nessa escala.

Seguem algumas verbalizações obtidas na entrevista:

O meu pai na minha dependência ativa, dificilmente eu vi ele me elogiar, porque ele trabalhava o dia todo né? Então ele me via mais à noite, mas assim, eu chegava e já saía pra ir usar droga ou eu ficava meio isolado no quarto então, eu não tinha intimidade com ele.

Pode-se supor que pelo pouco tempo que o pai passava em casa em função de sua atividade profissional (Tabela 7), ele era visto como um pai pouco envolvido pelo participante, principalmente por não estar disponível no cotidiano do sujeito, e sobretudo, por utilizar poucos reforçadores positivos na relação com o filho.

Os escores obtidos pela mãe sugerem que ela era vista como uma mãe mais envolvida que o pai, entretanto os dados demonstram que o envolvimento emitido pela

mãe consequenciava positivamente alguns comportamentos indesejáveis emitidos pelo participante, aumentando assim a probabilidade de ocorrência futura. A mãe, no intuito de evitar conseqüências aversivas imediatas como a cobrança de um traficante ou possíveis discussões entre o participante e seu pai, reforçava tais comportamentos.

Minha mãe encobria certas coisas que eu fazia pra me proteger do meu pai, só que depois ele descobria e aí gerava toda aquela briga né. Teve vezes de eu ir lá, usar droga, depois traficante ir cobrar na porta da minha casa e minha mãe ver toda aquela situação e acabar pagando traficante e escondendo do meu pai. Ai né, como as vizinhas são todas fofoqueiras, meu pai sempre ficava sabendo.

Possivelmente, com o aumento da freqüência do comportamento de auto-administração de drogas, os efeitos deletérios ficaram mais evidentes, comprometendo a relação entre a díade parental e o sujeito.

Até eu conhecer o crack a gente saía e tal, a gente sempre tinha o costume de sair juntos, eu e minha família, comer alguma coisa, conversar. Só que aí, a partir do momento que começou o crack, comecei a fazer besteiras e tal, vender isso, vender aquilo, aí já começou que eles se afastaram de mim.

Em relação aos escores obtidos na escala regras e monitoria, percebe-se que o pai obteve um escore intermediário e a mãe um escore baixo. No entanto, os relatos indicaram que o casal parental utilizava técnicas pouco eficazes para monitorar o comportamento do participante.

Depois, no final, nos últimos três meses antes de eu vir pra cá, que aí tava feia a coisa, era assim, de trancar a porta de quarto pra de repente não roubar dinheiro. Até a minha mãe chegou a trancar o portão e dizer pra eu não sair e eu pulava o portão. Várias vezes eu chegava de madrugada daquele jeito. Minha mãe procurava saber onde eu tava, até então eles não sabiam onde eu tava, queria saber onde eu tava, o que eu tinha feito, queria saber porque que eu tava daquele jeito, e tal.

Pode-se inferir que os pais falhavam no controle de estímulos e permitiam a ocorrência de problemas de comportamentos.

Os dados indicaram que a supervisão das atividades era exercida predominantemente pela mãe, no entanto, quando o pai se envolvia eram supervisões mais intensas, explicando, assim, o alto escore obtido pelo pai nessa escala.

Mas, geralmente, era mais a minha mãe, minha mãe que ia lá, me dava dinheiro e perguntava aonde eu ia, que horas que eu ia voltar e tal. O meu pai só tomava mais a frente de perguntar e querer saber quando a minha mãe começava a questionar e eu me esquivava, então aí ele tomava a frente de querer saber.

Os escores obtidos na escala punição física indicaram que os pais do participante P7 não costumavam a utilizar esta prática com muita frequência. A mãe obteve um maior índice nessa escala que o pai.

Seguem algumas verbalizações que corroboram com os dados obtidos no EQIF:

Meu pai só de olhar, ele não precisava nem bater, nem falar nada, só de ele olhar eu já sabia que alguma coisa estava errada né?

Eu apanhei assim, quando eu era criança, e na última vez que eu me lembre eu tinha doze ou treze anos, depois meu pai nunca me bateu. Minha mãe me batia assim, de chinelo e tal, mas de cinto, essas coisas assim nunca.

Em relação à comunicação negativa, é possível notar a partir da Fig. 7 que o pai obteve um escore baixo (menor que 40) e a mãe obteve um escore intermediário (entre 40 e 60).

Os dados apontaram que a mãe utilizava com mais frequência a punição verbal como brigas, xingamentos e discussões para controlar o comportamento do participante. Muito provavelmente a mãe obteve um escore maior que o pai, por ser ela a pessoa que passava a maior parte do dia com o participante.

Segue um trecho da entrevista que exemplifica a percepção do participante a respeito dessa classe de comportamento:

Agora, vagabundo, assim, essas coisas assim por várias vezes ela falou pra mim no momento da raiva, e até porque eu fazia coisa errada mesmo, né.

Por fim, os dados obtidos na escala que avalia comunicação positiva que ambos, pai e mãe, obtiveram um escore baixo (menor que 40). Entretanto, a partir dos dados da Fig. 7, nota-se que a mãe obteve um índice um pouco mais elevado que o pai.

Os dados descritivos obtidos nas entrevistas mostraram que o sujeito procurava conversar mais com sua mãe do que com seu pai, muito provavelmente em função da disponibilidade oferecida por ela, demonstrada na escala que avalia envolvimento. Segue um trecho que confirma esta hipótese:

O meu relacionamento com os meus pais, eles eram bem fechados né. Com o meu pai era um pouco mais, o meu pai sempre foi uma pessoa fechada né. Com a minha mãe já é um pouco mais aberto, porque assim, a minha infância toda sempre foi a minha mãe, e eu me apeguei mais a minha mãe, tudo o que eu ia fazer era com a minha mãe, e o meu pai já era mais fechadão, a gente pouco conversava.

Entretanto, com o aumento da frequência do uso e com suas conseqüências danosas, o relacionamento com os pais, incluindo a comunicação, ia se deteriorando.

É, tipo ele era fechado e eu também não procurava, depois, com o uso da droga eu pouco me aproximava. Quando eu chegava daquele jeito, eu procurava me isolar e tal, não falar muito, então nossa comunicação ia piorando a cada dia.

Os dados sugerem que grande parte do repertório comportamental do sujeito estava vinculado ao uso de drogas, restando assim poucas situações e comportamentos que pudessem ser relatados aos pais sem que tal comportamento fosse punido.

Tipo assim, dava muita briga em casa, por isso que eu não falava muito lá em casa, minha vida foi praticamente droga né, então eu não tinha muito o que falar para os meus pais, e não tinha assim, essa comunicação dentro de casa né. Falava quando estava precisando de alguma coisa, aí eu falava, mas chegar e puxar um assunto e expor uma idéia ou expor uma coisa que estava acontecendo, uma dificuldade ou até uma alegria, isso não.

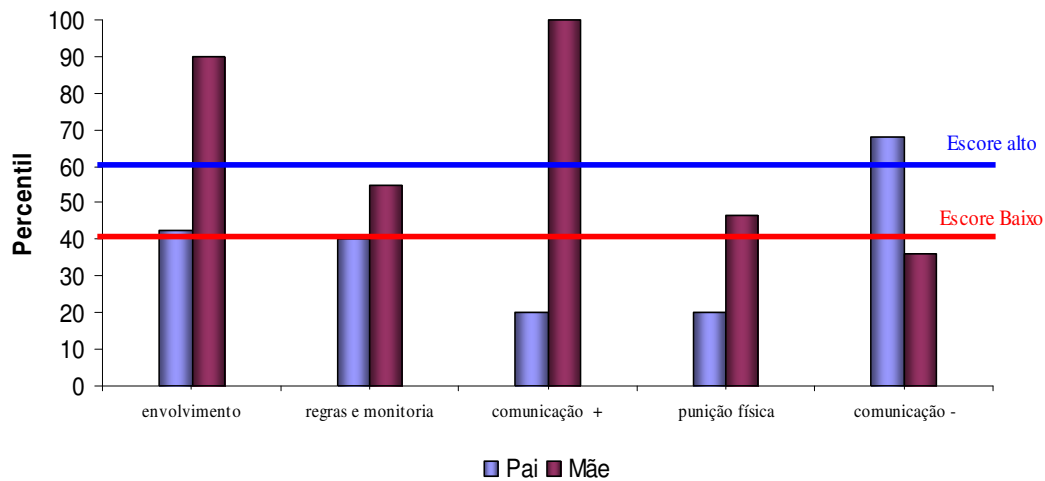


Fig. 8: Escores obtidos por P8 nas escalas Envolvimento, Regras e Monitoria, Punição Física, Comunicação Negativa e Comunicação Positiva dos Filhos do EQIF, com escores alto, médio e baixo.

A partir dos dados apresentados na Fig. 8, pode-se afirmar que a mãe do participante P8 obteve um alto índice na escala que avalia envolvimento (maior que 60). As verbalizações obtidas nas entrevistas confirmaram o quanto a mãe era envolvida com as atividades do participante, sensível às suas reações, dispensava reforçadores positivos e estava disponível no dia-a-dia do participante, dando a oportunidade para o diálogo.

Segue um trecho da entrevista que sustentam tais hipóteses:

Minha mãe fala que me ama, e tudo mais, elogia. Minha mãe não, minha mãe me abraça, me beija. Era diário, toda hora, tudo quanto é assunto, debatia tudo: Oh, mãe, to com problema nisso aqui, me ajuda aqui. Coisa boa, coisa ruim, tudo. Às vezes falava que eu tava na maior deprê, pedia pra ela deixar eu quietinho, eu falava pra ela aí ela me deixava.

Os relatos indicaram que o pai passava menos tempo em casa não favorecendo o diálogo com o filho, sendo percebido com um pai pouco envolvido.

Seguem alguns trechos que ilustram a percepção do participante em relação ao envolvimento paterno:

Meu pai não falava que eu era importante, ele nunca falou que eu era importante. É muito difícil, meu, ficar perto de mim, me fazer carinho. Eu também não fico muito perto dele. Ele não participava no meu desenvolvimento, entendeu? Ele não procurava saber se eu tava bem, se tava mal, entendeu? Só queria saber se eu tava dormindo em casa. Se eu tava comendo, se eu tava tomando banho.

Os dados sugeriram que, por dispensar poucos reforçadores, o pai não favorecia a instalação de um repertório comportamental no participante através de reforçamento positivo, sendo este um papel desempenhando predominantemente pela mãe.

Os dados obtidos na escala que avaliam regras e monitoria mostram que o pai obteve um baixo índice nessa escala (menor e igual ao percentil 40). Esses dados são corroborados pelos relatos obtidos na entrevista que sugerem a negligência paterna em relação à supervisão das atividades exercidas pelo participante.

Seguem alguns trechos que ilustram essa afirmação:

Só a minha mãe ficou sabendo que eu fumava; o meu pai não. Demorou um pouco pra ele ficar sabendo, ele ficou sabendo pelos outros. Meu pai pelo fato de não estar em casa não sabia de nada que eu fazia, nem procurava saber também.

Como mostra a Fig. 8, pode-se observar que a mãe obteve um índice maior que o pai na escala regras e monitoria, entretanto ambos obtiveram um índice médio (entre 40 e 60). Assim, pode-se supor que a mãe não utilizava estratégias de supervisão e monitoramento ineficazes.

Seguem algumas verbalizações que descrevem como o participante percebia essa prática exercida pela mãe.

Minha mãe não sabia onde eu tava, com quem eu tava. Assim, sabia mais ou menos, o que eu tava fazendo. Ela não proibia, ela só falava: Toma cuidado, presta atenção, cuidado com fulano, cuidado com cicrano, entendeu? Cuidado com a polícia. Aonde você vai? Ela falava: Não faz isso moleque, você vai acabar morrendo.

Pode-se supor que em função da pouca escolaridade (Tabela 4), a mãe de P8 tinha poucos subsídios para conscientizar o participante de uma maneira eficaz sobre as conseqüências danosas do uso abusivo de drogas. Assim, a mãe falhava no estabelecimento de uma continência verbal (regra) que poderia assumir o controle do comportamento do participante, diminuindo a probabilidade de envolvimento com drogas.

Em relação aos escores obtidos na escala que avalia punição física, nota-se a partir da Fig. 8, que o pai obteve um índice baixo nessa escala.

Segue uma verbalização que confirma este dado:

O meu pai nunca bateu em mim, nunca brigou. Nunca. Desde pequeno.

Os escores obtidos pela mãe mostram que ela obteve um índice intermediário (entre 40 e 60). Os relatos indicaram que a punição exercida pela mãe, mesmo que aparentemente exagerada, seguiam comportamentos inadequados emitidos pelo participante. Mesmo que eliciasse respondentes aversivos no participante, provavelmente diminuía, momentaneamente, a freqüência do comportamento punido.

Seguem algumas verbalizações:

Não, as vezes que ela me bateu sempre tinha um motivo, sempre por um motivo. Aí eu apanhava, fazia coisa errada e apanhava. Ela falava: Não vai pra rua e eu ia, e apanhava de espada de são Jorge, ela arrebatava umas três e aí tava pronto.

Sobre os dados obtidos na escala comunicação negativa, pode-se notar a partir da Fig. 8 que a mãe apresentou maiores índices nessa escala que o pai. Seguem algumas verbalizações que caracterizam como o participante percebia essa prática:

Quando ela me dava bronca ela deixava eu nervoso e aí eu saía e ia usar mais. Eu que não procuro me envolver com o meu pai, porque ele só me xingava, então eu evitava ele. Com o meu pai ele já falava: Seu lixo, seu verme.

Os dados indicaram que o diálogo prejudicial que algumas vezes era estabelecido entre os pais e o participante contingenciava comportamentos de fuga e esquivia da situação aversiva que comprometia o relacionamento entre eles.

Em relação aos dados obtidos na escala que avalia comunicação positiva dos filhos, pode-se perceber a partir da Fig. 8, que, na maioria das vezes o sujeito tomava a iniciativa em estabelecer um diálogo com os pais. Era com a mãe. Especificamente o pai obteve um escore médio nessa escala (entre 40 e 60) e a mãe obteve um escore alto nessa escala (maior que 60).

Pode-se supor que em função do alto índice obtido pela mãe na escala que avalia envolvimento, e, sobretudo, pelo tempo que ela tinha disponível, o sujeito se sentia mais a vontade em relatar eventos e comportamentos significativos a ela. Em relação ao pai, supõe-se, a partir dos baixos índices na maioria das escalas, que se tratava de um pai negligente, que não se preocupava em estabelecer um repertório comportamental que favorecesse a autonomia e as futuras relações do participante.

Seguem algumas verbalizações que corroboram esta hipótese.

Minha mãe não, nós conversa como se fosse amigo mesmo.

Com minha mãe é aberto, e conto: Ai, mãe, fiz isso, fiz aquilo.

Eu falava tudo pra minha mãe. Até roubar, eu falava, mãe, roubei, precisava de grana. Não tinha vergonha de contar nada pra minha mãe.

Eu costumava conversar bem pouco com o meu pai. Era de futebol, falava, é o seu palmeirão perdeu, sabe assim, essas coisinhas básicas do tipo: Oh, pai, me dá um cigarro. Só isso só, bem básico mesmo.

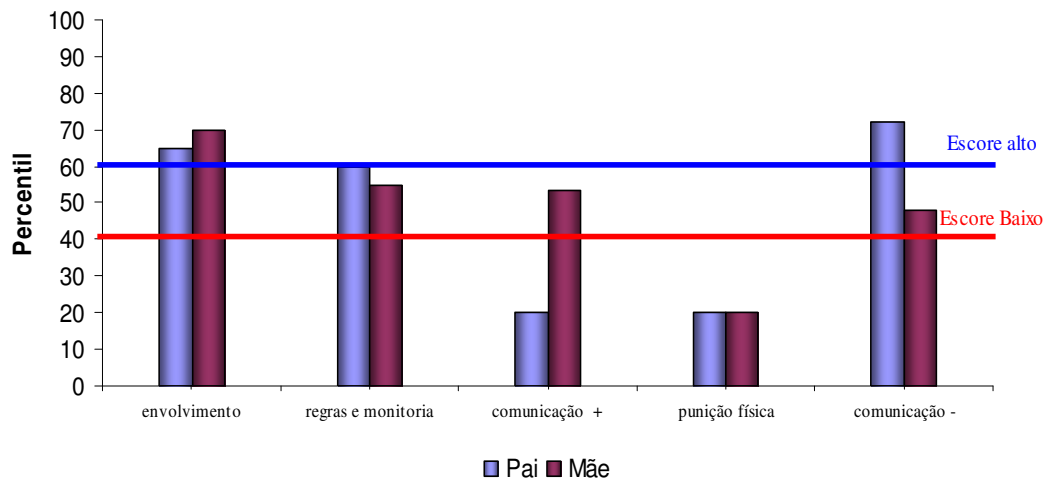


Fig.9: Escores obtidos por P9 nas escalas Envolvimento, Regras e Monitoria, Punição Física, Comunicação Negativa e Comunicação Positiva dos Filhos do EQIF, com escores alto, médio e baixo.

Em relação aos escores obtidos na escala que avalia o envolvimento parental, pode-se observar a partir da Fig. 9 que os pais do sujeito P9 obtiveram altos índices nessa escala (maior que 60).

A partir das verbalizações obtidas nas entrevistas, é possível supor que principalmente o pai era sensível às reações do participante, conseguindo discriminar quando ele havia feito o uso de alguma substância psicoativa.

Os relatos indicaram também que o pai utilizava reforços positivos sociais para manter os comportamentos adequados no participante, porém o participante sinaliza que houve um comprometimento do envolvimento paterno quando o uso de drogas se intensificou, como demonstra as verbalizações seguintes.

É um bom pai, é carinhoso, mas às vezes eu até fico meio constrangido em abraçá-lo, porque a partir do momento em que eu comecei a usar drogas, houve um afastamento muito grande entre nós dois.

Ele (pai) ganhava tudo no ar, só de olhar nos olhos ele percebia. E no decorrer do tempo, muitas vezes já pegou assim, percebia que tava louco; só que balançava a cabeça, não brigava mais, não questionava mais para não ter brigas dentro de casa. Quando eu

terminei esse curso, o meu pai sentiu muito orgulho de mim, em relação a isso, porque eu ainda estudando eu já estava começando a pegar trabalhos, projetos.

A partir da Fig. 9, nota-se que os pais de P9 obtiveram um escore intermediário (entre 40 e 60) na escala que avalia regras e monitoria.

Os dados obtidos na entrevista apontaram que o trabalho exercido pelos pais não permitia que houvesse uma supervisão e monitoria adequada das atividades do participante.

Assim, quando os pais se ausentavam em função do trabalho, o sujeito emitia o comportamento de auto-administração de drogas de tal maneira que, quando os pais chegavam, eles não conseguiam discriminar que o sujeito havia feito uso.

As verbalizações também sugerem que a supervisão exercida pelo pai era mais intensa. Sendo assim, mais custoso de ser manipulado pelo participante, ao contrário, a mãe parecia emitir uma supervisão menos eficaz da conduta do filho.

Foi a cocaína, que eu usava de segunda a segunda, eu usava em casa, minha mãe trabalhava, meu pai trabalhava e meu irmão trabalhava, daí meu amigo ia em casa, tipo onze horas da manhã, minha mãe tava em casa, daí ele ia lá e a gente usava dentro do banheiro. À tarde a minha mãe não tava em casa, ia trabalhar, ficava só eu com toda a casa, meu amigo ia lá às três horas da tarde e mandava. À noite, eu ia estudar só que eu ia pra escola locão, e é onde eu fazia mais uso.

Se eu não tivesse o meu pai em casa, se os meus pais fossem separados, eu acho que eu já esta estaria usando drogas dentro casa, entendeu, minha mãe não iria nem perceber.

Os escores emitidos na escala que avalia punição física indicam que ambos, pai e mãe, obtiveram baixos índices nessa escala (menores que 40). Assim, supõe-se que os pais do sujeito P9 não utilizavam com muita frequência a punição física para suprimir comportamentos indesejáveis.

Os dados obtidos na entrevista mostram que o pai utilizava outras técnicas coercitivas de controle como a privação de privilégios, entretanto a utilização dessa

técnica não se mostrava eficaz, a longo prazo, pois o comportamento punido voltava a ser emitido pelo participante.

Ele tentou de todas as formas fazer com que eu não voltasse a usar, me deixando de castigo, mas tipo, eu aguardava que abaixasse a poeira pra eu voltar a ter a confiança dele, para poder voltar a sair na rua e voltar a usar drogas.

Sobre os escores obtidos na escala que avalia comunicação negativa, pode-se observar que o pai obteve um alto índice nessa prática.

Os dados obtidos na entrevista corroboram com os dados obtidos no EQIF. Assim, os dados apontam que o pai utilizava, freqüentemente, brigas e insultos para controlar o comportamento emitido pelo participante, entretanto, provavelmente, tais contingências aversivas fortaleciam os comportamentos de fuga e esquiva, diminuindo a probabilidade de ocorrência de diálogo entre pai e filho.

Nota-se também que a mãe fazia uso freqüente desta prática. Seguem algumas verbalizações que exemplificam a percepção do participante sobre essa prática:

Ele sempre foi agressivo, mas era na voz sabe, falava alto, gritava, e se eu fosse colocar o meu ponto de vista para ele não tinha, era a o ponto de vista dele e só. Você é um vagabundo, marginal. Sim, já várias vezes, meu pai já falou já, ele falou várias vezes. Esses palavreados, vagabundo, marginal, tipo também dizendo que eu ia acabar sendo um ladrão.

Os resultados obtidos na escala que avalia comunicação positiva dos filhos sugerem que o participante não costumava relatar eventos e comportamentos aos pais, mas quando o fazia preferia relatar para sua mãe. Os escores obtidos por ele foram médios (entre 40 e 60) e os dados obtidos nas entrevistas confirmam esta preferência.

Eu me transformei numa pessoa muito fechada, entendeu? É mais fácil eu contar tudo da minha vida pra você do que para os meus pais, eu não sei se seria uma vergonha, um medo, qual seria o bloqueio né? É difícil eu falar alguma coisa com os meus pais e quando eu falava era mais com a minha mãe.

Em relação ao pai, nota-se a partir da Fig. 9 que ele obteve um índice baixo nessa escala. As verbalizações obtidas nas entrevistas confirmaram os dados obtidos no EQIF, sugerindo que o participante não estabelecia nenhum tipo de conversa com o pai, provavelmente, pelos comportamentos de fuga e esquiva instalados em função dos altos índices de comunicação negativa.

Seguem algumas verbalizações que ilustram essa relação:

Eu também tenho medo de contar alguma coisa e acabar afetando ele. A partir do momento em que eu comecei a ser ativo nas drogas aí veio junto a mentira comigo, né? Falava que tava num lugar mas tava em outro pra não criar problema com o meu pai. Na minha primeira internação, eu tava louco para ser internado, só que eu não tinha coragem de chegar pro meu pai e falar.

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a exposição dos resultados encontrados e de sua discussão torna-se importante retomar a pergunta inicial que norteou essa pesquisa: Quais são as práticas educativas utilizadas pelos pais cujos filhos são usuários ou dependentes de drogas?

Através da análise do EQIF, pode-se apontar que 55,5% dos pais e, 88,8 % das mães apresentaram índices médios e altos nas escalas que avaliam práticas negativas (comunicação negativa, punição física e clima conjugal negativo) que, segundo a literatura, estão associadas ao desenvolvimento de problemas de comportamento. Dentre essas, aproximadamente 55% dos pais obtiveram altos escores na escala que avalia comunicação negativa e 44,4% obteve altos índices na escala que avalia clima conjugal negativo.

Em relação aos escores obtidos pela díade parental nas escalas que avaliam práticas positivas (envolvimento, regras e monitoria, comunicação positiva dos filhos, clima conjugal positivo, modelo e sentimento dos filhos), 77,7% dos pais obtiveram um escore médio ou baixo nessas escalas. Dentre os escores obtidos, 88,8% dos pais obteve um índice baixo em comunicação positiva dos filhos, 55,5% dos pais obtiveram índices baixos na escala que avalia envolvimento e 44,4% dos pais obtiveram baixos índices na escala regras e monitoria. Em relação as mães, todas apresentaram escores médios e altos na maioria das escalas positivas avaliadas pelo EQIF. Dentre essas, as que mais se destacam são os altos índices obtidos na escala que avalia envolvimento materno (77,7%), e os baixos índices obtidos nas escalas que avaliam regras e monitoria (44,4%) e comunicação positiva (66,6%).

Desse modo, as práticas parentais mais freqüentes nas famílias estudadas, cujos filhos eram usuários de drogas, foram o baixo índice de envolvimento paterno e o baixo índice de regras e monitorias de ambos os progenitores. Em relação à comunicação, observou-se um alto índice de comunicação negativa e a um baixo índice de comunicação positiva com os filhos.

Na análise das verbalizações obtidas nas entrevistas verificaram-se resultados muito semelhantes, pois a maioria da amostra estudada estava inserida em um ambiente familiar de risco quanto às práticas educativas, pois eram pais que não utilizavam práticas positivas como o envolvimento paterno, supervisão e monitoria eficazes e diálogo com os filhos, mas utilizavam freqüentemente práticas negativas, principalmente a punição verbal ou a comunicação negativa, caracterizando, assim, um ambiente familiar coercitivo.

Tais dados convergem com a literatura desta área, já discutida neste trabalho, que aponta a incidência de práticas parentais negativas está relacionada com o desenvolvimento de problemas de comportamento em crianças e adolescentes.

Embora existam fatores que indicam uma maior tendência para o uso de drogas, como poucos reforçadores no ambiente do sujeito e o caráter aversivo da situação ambiental, a vulnerabilidade aos efeitos destas está relacionada às diferenças individuais caracterizadas pela história filogenética e ontogenética de cada um. Apesar disso, a vulnerabilidade é tanto menor quanto maior for a oportunidade de viver em um ambiente de contingências positivas e pouco aversivas, de forma que o excesso de punição e a escassez de alternativas reforçadoras não façam uma aliança para ampliar o risco da dependência.

O presente estudo caracterizou-se por ser exploratório e qualitativo. Portanto, apresentou algumas limitações devido ao número pequeno de participantes, apresentando generalização restrita.

Outro ponto importante a ser considerado, é que grande parte do material utilizado nessa pesquisa são respostas dos sujeitos sobre as práticas educativas utilizadas por seus pais. Em outras palavras, os relatos se baseiam em eventos passados, muitos deles na história de vida do participante, e, portanto, sujeito a vieses. Assim, grande parte dos dados analisados são interpretações, ou seja, são hipóteses explicativas.

Este estudo traz implicações práticas no sentido de contribuir para o desenvolvimento de programas de tratamento e prevenção mais efetivos e adequados à realidade presente, tornando acessível este conhecimento a profissionais que cuidam dessa demanda.

Deste modo, percebe-se a importância do estreitamento dos laços com os pais para a redução do risco de iniciação e continuidade do uso de drogas. Práticas de prevenção que ampliem a habilidade parental de monitorar seus filhos, o manejo de regras e orientações dirigidas aos filhos como estratégias de intervenção úteis para a prevenção de desordens de conduta, delinquência e uso de drogas. Além disso, presume-se a necessidade de desenvolver metas de prevenção e educação precoces, ainda na infância, para reduzir ou impedir tanto a experimentação, quanto a progressão do uso para o abuso de substâncias.

REFERÊNCIAS

- Alvarenga, P. (2001). Práticas educativas parentais como forma de predição de problemas. Em Guilhardi, H. J., Madi, M.B.B.P., Queiroz, P.P. & Scoz, M.C. (Orgs), *Sobre o comportamento e cognição: expondo a variabilidade*, vol. 8 (pp. 54 – 60). Santo André: ESEtec.
- Alves, R. & Kossobudzky, L.A. (2002). Caracterização dos adolescentes internados por álcool e outras drogas na cidade de Curitiba. *Interação em Psicologia* 6(1), 65-79.
- Alves, Z. M. M. B. (1982). Considerações sobre o desenvolvimento infantil. Em *Padrões de saúde: a farmacodependência em seus múltiplos aspectos*, Vol. 2 (pp. 119-140) São Paulo: Secretaria de Estado da Educação.
- Anthony, J.C. & Petronis, K. R. (1995). Early-Onset drug use and risk of later drug problems. *Drug Alcohol and Dependence*, 40(1) 9-15.
- Ariès, P. (1981). *Historia Social da Criança e da Família*. (D.Flaksman, Trad.). Rio de Janeiro: Ed. Guanabara.
- Assis, S. (1999). Traçando caminhos em uma sociedade violenta. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.
- Associação Psiquiátrica Americana (2000). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV)*. (D.Batista, Trad.) 4ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas. (original publicado em 1994).
- Azevedo, R.C.S. (2000). *Usuários de cocaína e aids: um estudo sobre comportamentos de risco*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, SP.
- Bahls, F.R.C. (2002). *Análise de auto-relatos de adolescentes que buscaram tratamento por uso de substâncias psicoativas*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná.
- Banaco, R. A. (1997). *Sobre comportamento e cognição: A aplicação da Analise do comportamento e da terapia Cognitivo-Comportamental no hospital geral e nos transtornos psiquiátricos*, vol.1. ,São Paulo: Editora ARBytes.
- Bandura, A. (1979). Modificação do comportamento. Rio de Janeiro: Interamericana.
- Barrett, A. E. & Turner, R. J. (2006). Family structure and substance use problems in adolescence and early adulthood: examining explanations for the relationship. *Society for the Study of Addiction*. 101, 109–120.

- Batista, A.P. & Hübner M.M. (2005) Estratégias de interação pais e filhos para propiciar comportamento assertivo em crianças Em Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental (Org.), *Anais do XIV Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental* (pp. 195). Campinas: ABPMC.
- Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative control on child behavior. *Child Development*, 37, 887-907.
- Baumrind, D. (1997). The discipline encounter: Contemporary issues. *Aggression and Violent Behavior*, 2,321-335.
- Bee, H.(2003). *A criança em desenvolvimento*, 9ª ed. Porto Alegre: Artmed.
- Bell, L.G., Bell, D.C. & Nakata, Y. (2001). Triangulation and Adolescent Development in the U.S. and Japan. *Family Process*, 40, 173-186.
- Biasoli-Alves, Z. M. M., Caldana, R. H. L. & Silva, M.H.G.F.D. (1997). Práticas de educação da criança na família: a emergência do saber técnico-científico. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 7(1), 49-62.
- Bijou, S.W. & Baer, D.M.(1980). *O desenvolvimento da criança: uma análise comportamental* (R.Kerbaux Trad.) São Paulo: EPU.
- Bolsoni-Silva, A. & Marturano, E.M (2002). Práticas educativas e problemas de comportamento: uma análise à luz das habilidades sociais. *Estudos de Psicologia*. 7(2), 227-235.
- Bucher, R. (1988). *As drogas e a vida: uma abordagem biopsicossocial*. São Paulo: Editora EPU.
- Capaldi, D. & Patterson, G. (1991). Relation of parental transitions to boys' adjustment problems. I. Linear hypothesis. II Mothers at risk for transitions and unskilled parenting. *Developmental Psychology*, 27, 489-504.
- Capaldi, D., Chamberlain, P. & Patterson, G. (1997). Ineffective discipline and conduct problems in males: Association, late adolescent outcomes and prevention. *Aggression and Violent Behavior*, 2U, 343-353.
- Carlini, E. A., Carlini-Cotrin, B.H., Silva-Filho & A.R., Barbosa. M.,T. S., (1989). *Consumo de drogas psicotrópicas no Brasil, em 1987*. Brasília, Centro de Documentação do Ministério da Saúde/Ministério da Justiça.
- Carlini, E. A., Galduróz, J. C. F. & Noto, A.R (1997). *IV Levantamento Domiciliar sobre o uso de drogas entre estudantes de 1º. e 2º. graus em 10 capitais brasileiras*. CEBRID.

- Carlini, E. A., Galduróz, J.C.F., Noto, A.R. & Nappo, S.A C. (2002). *I Levantamento domiciliar sobre uso de drogas psicotrópicas no Brasil*. CEBRID-SENAD.
- Carlini, E. A. , E, A, Galduróz, J.C.F., Noto, A.R. & Nappo, S.A C. (2006). *II Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país*. CEBRID - SENAD
- Carvalho, I.M.M. & Almeida P.H. (2003). Família e proteção social. *São Paulo Perspec*,17(2), 109-122.
- Carvalho, M.C.N., Gomide, P. I. C. (2005). Práticas educativas parentais em famílias de adolescentes em conflito com a lei. *Estudos de psicologia*, 22(3), 263-275.
- Cecconello, A. M., De Antoni, C. & Koller, S. H. (2003) Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, 8, 45-54.
- Climent, C.E., De Aragon, L.V. & Plutchik, R. (1990). Predicción del riesgo de uso de drogas por parte de estudiantes de secundaria. Em: *Organizacion Panamericana de la Salud y Organizacion Mundial de la Salud. Abuso de drogas*. Washington (DC).
- Costa, F. T., Teixeira, M. A. P. & Gomes, W. B.(2000). Responsividade e exigência: duas escalas para avaliar estilos parentais. *Psicologia Reflexão e Crítica*.13(3), 465-473.
- Cotrell, L., Li, X., Harris, C., D'Alessandri, D., Atkins, M., Richardson, B. & Stanton, B. (2003). Parent and adolescent perceptions monitoring and adolescent risk involvement. *Parenting science and practice*, 3(3), 179- 195.
- Darling, N. (1999). Parenting style and its correlates. ERIC/EECE Publications . Digests. Retirado em 18/09/2005, do ERIC/ EECE no World Wide Web <http://ceep.crc.uiuc.edu/eecearchive/digests/1999/darlin99.pdf>
- Darling, N. & Steinberg, L. (1993). Parenting Style as Context: An Integrative Model, *Psychological Bulletin*. 113(3), 487- 496.
- Davies, G.R., McMahan, R.J., Flessati, E.W. & Tiedemann, G.L. (1984). Verbal rationales and modeling as adjuncts to a parenting technique for child compliance. *Child Development*, 55, 1290-1298.
- Erel, O. & Burman, B. (1995). Interrelatedness of marital relations and parent-child relations: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 118, 108-132.
- Ferreira, M.P. & Bernik, M.A. (2001). Dependência de Substâncias. Em *B. Rangé (org). Psicoterapia Comportamental e Cognitiva: transtornos psiquiátricos*, (pp. 167-173) Campinas: Editora Livro Pleno.

- Ferreira, M.C.T. & Marturano, E. M. (2002). Ambiente familiar e problemas do comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 15(1), 35 – 44.
- Fincham, F.D. (1994). Understanding the association between marital conflict and child adjustment: Overview. *Journal of Family Psychology*, 8, 123-127.
- Florsheim, P., Tolan, P. & Gorman-Smith, D. (1998). Family relationships, parenting practices, the availability of male family members, and the behavior of inner-city boys in single-mother and two-parent families. *Child development*, 69(5) 1437-1447.
- Frias-Armenta, M., López-Escobar, A. & Díaz-Mendes, S. (2003). Predictores de la conducta antisocial juvenil: Um modelo ecológico. *Estudos de Psicologia*, 8(1), 15-24.
- Gaskell, G. (2002). Entrevistas individuais e grupais. Em Bauer, M.W. & Gaskell, G. (org). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis, RJ: Vozes
- Galduroz, J. C. F., Noto, A.R., Fonseca, A. M., Carlini E. A. (2004). *V Levantamento Nacional Sobre o consumo de Drogas Psicotrópicas Entre Estudantes do Ensino Médio da Rede Pública de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras – 2004*. São Paulo. Unifesp/CEBRID.
- Gershoff, E.T. (2002). Corporal punishment by parents and associate child behaviors and experience. *Psychological Bulletin*. (128), 539 – 579.
- Gomide, P.I.C. (1998). *Menor Infrator: A caminho de um novo tempo*. Curitiba: Jaruá.
- Gomide, P.I.C.(2001). Efeitos das práticas educativas no desenvolvimento do comportamento anti-social. Em Marinho, M.L. & Caballo, V.E. (org) *Psicologia clínica e da saúde*, (pp. 33-53) Londrina: Ed. UEL.
- Gomide, P.I.C. (2002). Como evitar o desenvolvimento de comportamento anti-social em seu filho. In: M. Z. S. Brandão; F. C. S. Conte e S. M. B. Mezzaroba (orgs). *Comportamento Humano- Tudo (ou quase tudo) que você precisa saber para viver melhor*,(pp. 129-138). Santo André: ESETec.
- Gomide, P. I. C. (2003). Estilos Parentais e comportamento anti-social. Em A. Del Prette e Z. Del Prette (orgs). *Habilidades Sociais, desenvolvimento e aprendizagem: questões conceituais, avaliação e intervenção*, (pp. 21-60) Campinas: Alínea.
- Grusec, J. E. & Kuczynski, L. (1980). Direction of effect in socialization: A comparison of the parent's versus the child's behavior as determinants of disciplinary techniques. *Developmental Psychology*, 16, 1-9.

- Grusec, J. E. & Lytton, H. (1988). *Social development: History, theory and research*. New York: Springer-Verlang.
- Hoffman, M. (1979). Development of moral thought, feeling and behavior. *American Psychologist*, 34, 959-966.
- Hutz, C., Koller, S., Bandeira, D. (1996). Resiliência e vulnerabilidade em crianças em situação de risco. *Coletâneas da ANPEPP*, 1, 79-86.
- Hutz, C., & Koller, S. (1997). Questões sobre o desenvolvimento de crianças em situação de rua. *Estudos de Psicologia*, 2, 175-179.
- Inaba, D.S. Cohen W. E (1991). *Drogas: estimulantes, depressoras, alucinógenos: os efeitos físicos e mentais das drogas psicoativas*. (H. Pólvoa Trad.) Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar.
- Kafka, R. & London, P. (1991). Communication in relationships and adolescent substance use: The influence of parents and friends. *Adolescence*, 26(103), 587-598.
- Kandel, D.B. & Mark, D. (1996) High school students who use crack and other drugs. *Archives of General Psychiatry*, 53 (1), 71-80.
- Kaplow, J.B., Curran, P.J. & Dodge, K.A. (2002). Child, parent, and peer predictors of early-onset substance use: a multisite longitudinal study. *Journal of Abnormal Child Psychology*. Retirado em 18/06/2006 no Findarticles no Word Wide Web: http://www.findarticles.com/cf_dls/m0902/3_30/86874928/p1/article.jhtml
- Kelly, K.J., Comello, M.L.G. & Hunn, L.C.P. (2002). Parent-child communication, perceived sanctions against drug use, and youth drug involvement. *Adolescence*. Retirado em 18/09/2006 no Word Wide Web: http://www.findarticles.com/cf_0/m2248/148_37/97723212/p1/article.jhtml
- Kosterman, R., Hawkins, J. D., Guo, J., Catalano, R. F., & Abbott, R. D. (2000). The dynamics of alcohol and marijuana initiation: Patterns and predictors of first use in adolescence. *American Journal of Public Health*, 90(3), 360-366.
- Lytton, H. (1990). Child and parent effects in boys – conduct disorder: A reinterpretation. *Developmental Psychology*, 26, 683-697.
- Maccoby, E.E. (1980). *Social Development: Psychological growth and the parental-child relationship*. New York: Harcourt Brace Jovanovich.
- Maccoby, E. & Martin, J. (1983). Socialization in the context of the family: Parent-child interaction. Em E. M. Hetherington (Org.), P. H. Mussen (Org. Série), *Handbook of child psychology: Socialization, personality, and social development*, Vol. 4 (pp. 1-101). New York: Wiley.

- Medeiros, E.B. (1986) *Por que tanta gente faz uso indevido de drogas?* Rio de Janeiro: Xerox do Brasil.
- Melby, J. N. & Conger, R. D. (1996). Parental behaviors and adolescent academic performance: A longitudinal analysis. *Journal of Research on Adolescence*, 6, 113 - 137.
- McHale, J.P., Rao, N. & Krasnow, A.D. (2000). Constructing family climates: Chinese mothers' reports of their co-parenting behaviour and preschoolers' adaptation. *International Journal of Behavioral Development*, 24(1), 111-118.
- Mielnik, I. (1999). *Mãe, pai e filhos: encontros e desencontros*. São Paulo: Hucitec.
- Milby, J.B. (1988). *A dependência de drogas e seu tratamento*. (S.M.de Carvalho Trad.), São Paulo: Pioneira.
- Miller, P. M. & Eisler R. M. (1975). Alcohol and drug abuse. Em T. Thompson & W.S. Dockens (orgs.) *Applications of behavior modification*, (pp. 376-393) New York: Academic Press.
- Montague, D.P.F. & Walker-Andrews, A.S. (2002). Mothers, fathers, and infants: The role of person familiarity and parental involvement in infants' perception of emotion expressions. *Child Development*, 73(5), 1339-1352.
- Moura, S.M.S.R. & Araújo, M.F. (2004). A maternidade na história e a história de cuidados caseiros. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 24(1), 44-55.
- Nappo, S. A., Sanchez, Z. M. (2002). A seqüência de drogas consumidas antes do crack num grupo de usuários. *Revista de Saúde Pública*, 36(4), 420-430.
- Nurco, D. & Lerner, M. (1996) Vulnerability to narcotic addiction: Family structure and functioning. *Journal of Drug Issues*, 26, 1007-1095.
- Oliveira, L.C.(1997). *Variáveis Críticas de reincidência as drogas em farmacodependentes*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP). Campinas, São Paulo.
- Oliveira, E. A. (1998). Modelos de risco na psicologia do desenvolvimento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 14, 19-26.
- Oliveira, E. A., Martin, A. H., Pires, F.B., Frizzo, G.B., Ravanello, T. & Rossato, C. (2002). Estilos parentais autoritário e democrático-recíproco intergeracionais, conflito conjugal e comportamentos de externalização e internalização. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 15(1), 1-11.

- Organização Mundial de Saúde (1993). *Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas.
- Oxford M. L., Harachi T. W., Catalano R. F. & Abbott R. D. (2000). Preadolescent predictors of substance initiation: a test of both the direct and mediated effect of family social control factors on deviant peer associations and substance initiation. *Drug alcohol abuse*, 27(4), 599-616.
- Pacheco, T.B.P. (2004). *Construção do comportamento anti-social em adolescentes autores de atos infracionais: uma análise a partir das praticas educativas parentais e dos estilos parentais*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Rio Grande do Sul.
- Pacheco, T.B.P., Teixeira, M. A.P., Gomes, W. B. (1999). Estilos parentais e desenvolvimento de habilidades na adolescência. *Psicologia: Teoria e pesquisa*, 15, 117-126.
- Patterson, G. R., Reid, J. & Dishion, T. (1992). *Antisocial boys*. Eugene: Castalia Publishing Company.
- Patterson, G.R., Reid, J.B. & Eddy, J.M.(2002). A brief history of the Oregon Model. Em J. B. Reid, G. R. Patterson & J. Snyder (orgs.) *Antisocial behavior in children and adolescents: A developmental analysis and model of intervention* (pp. 3-21). Washington: American Psychological Association.
- Patterson, G. & Stouthamer-Loeber, M. (1984). The correlation of family management practices and delinquency. *Child Development*, 55, 1299-1307.
- Reppold, C.T., Pacheco, J. Bardagi, M. & Hutz, C.S. (2002). Prevenção de problemas de comportamento e desenvolvimento de competências psicossociais em crianças e adolescentes: uma análise das práticas parentais e dos estilos parentais. Em Hutz, C.S. (org.), *situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção*, (pp. 9 – 51). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Resende, G.L.O. (2003). *Prontidão e Tratamento em Alcoolistas: Análise de um Programa*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP). Campinas, São Paulo.
- Salvador A.P.V., Weber L. N. D. (2005). Práticas educativas parentais: um estudo comparativo da interação familiar de dois adolescentes distintos. *Interação em Psicologia*. 9(2), 341-353.
- Sanjuan, P.M. & Langenbucher, J. W. (1999). Age-limited populations:youth, adolescents and older adults. In: McCrady,B.S. & Epstein,E.E. (eds) *Addictions: a comprehensive guidebook*. New York: Oxford University Press.

- Santos, C.R.B.G. (2001). *Estresse e estilos parentais*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP). Campinas, São Paulo.
- Santos, I. C. (1999). O abandono do tratamento na atenção diária: desafio para o CPTT. *Anais do XIII Congresso Brasileiro de Alcoolismo e Outras Dependências*, p. 72.
- Stanton, B. F.; Xiaoming, L. ; Galbraith, J.; Cornick, G.; Feigelman, S.; Kaljee, L. e Zhou, Y. (2000). Parental underestimates of adolescent risk behavior: A Randomized, controlled trial of a parental monitoring intervention. *Journal of Adolescent Health*, vol. 26(1), pp.18-26.
- Sartor, C.E. & Youniss, J. (2002). The relationship between positive parental involvement and identity achievement during adolescence. *Adolescence*, 37(146), 221-234.
- Schenker, M. & Minayo , M. (2004). A importância da família no tratamento do uso abusivo de drogas: uma revisão da literatura. *Caderno de Saúde Pública*, 20(3), 649-659.
- Schimidt, S. E., Liddle H. A., Dakof G. A. (1996). Mudanças nas Práticas Parentais e Abuso de Drogas em Adolescentes Durante a Terapia Familiar Multidimensional. *Journal of Family Psychology* (10)1, 12-27.
- Scivoletto, S. Henriques, S.G.H. & Andrade, A.G. (1996) A progressão do consumo de drogas entre adolescentes que procuram tratamento. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria* 45 (4), 201-207.
- Serrat, S. M. (1985) Farmacodependência: estudo de algumas de suas causas. *Estudo de Psicologia*, 2(1), 5-26.
- Shiota, C.M. (2004). *Estilos parentais e Comportamentos de adesão em crianças com câncer*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP). Campinas, São Paulo.
- Sidman, M. (1995). *Coerção e suas implicações* (M. A. Andrey & T. M. Sério, Trad.). Campinas: Editora Psy. (original publicado em 1989).
- Silva, M.T.A., Guerra, L.G.G.C., Gonçalves, F.L. & Garcia-Mijares, M.(2001). Análise funcional das dependências de drogas. Em: H.J. GUILHARDI, M.B.B.P. MADI, P.P. QUEIROZ & M.C. SCOZ, (orgs.) *Sobre o Comportamento e Cognição: Expondo a Variabilidade*, vol.7 (pp. 422- 442) Santo André: ESETEC .
- Simão, M. O. (1999). Mulheres e Homens Alcoolistas: Um estudo comparativo de fatores sociais, e familiares e de evolução. *Anais do XIII Congresso Brasileiro de Alcoolismo e Outras Dependências*.

- Simons, R. L., Lin, K.H., & Gordon, L. C. (1998). Socialization in the family of origin and male dating violence: A prospective study. *Journal of Marriage and the Family*, 60 (2), 467-478.
- Stanton, B. F.; Xiaoming, L. ; Galbraith, J.; Cornick, G.; Feigelman, S.; Kaljee, L. & Zhou, Y. (2000). Parental underestimates of adolescent risk behavior: A Randomized, controlled trial of a parental monitoring intervention. *Journal of Adolescent Health*, vol. 26 (1),18-26.
- Stormshak, E. A.; Bierman, K. L.; McMahon, R. J., & Lengua, L. J. (2000). Parenting practices and child disruptive behavior problems in early elementary school. *Journal of Clinical Child Psychology*, 29(1), 17-29.
- Skinner, B. F. (2000). *Ciência e Comportamento Humano*. São Paulo: Editora Martins Fontes. (original publicado em 1953).
- Skinner, B.F. (1982). *Sobre o behaviorismo*. São Paulo, Editora Cultrix.
- Skinner, B.F. (1991). *Questões recentes na análise comportamental*. Campinas: Papirus.
- Slee, P.T. (1996). Family climate and behavior in families with conduct disordered children. *Child Psychiatry & Human Development*, 26(4), 255-265.
- Snyder, H.N., Sickmund, M. (1999). *Juvenil offenders and victims: 1999 report*. Washington, DC office of juvenil justice and delinquency prevention,
- Stattin, H. & Kerr, M. (2000). Parental monitoring: A reinterpretation. *Child development*, 71, 1072 – 1085.
- Steinberg, L. (1991). *Adolescent transitions and alcohol and other drug use prevention. Preventing adolescent drug use: From theory to practice*. Office of Substance Abuse Prevention Monograph-8, (pp. 13-51). Washington, DC: U. S. Department of Health and Human Services.
- Tavares B. F., Béria J. U., Lima M.S. (2001). Prevalência do uso de drogas e desempenho escolar entre adolescentes. *Revista de Saúde Pública*, 35 (2) 150-158.
- Toscano, A. (2001). Um breve histórico sobre o uso de drogas Em S. D. Seibel, & A. Toscano (orgs.) *Dependência de drogas*, (pp. 7-25). São Paulo: Editora Atheneu.
- Weber, L. N. D., Viezzer, A. P. & Brandenburg, O. J. (2006). Qualidade de interação familiar: instrumento de medida e programas de prevenção. In: Marina Bandeira, Zilda A. P. Del Prette e Almir Del Prette. (Org.). *Estudos sobre Habilidades Sociais e Relacionamento Interpessoal*. 1 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Weber, L.N.D., Prado, P.M., Salvador, A.P.V., Branderburg, O.J.(no prelo). Construção, confiabilidade e validade das escalas de qualidade na interação familiar. *Psico-USF*.
- Webster, R.A, & Keats, J.A. (1994). Peer and parental influences on adolescents' substance use. *The International Journal of Addictions* 29(5)647-657.
- World Health organization (2000) Substance Dependence. Disponível em www.who.int/substance_abuse/more.html
- Xavier da Silveira, D. & Gorgulho, M (1996). *Dependência: compreensão e assistência às toxicomanias (uma experiência do PROAD)*. São Paulo, Casa do Psicólogo.
- Xiaoming, L.; Feigelman, S. e Stanton, B. (2000). Perceived parental monitoring and health risk behaviors among urban low-income African- American children and adolescents. *Journal of Adolescent Health*, vol. 27 (1), pp. 43-48.
- Zamberlan, M. A. T, & Biasoli-Alves, A. M. M. (1997). *Interações familiares – teoria, pesquisa e subsídios à intervenção*. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina.

ANEXOS

ANEXO A

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

Práticas Educativas Parentais e Estilos Parentais em Dependentes Químicos PUC-CAMPINAS

Nº do Voluntário _____

Nascimento: ____/____/____ **Data da Internação:** ____/____/____ **Idade:** ____anos.

Você tem mais irmãos? _____ **Quantos?** _____

Até que grau você estudou?

() 1ª a 8ª série () 1º ao 3º colegial () fez faculdade, mas não terminou () fez faculdade completa () fez pós- graduação.

Você trabalhava? _____ **Qual era sua profissão?** _____

Pais biológicos: Casados () Separados () Divorciados () Falecidos ()
Amasiados ()

Até que grau seus pais ou responsáveis estudaram?

Pai: () 1ª a 8ª série () 1º ao 3º colegial () fez faculdade, mas não terminou () fez faculdade completa () fez pós- graduação.

Qual é a profissão de seu pai? _____

Mãe: () 1ª a 8ª série () 1º ao 3º colegial () fez faculdade, mas não terminou () fez faculdade completa () fez pós- graduação.

Qual é a profissão de sua mãe? _____

Renda Familiar () salário mínimo () 10 à 20 salários mínimos
() 1 à 2 salários mínimos () mais de 20 salários mínimos
() 2 à 5 salários mínimos () não sabe
() 5 à 10 salários mínimos

Qual dessas substâncias você já experimentou:

1. Cigarro () Quantos cigarros você fuma por dia? () Quantos anos você tinha quando usou pela primeira vez? ()

2. Maconha, haxixe ou skank () Quantos baseado você fumava por dia no ultimo mês antes da internação () Quantos anos você tinha quando usou pela primeira vez? () anos

3. Álcool () Quantas vezes por semana, você bebia no ultimo mês antes da internação? () Quantos anos você tinha quando usou pela primeira vez? ()

4. Cocaína, mesclado, merla, bazuca ou pasta de coca () Quantas vezes por semana, você usou no ultimo mês antes da internação? () Quantos anos você tinha quando usou pela primeira vez? ()

5. Crack () Quantas vezes por semana, você usou no ultimo mês antes da internação? () Quantos anos você tinha quando usou pela primeira vez? ()

6. Remédios sem receita médica () Quantas vezes por semana, você usou no ultimo mês antes da internação? () Quantos anos você tinha quando usou pela primeira vez? ()

7. Lança-perfume, cola, loló, benzina ou respingo de solda () Quantas vezes por semana, você usou no ultimo mês antes da internação? () Quantos anos você tinha quando usou pela primeira vez? ()

8. LSD, ácido, chá de cogumelo, mescalina, êxtase () Quantas vezes por semana, você usou no ultimo mês antes da internação? () Quantos anos você tinha quando usou pela primeira vez? ()

9. Alguma outra substância que não foi citada () Qual? _____ Quantas vezes por semana, você usou no ultimo mês antes da internação? () Quantos anos você tinha quando usou pela primeira vez? ()

Internações: Sim () Não () Quantas: ()

ANEXO B

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - Departamento de Psicologia
Profª Drª Lidia N. D. Weber, Ana Paula V. Salvador e Olivia J. Brandenburg

Caro(a) participante: A sua ajuda é muito importante para a nossa pesquisa sobre a família, mas lembramos que você só participa se quiser. Pedimos que você responda sinceramente todas as questões, sem deixar nenhuma em branco. Não existem respostas certas ou erradas! Você não precisa escrever o seu nome e ninguém mais, além das pesquisadoras, ninguém saberá as suas respostas. Muito obrigada pela sua colaboração!

◆ Idade: ____ ◆ Sexo: () feminino () masculino ◆ Com quem você mora?

→ Responda as seguintes questões sobre o seu pai e sobre a sua mãe (ou sobre as pessoas por quem foi educado, por exemplo: madrasta, padrasto, avô, avó, tio, tia, e outros).

Numere de 1 a 5 de acordo com a tabela abaixo:

(1) = Nunca (2) = Quase nunca (3) = Às vezes (4) = Quase sempre (5) = Sempre

1. Meus pais costumam dizer o quanto eu sou importante para eles. PAI (____) MÃE (____)
2. Meus pais brigam comigo por qualquer coisa. PAI (____) MÃE (____)
3. Meus pais costumam xingar um ao outro. PAI (____) MÃE (____)
4. Eu costumo contar as coisas boas que me acontecem para meu pai/minha mãe. PAI (____) MÃE (____)
5. Meus pais costumam falar alto ou gritar comigo. PAI (____) MÃE (____)
6. Meus pais fazem carinho um no outro. PAI (____) MÃE (____)
7. O que meus pais me ensinam de bom eles também fazem. PAI (____) MÃE (____)
8. Eu penso que meu pai/minha mãe são os melhores pais que eu conheço. PAI (____) MÃE (____)
9. Meus pais ficam felizes quando estão comigo. PAI (____) MÃE (____)
10. Meus pais costumam descontar em mim quando estão com problemas. PAI (____) MÃE (____)
11. Meus pais falam mal um do outro. PAI (____) MÃE (____)
12. Eu costumo contar as coisas ruins que me acontecem para meu pai/minha mãe. PAI (____) MÃE (____)
13. Meus pais costumam me xingar ou falar palavrões para mim. PAI (____) MÃE (____)
14. Meus pais fazem elogios um para o outro. PAI (____) MÃE (____)
15. Meus pais também fazem as obrigações que me ensinam. PAI (____) MÃE (____)

16. Eu me sinto amado pelos meus pais. PAI (___) MÃE (___)
17. Meus pais procuram saber o que aconteceu comigo quando estou triste. PAI (___) MÃE (___)
18. Meus pais sabem onde eu estou quando não estou em casa. PAI (___) MÃE (___)
19. Quando ajudo meus pais, eles me agradecem. PAI (___) MÃE (___)
20. Meus pais costumam me bater quando faço alguma coisa errada. PAI (___) MÃE (___)
21. Meus pais costumam estar brabos um com o outro. PAI (___) MÃE (___)
22. Eu costumo falar sobre meus sentimentos para meu pai/minha mãe. PAI (___) MÃE (___)
23. Meus pais costumam se abraçar. (___)
24. Eu acho legais as coisas que meus pais fazem. PAI (___) MÃE (___)
25. Meus pais são um bom exemplo para mim. PAI (___) MÃE (___)
26. Meus pais costumam mostrar que se preocupam comigo. PAI (___) MÃE (___)
27. Meus pais demonstram orgulho de mim. PAI (___) MÃE (___)
28. Meus pais sabem o que eu faço com o meu tempo livre. PAI (___) MÃE (___)
29. Meus pais brigam um com o outro. (___)
30. Meus pais costumam me fazer carinhos quando eu me comporto bem. PAI (___) MÃE (___)
31. Meus pais costumam me bater sem eu ter feito nada de errado. PAI (___) MÃE (___)
32. Meus pais costumam me criticar de forma negativa. PAI (___) MÃE (___)
33. Meus pais falam bem um do outro. PAI (___) MÃE (___)
34. Sinto orgulho de meus pais. PAI (___) MÃE (___)
35. Meus pais costumam me dar beijos, abraços ou outros carinhos. PAI (___) MÃE (___)
36. Meus pais costumam me dar conselhos. PAI (___) MÃE (___)
37. Meus pais costumam me bater por coisas sem importância. PAI (___) MÃE (___)
38. Meus pais têm bom relacionamento entre eles. (___)
39. Meus pais pedem para eu dizer para onde eu estou indo. PAI (___) MÃE (___)
40. Qual a nota que você dá para seus pais, de um a cinco: PAI (___) MÃE (___)

ANEXO C

Roteiro de Entrevista Semi-estruturada para a identificação de Práticas Parentais

Envolvimento

Pergunta Desencadeadora: Como é o seu relacionamento com seus pais?

Seus pais costumam dizer o quanto você é importante para eles?

Seus pais ficam felizes quando estão com você?

Seus pais procuram saber o que aconteceu quando você está triste?

Quando você ajuda seus pais eles te agradecem?

Seus pais costumam mostrar que se preocupam com você?

Seus pais demonstram orgulho de você.

Seus pais costumam me fazer carinhos quando eu você se comporta bem?

Seus pais costumam te dar beijos, abraços ou outros carinhos?

Regras e Monitoria

Pergunta Desencadeadora: Fale-me sobre as preocupações que seus pais costumam ter em relação a você.

Seus pais sabem onde você está quando não você não está em casa?

Seus pais sabem o que você faz com o seu tempo livre?

Seus pais costumam te dar conselhos?

Seus pais pedem que você diga para onde está indo?

Punição física:

Pergunta Desencadeadora: Conte-me sobre as vezes que seus pais te bateram ou te castigaram.

Seus pais costumam te bater quando você faz alguma coisa errada?

Seus pais costumam te bater sem você ter feito nada de errado?

Seus pais costumam te bater por coisas sem importância?

Comunicação Positiva dos filhos

Pergunta Desencadeadora: Como são as conversas que você tem com seus pais?

Você costuma contar as coisas boas que aconteceram para seus pais?

Você costuma contar as coisas ruins que aconteceram para seus pais?

Você costuma falar sobre seus sentimentos para seus pais?

Comunicação Negativa

Pergunta Desencadeadora: Conte-me sobre as brigas que você tem com seus pais.

Seus pais brigam com você por qualquer coisa?

Seus pais costumam falar alto ou gritar com você?

Seus pais costumam descontar em você quando estão com problemas?

Seus pais costumam te xingar ou falar palavrões?

Seus pais costumam te criticar de forma negativa?

Modelo

Pergunta Desencadeadora: O que você acha sobre a maneira que seus pais são?

O que seus pais te ensinam de bom eles também fazem?

Seus pais também fazem as obrigações que te ensinam?

Você acha legais as coisas que seus pais fazem?

ANEXO D
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(Participante)

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa sobre como jovens internados numa instituição de recuperação de drogadictos perceberam a educação que receberam de seus pais no decorrer de sua vida.

Nessa pesquisa procuraremos fazer um levantamento das práticas utilizadas pelos pais na criação de seus filhos e, sobretudo, investigar como essas práticas foram interpretadas pelo jovem.

Esse levantamento será conduzido pelo aluno Walter Eduardo Granetto, fone: (19) 32060470, para o desenvolvimento de sua dissertação de mestrado, sob a orientação da Dra. Vera Lúcia Adami Raposo do Amaral, do programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Serão realizadas entrevistas gravadas em áudio, onde será resguardado total sigilo na análise e na comunicação dos dados fornecidos.

Sua participação é indispensável para que possamos avançar o conhecimento nessa área e elaborar programas mais eficazes no tratamento e prevenção da dependência química.

Serão utilizados procedimentos que não o colocarão em riscos maiores do que os encontrados nas suas atividades cotidianas no programa.

Você poderá desistir de participar da pesquisa quando quiser sem nenhuma interferência no seu programa de recuperação.

Ao final da pesquisa, você poderá obter conhecimento sobre os resultados, se assim desejar.

Este documento será emitido em duas vias, uma para o pesquisador e outra para o participante.

Agradeço imensamente sua colaboração.

Por favor, preencha o campo abaixo:

Eu, _____
____RGn° _____, declaro ter sido informado sobre a finalidade, procedimentos e garantia do anonimato e ética deste estudo: concordo por livre e espontânea vontade em participar do mesmo e autorizo, através deste documento, o psicólogo Walter Eduardo Granetto, fazer uso de minhas informações para fins estreitamente científicos dentro da ética que lhe é atribuída.

Campinas, _____ de _____ de 2007.

PESQUISADOR RESPONSÁVEL

PARTICIPANTE

O telefone de contato do comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica de Campinas é (19)37355910.

ANEXO E
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(Responsável)

Seu filho está sendo convidado a participar de uma pesquisa sobre as práticas educativas recebidas por jovens internados numa instituição de recuperação de drogadictos.

Nessa pesquisa procuraremos fazer um levantamento das práticas utilizadas pelos pais na criação de seus filhos e, sobretudo, investigar como essas práticas foram interpretadas pelo jovem.

Esse levantamento será conduzido pelo aluno Walter Eduardo Granetto, fone: (19) 32060470, para o desenvolvimento de sua dissertação de mestrado, sob a orientação da Dra. Vera Lúcia Adami Raposo do Amaral, do programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Serão realizadas entrevistas gravadas em áudio, onde será resguardado total sigilo na análise e na comunicação dos dados fornecidos.

A participação é indispensável para que possamos avançar o conhecimento nessa área e elaborar programas mais eficazes no tratamento e prevenção da dependência química.

Serão utilizados procedimentos que não o colocarão em riscos maiores do que os encontrados nas suas atividades cotidianas no programa.

Ele poderá desistir de participar da pesquisa quando quiser sem nenhuma interferência no seu programa de recuperação.

Ao final da pesquisa, você poderá obter conhecimento sobre os resultados, se assim desejar.

Este documento será emitido em duas vias, uma para o pesquisador e outra para o participante.

Agradeço imensamente sua colaboração.

Por favor, preencha o campo abaixo:

Eu, _____

RGn° _____, declaro ter sido informado sobre a finalidade, procedimentos e garantia do anonimato e ética deste estudo: concordo por livre e espontânea vontade que meu filho participe do mesmo e autorizo, através deste documento, o psicólogo Walter Eduardo Granetto, fazer uso das informações coletadas para fins estreitamente científicos dentro da ética que lhe é atribuída.

Campinas, _____ de _____ de 2007.

PESQUISADOR RESPONSÁVEL

RESPONSÁVEL

O telefone de contato do comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica de Campinas é (19)37355910.